Apostila das doutrinas essências da Fé Cristã

Montado pelo
site Teologia Calvinista
www.teologiacalvinista.v10.com.br

2ª Edição
08 de Outubro de 2007

Índice

Introdução 02

Primeira Parte - Deus Pai 03

Segunda Parte – Deus Filho 10

Terceira Parte – Deus Espírito 22

Quarta Parte - Igreja 37

Quinta Parte – Salvação e Vida futura 48

Sobre a Reforma Protestante 57

Introdução

Esta apostila pretende apresentar as doutrinas essenciais da fé cristã. Tomamos como base o Credo apostólico e o dividimos em cinco partes e em cada parte acrescentamos estudos para compreensão de cada ponto. Na primeira parte estudaremos sobre Deus Pai, segunda - Deus Filho, terceira - Deus Espírito e a Trindade, quarta - a igreja e quinta sobre a salvação e vida futura.

Credo Apostólico[1]

Creio em Deus Pai, Todo-poderoso, Criador do Céu e da terra.

Creio em Jesus Cristo, seu único Filho, nosso Senhor, o qual foi concebido por obra do Espírito Santo; nasceu da virgem Maria; padeceu sob o poder de Pôncio Pilatos, foi crucificado, morto e sepultado; ressurgiu dos mortos ao terceiro dia; subiu ao Céu; está sentado à direita de Deus Pai Todo-poderoso, donde há de vir para julgar os vivos e os mortos.

Creio no Espírito Santo;

na Santa Igreja Universal; na comunhão dos santos;

na remissão dos pecados; na ressurreição do corpo; na vida eterna. Amém.

Sobre o Credo Apostólico:

O Credo Apostólico é o mais conhecido dos credos, e é atribuído pela tradição aos doze apóstolos. Mas os estudiosos acreditam que ele se desenvolveu a partir de pequenas confissões batismais empregadas nas igrejas dos primeiros séculos. Embora os seus artigos sejam de origem bem antiga, acredita-se atualmente que o credo apostólico só alcançou sua forma definitiva por volta do sexto século, quando são encontrados registros do seu emprego na liturgia oficial da igreja ocidental. O Credo Apostólico, assim como os Dez Mandamentos e a Oração Dominical, foi anexado, pela Assembléia de Westminster, ao Catecismo. “Não como se houvesse sido composto pelos apóstolos, ou porque deva ser considerado Escritura canônica, mas por ser um breve resumo da fé cristã, por estar de acordo com a palavra de Deus, e por ser aceito desde a antigüidade pelas igrejas de Cristo.”

Primeira Parte

Creio em Deus Pai, Todo-poderoso, Criador do Céu e da terra.

A. Creio em Deus Pai, Todo-poderoso,

Com está declaração, muitas coisas estão embutidas. Quando dizemos crer em *Deus Pai, Todo-poderoso* estamos professando que Ele é espírito, infinito, não tem começo e nem terá fim, bem-aventurança e perfeição; todo-suficiente, eterno, imutável, insondável, onipresente, infinito em poder, sabedoria, santidade, justiça, misericórdia e clemência, longânimo e cheio de bondade e verdade.[2]

Comecemos a estudar alguns dos Atributos de Deus Pai, Todo-poderoso.

01. A Auto-existência de Deus

"Antes que os montes nascessem e se formassem a terra e o mundo, de eternidade a eternidade, tu és Deus." Salmo 90.2

As crianças, às vezes, perguntam: "Quem fez Deus? " A resposta mais clara é que Deus nunca precisou ser feito, porque sempre existiu. Ele existe de um modo diferente do nosso: nós existimos de uma forma derivada, finita e frágil, mas nosso Criador existe como eterno, auto-sustentado e necessário. Sua existência é necessária no sentido de que não há possibilidade de ele cessar de existir.

A Auto-existência de Deus é uma verdade básica. Na apresentação que faz do "Deus Desconhecido" aos atenienses, Paulo explica que o Criador do mundo "nem é servido por mãos humanas, como se de alguma coisa precisasse; pois ele mesmo é quem a todos dá vida, respiração e tudo mais"(Atos 17.23-25).

O Criador tem vida em si mesmo e tira de si mesmo a energia infindável e de nada necessita. A independente auto-existência de Deus é uma verdade claramente afirmada na Bíblia(Ver Salmos 90. 1-4, 102.25-27; Isaías 40.28-31; João 5.26; Apocalipse 4.10).

Na teologia, muitos erros são resultados da suposição de que as condições e limites de nossa própria existência finita se aplicam a Deus. Na vida de fé, podemos também facilmente empobrecer-nos, se alimentarmos uma idéia limitada e pequena a respeito de Deus. A doutrina da auto-existência de Deus é um anteparo e defesa contra esses erros. O princípio de que só Deus existe por si mesmo o distingue de toda criatura e é o fundamento daquilo que pensamos a respeito dele.

Saber que a existência de Deus é independente protege a nossa compreensão a respeito da grandeza dele e, portanto, tem claro valor prático para a nossa saúde espiritual.

Fonte : Bíblia de Estudo de Genebra

02. Santidade

“Eu sou o SENHOR, vosso Deus; portanto, vós vos consagrareis e sereis santos, porque eu sou santo...” Levítico 11.44

Quando a Escritura chama “santo” a Deus, ou a pessoas individuais da Divindade (como ela freqüentemente faz: Lv 11.44,45; Js 24.19; 1 Sm 2.2; Sl 99.9; Is 1.4; 6.3; 41.14,16,20; 57.15; Ez 39.7; Am 4.2; Jo 17.11; At 5.3,4,32; Ap15.4), a palavra significa tudo a respeito de Deus que o coloca separado de nós e faz dele objeto de nossa reverência, adoração e temor. Ela cobre todos os aspectos de sua grandeza transcendente e perfeição moral, e, assim, é um atributo de todos os seus atributos, salientando a “Divindade” de Deus em cada ponto. Cada faceta da natureza de Deus e cada aspecto de seu caráter pode apropriadamente ser chamado santo, precisamente porque Ele o é. A essência do conceito, porém, é a pureza de Deus, que não pode tolerar qualquer forma de pecado (Hc 1.13) e, por isso, impõe aos pecadores a constante auto-contrição em sua presença (Is 6.5).

Justiça, que significa fazer em todas as circunstâncias coisas que são corretas, é uma expressão da santidade de Deus. Deus manifesta sua justiça como legislador e juiz, e também como guardador da

promessa e perdoador do pecado. Sua lei moral, que requer conduta que se equipare à sua própria, é "santa, justa e boa" (Rm 7.12). Ele julga justamente, de acordo com o mérito real (Gn 18.25; Sl 7.11; 96.13; At 17.31). Sua "ira", isto é, sua ativa hostilidade judicial ao pecado, totalmente justa em suas manifestações (Rm 2.5-16), e seus "julgamentos" específicos (castigos eqüitativos) são gloriosos e dignos de louvor (Ap 16.5,7; 19.1-4).

Toda vez que Deus cumpre a promessa de sua aliança, agindo para salvar seu povo, pratica um gesto de "eqüidade", isto é, justiça (Is 51.5,6; 56.1; 63.1; 1 Jo 1.9).

Quando justifica os pecadores pela fé em Cristo, Ele o faz com base na justiça aplicada, isto é, o castigo de nossos pecados na pessoa de Cristo, nosso substituto; portanto, a forma tomada por sua misericórdia justificadora mostra que Ele é absoluta e totalmente justo (Rm 3.25,26), e nossa própria justificação se revela judicialmente justificada.

Quando João diz que Deus é "luz", não havendo nele treva alguma, a imagem está afirmando a santa pureza de Deus, o que torna impossível a comunhão entre Ele e o profano intencional, e requer a busca da santidade e retidão de vida como objetivo central do povo cristão (l Jo 1.5-2.1; 2 Co 6.14-7; Hb 12.10-17). A convocação dos crentes, regenerados e perdoados que são, a praticarem uma santidade que se equipare a própria santidade de Deus, e desta forma agradando a Ele, é constante no Novo Testamento, como certamente o foi no Velho Testamento (Dt 30.1-10; Ef 4.1-5.14; 1 Pe 1.13.22). Porque Deus é santo, o povo de Deus deve também ser santo.

Autor: J. I. Packer
Fonte: Teologia Concisa, Ed. Cultura Cristã

03. Onipresença e Onipotência

Jeremias 23.24: "Ocultar-se-ia alguém em esconderijos, de modo que eu não o veja? —diz o SENHOR; porventura, não encho eu os céus e a terra? —diz o SENHOR".

Deus está presente em todos os lugares. Contudo, não devemos pensar sobre ele como se ocupasse todos os espaços, porque ele não tem dimensões físicas. É como espírito que ele está em todo lugar. Ainda que isso exceda a compreensão de criaturas como nós, presas ao corpo, o próprio Deus está presente em toda parte, em sua majestade e poder. Almas necessitadas que oram a ele de toda parte no mundo estão à sua vista e recebem sua atenção pessoal. A crença na onipresença de Deus é ensinada em Sl 139.7; Jr 23.23-24; At 17.27-28. Quando Paulo fala do Cristo que subiu ao céu como enchendo todas as coisas (Ef 4.8-10), a disponibilidade de Cristo em toda parte, na plenitude do seu poder, certamente faz parte do significado. Pai, Filho e Espírito Santo são onipresentes, ainda que a presença pessoal do Filho glorificado não seja física (no corpo).

"Bem sei que tudo podes, e nenhum dos teus planos pode ser frustrado" (Jó 42.2). Jó testifica que Deus é onipotente. Ele é o Todo-Poderoso. Deus tem poder para fazer tudo aquilo que, em sua perfeita sabedoria e vontade, ele deseja fazer. Onipotência não significa que Deus possa fazer literalmente tudo: Deus não pode pecar, não pode mentir, não pode mudar sua natureza ou negar as exigências de seu caráter santo (Nm 23.19; 1Sm 15.29; 2Tm 2.13; Hb 6.18; Tg 1.13,17). Não pode fazer um círculo quadrado, porque a noção de um círculo quadrado é contraditória. Deus não pode cessar de ser Deus. Porém tudo o que quer e promete ele pode e fará.

Teria sido um exagero de Davi dizer: "Eu te amo, ó SENHOR, força minha. O SENHOR é minha rocha, a minha cidadela, o meu libertador; o meu Deus, o meu rochedo em que me refugio; o meu escudo, a força da minha salvação, o meu baluarte" (Sl 18.1-2)?. Teria sido exagero de outro salmista declarar: "Deus é nosso refúgio e fortaleza, socorro bem presente nas tribulações" (Sl 46.1)? Teria sido um engano dizer essas coisas se Deus fosse menos que onipotente e onipresente. Porém o reconhecimento da grandeza de Deus, incluindo sua onipresença e onipotência, produz grande fé e elevado louvor.

Fonte: Bíblia de Estudo de Genebra, Nota Teológica.

04. Deus Reina: A Soberania Divina

"Mas ao fim daqueles dias, eu, Nabucodonosor, levantei os olhos ao céu, tornou-me a vir o entendimento, e eu bendisse o Altíssimo, e louvei, e glorifiquei ao que vive para sempre, cujo domínio é sempiterno, e cujo reino é de geração em geração. Todos os moradores da terra são por ele reputados em nada; e, segundo a sua vontade, ele opera com o exército do céu e os moradores da terra; não há quem lhe possa deter a mão, nem lhe dizer: Que fazes?". Daniel 4:34,35:

A afirmação de que Deus é absolutamente soberano na criação, na providência e na salvação é básica à crença bíblica e ao louvor bíblico. A visão de Deus reinando de seu trono é repetida muitas vezes (1Rs 22.19; Is 6.1; Ez 1.26; Dn 7.9; Ap 4.2; conforme Sl 11.4; 45.6; 47.8-9; Hb 12.2; Ap 3.21). Somos constantemente lembrados, em termos explícitos, que o SENHOR (Javé) reina como rei, exercendo o seu domínio sobre grandes e pequenos, igualmente (Ex 15.18; Sl 47; 93; 96.10; 97; 99.1-5; 146.10; Pv 16.33; 21.1; Is 23.23; 52.7; dn 4.34-35; 5.21-28; 6.26; Mt 10.29-31). O domínio de Deus é total: ele determina como ele mesmo escolhe e realiza tudo o que determina, e nada pode deter seu propósito ou frustrar os seus planos. Ele exerce o seu governo no curso normal da vida, bem como nas mais extraordinárias intervenções ou milagres.

As criaturas racionais de Deus, angélicas ou humanas, gozam de livre ação, isto é, têm o poder de tomar decisões pessoais quanto àquilo que desejam fazer. Não seríamos seres morais, responsáveis perante Deus, o Juiz, se não fosse assim. Nem seria possível distinguir – como as Escrituras fazem – entre os maus propósitos dos agentes humanos e os bons propósitos de Deus, que soberanamente, governa a ação humana como meio planejado para seus próprios fins (Gn 50.20; At 2.23; 13.26-39). Contudo, o fato da livre ação nos confronta com um mistério. O controle de De3us sobre os nossos atos livres – atos que praticamos por nossa própria escolha – é tão completo como o é sobre qualquer outra coisa. Mas não sabemos como isso pode ser feito. Apesar desse controle, Deus não é e não pode ser autor do pecado. Deus conferiu responsabilidade aos agentes morais, no que concerne aos seus pensamentos, palavras e obras, segundo a sua justiça. O Sl 93 ensina que o governo soberano de Deus (a) garante a estabilidade do mundo contra todas as forças do caos (vs. 1-4); (b) confirma a fidedignidade de todas as declarações e ensinos de Deus (v. 5) e (c) exige a adoração do seu povo (v. 5). O salmo inteiro expressa alegria, esperança e confiança no Todo-Poderoso.

Fonte: Bíblia de Estudo de Genebra, Nota Teológica

B. Criador do Céu e da terra

Este Deus Todo-poderoso é o nosso Criador. Pelo seu poder trouxe a existência tudo que conhecemos como o desconhecido, desde os pequenos germes como a imensidão do universo. Ele é o nosso tutor e sustentador.

01. A Criação

Podemos definir a doutrina da criação da seguinte maneira: Deus criou o universo inteiro do nada; ele era originariamente muito bom; e ele o criou para glorificar a si próprio.

A. Deus criou o universo do nada

1. Evidência bíblica para a criação do nada.

A Bíblia claramente requer que creiamos que Deus criou o universo do nada. (Algumas vezes a expressão latina ex nihilo ,"do nada", é usada; diz-se então que a Bíblia ensina a criação ex nihilo). Isso significa que, antes de Deus ter começado a criar o universo, nada mais existia exceto o próprio Deus.

Essa é a inferência de Gênesis 1.1 que diz: "No princípio Deus criou os céus e a terra".A frase "os céus e a terra" inclui a totalidade do universo, O salmo 33 também nos diz: "Mediante a palavra do SENHOR foram feitos os céus, e os corpos celestes, pelo sopro de sua boca [...] Pois ele falou, e tudo se fez; ele ordenou, e tudo surgiu" (Sl 33.6,9). No NT encontramos uma afirmação de caráter universal no começo do evangelho de João: "Todas as coisas foram feitas por intermédio dele; sem ele, nada do que

existe teria sido feito" (Jo 1.3). A expressão "todas as coisas" é mais bem entendida como referindo-se à totalidade do universo (cf.At 17.24; Hb 11.3). Paulo é totalmente explícito em Colossenses 1 quando especifica todas as partes do universo, tanto as visíveis como as invisíveis: "pois nele foram criadas todas as coisas nos céus e sobre a terra, as visíveis e as invisíveis, sejam tronos ou soberanias, poderes ou autoridades; todas as coisas foram criadas por ele e para ele" (Cl 1.16).

Hebreus 11.3 diz: "Pela fé entendemos que o universo foi formado pela palavra de Deus, de modo que aquilo que se vê não foi feito do que é visível". Essa tradução reflete de modo exato o texto grego. Embora o texto não ensine realmente a doutrina da criação ex nihilo , ele chega próximo de fazer isso, visto que diz que Deus não criou o universo de nada que é visível. A idéia um tanto estranha de que o universo poderia ter sido criado de alguma coisa que era invisível provavelmente não estivesse na mente do autor. Ele está contestando a idéia de a criação ter vindo de alguma matéria preexistente, e para esse propósito o versículo é inteiramente claro.

Porque Deus criou a totalidade do universo do nada, nenhuma matéria no universo é eterna. Tudo o que vemos as montanhas, os oceanos, as estrelas, a própria terra — veio à existência quando Deus os criou. Isso nos lembra que Deus governa todo o universo e que nada na criação deve ser adorado a não ser Deus. Contudo , se negássemos a criação ex nihilo , teríamos de dizer que algum tipo de matéria já existia e que ela, como Deus, é eterna. Essa idéia desafiaria a independência e a soberania de Deus, bem como o fato de que a adoração é devida a ele somente. Se a matéria existisse separada de Deus, então que direito inerente teria Deus de governá-la e usá-la para a sua glória? E que confiança poderíamos ter de que cada aspecto do universo cumpre de modo supremo os propósitos divinos, se algumas partes dele não foram criadas por Deus?

O lado positivo de que Deus criou o universo ex nihilo é que esse universo tem significado e propósito. Deus, em sua sabedoria, criou-o para alguma coisa. Devemos tentar entender esse propósito e usar a criação de modo que ela se encaixe nesse propósito, a saber, o de trazer glória ao próprio Deus.' Além disso, sempre que a criação nos traga satisfação (cf. 1 Tm 6.17), devemos agradecer a Deus, que criou todas as coisas.

2. A criação direta de Adão e Eva.

A Bíblia também ensina que Deus criou Adão e Eva de modo especial e pessoal. "Então o SENHOR Deus formou o homem do pó da terra e soprou em suas narinas o fôlego de vida, e o homem se tornou um ser vivente" (Gn 2.7). Após isso, Deus criou Eva do corpo de Adão: "Então O SENHOR Deus fez o homem cair em profundo sono e, enquanto este dormia, tirou-lhe uma das costelas, fechando o lugar com carne. Com a costela que havia tirado do homem, o SENHOR Deus fez uma mulher e a levou até ele" (Gn 2.2 1,22). Ao que parece Deus deixou Adão saber o que tinha acontecido, pois Adão diz: "... Esta, sim, é osso dos meus ossos e carne da minha carne! Ela será chamada mulher, porque do homem foi tirada" (Gn 2.23).

Como veremos adiante, os cristãos diferem sobre o grau em que os desenvolvimentos evolutivos se deram após a criação, talvez (de acordo com alguns) conduzindo ao desenvolvimento de organismos mais e mais complexos. Embora haja diferenças sinceras sobre essa matéria entre os cristãos com respeito aos reinos animal e vegetal, os textos bíblicos são tão explícitos que seria muito difícil para alguns defender a completa veracidade das Escrituras e, ainda assim, sustentar que os seres humanos são o resultado de um longo processo evolutivo. Quando a Escritura diz que o Senhor "formou o homem do pó da terra" (Gn 2.7), isso não parece significar que ele tenha utilizado um processo que levou milhões de anos e tenha empregado o acaso no desenvolvimento de milhares de organismos crescentemente complexos. E ainda mais impossível de conciliar com o pensamento evolucionista é o fato de que essa narrativa claramente retrata Eva como não possuindo mãe; ela foi criada diretamente da costela de Adão enquanto este dormia (Gn 2.21). Mas em uma base puramente evolutiva, isso não seria possível, pois mesmo o primeiro "ser humano" fêmea teria descendido de alguma criatura parecida com o ser humano, mas que ainda era animal. O NT reafirma a historicidade da criação especial de Eva vinda de Adão, quando Paulo diz: "Pois o homem não se originou da mulher, mas a mulher do homem; além disso, o homem não foi criado por causa da mulher, mas a mulher por causa do homem" (1 Co 11.8,9).

A criação especial de Adão e Eva mostra que, embora possamos ser iguais a animais em muitos aspectos de nosso corpo físico, mesmo assim somos muito diferentes dos animais. Fomos criados "à imagem de Deus", o ponto mais alto da criação de Deus, mais parecidos com Deus que com qualquer

outra criatura, designados para governar o restante da criação. Mesmo a brevidade da narrativa da criação de Gênesis (comparada com a história dos seres humanos no restante da Bíblia) coloca uma ênfase maravilhosa sobre a importância do homem em relação ao restante do universo. Ela, assim, resiste às tendências modernas de ver o homem como destituído de significado em comparação com a imensidão do universo.

3. A obra do Filho e do Espírito Santo na criação.

Deus Pai foi o agente primário no ato iniciador da criação. Mas o Filho e o Espírito Santo foram também ativos. O Filho é muitas vezes descrito como aquele "por intermédio" de quem a criação se deu. "Todas as coisas foram feitas por intermédio dele; sem ele,nada do que existe teria sido feito" (Jo l.3). Paulo diz que "há um só Senhor, Jesus Cristo,por meio de quem vieram todas as coisas e por meio de quem vivemos" (lCo 8.6) e "nele foram criadas todas as coisas" (Cl 1.16). Essas passagens fornecem o quadro sólido do Filho como agente ativo na execução dos planos e diretrizes do Pai.

O Espírito Santo estava também em operação na criação. Ele é geralmente descrito como completando, preenchendo e dando vida à criação de Deus. Em Gênesis 1.2,"... o Espírito de Deus se movia sobre a face das águas", indicando uma função preservadora, sustentadora e orientadora. Jó diz: "O Espírito de Deus me fez; o sopro do Todo-poderoso me dá vida" (Jô 33.4). É importante perceber que em várias passagens do AT a mesma palavra hebraica (rûach) pode significar, em contextos diferentes, "espírito", "sopro" ou "vento". Mas em muitos casos não há grande diferença de significado, pois, se alguém decidisse traduzir alguns termos como o "sopro de Deus" ou mesmo o "vento de Deus", ainda pareceria um modo figurado de referir-se à atividade do Espírito Santo na criação. Assim o salmista, falando da grande variedade de criaturas na terra e no mar, diz: "Envias o teu Espírito, eles são criados, e, assim, renovas a face da terra" (Sl 104.30, RA); observe também, sobre a obra do Espírito Santo, (Jó 26.13; Is 40.13; lCo 2.10).

B. A criação é distinta de Deus e, todavia, sempre dependente dele.

O ensino da Escritura a respeito da relação entre Deus e a criação é singular entre as religiões do mundo. A Bíblia ensina que Deus é distinto de sua criação. Ele não é parte dela, pois foi ele quem a fez e a governa. O termo freqüentemente usado para dizer que Deus é muito maior que sua criação é a palavra transcendente. De maneira muito simples, isso significa que Deus está muito "acima" da criação no sentido em que é maior que a criação e independente dela.

Deus está também muito envolvido com a criação, pois ela é continuamente dependente dele para existir e funcionar. O termo técnico usado para falar do envolvimento de Deus com a criação é o termo imanente, que significa "permanecer em" a criação. O Deus da Bíblia não é uma divindade abstrata removida da criação e sem interesse nela. A Bíblia é a história do envolvimento de Deus com sua criação e particularmente com os seres humanos criados. Jó afirma que mesmo os animais e as plantas dependem de Deus : "Em sua mão está a vida de cada criatura e o fôlego de toda a humanidade" (Jó 12.10). No Novo Testamento, Paulo afirma que Deus "dá a todos a vida, o fôlego e as demais coisas" e que "nele vivemos, nos movemos e existimos" (At 17.25,28). De fato, em Cristo "tudo subsiste" (Cl 1.17), e ele está continuamente "sustentando todas as coisas por sua palavra poderosa" (Hb 1.3). Tanto a transcendência como a imanência de Deus são afirmadas em um simples versículo quando Paulo fala de "um só Deus e Pai de todos, que é sobre todos, por meio de todos e em todos" (Ef 4.6).

O fato de que a criação é distinta de Deus e no entanto é sempre dependente de Deus e de que Deus está muito acima da criação e mesmo assim envolvido com ela (em resumo, que Deus é tanto transcendente como imanente) .

Isso é claramente distinto do materialismo, que é a filosofia mais comum dos descrentes hoje em dia e que nega igualmente a existência de Deus. O materialismo diria que o universo material é tudo o que há.

Os cristãos de hoje que colocam o esforço quase total de suas vidas no objetivo de ganhar dinheiro e adquirir mais posses tornam-se materialistas "práticos" em suas atividades, ja que suas vidas não seriam muito diferentes se eles realmente não cressem em Deus.

A narrativa escriturística da relação entre Deus e sua criação é também distinta do panteísmo . A palavra grega pan significa “tudo” ou “cada”, e panteísmo é a idéia de que tudo, o universo total, é Deus ou é parte de Deus.

O panteísmo nega diversos aspectos essenciais do caráter de Deus. Se o universo inteiro é Deus, então Deus não possui personalidade distinta. Deus não é mais imutável, porque, como o universo muda, Deus também muda. Além disso, Deus não mais é santo, porque o mal no universo também é parte de Deus. Outra dificuldade é que em última análise a maioria dos sistemas panteístas (como o budismo e muitas outras religiões orientais) acabam negando a importância da personalidade humana individual: como tudo é Deus, a meta do indivíduo seria mesclar-se com o universo e tornar-se mais e mais unido a ele, perdendo assim a sua especificidade individual. Se o próprio Deus não possui identidade pessoal distinta e separada do universo, certamente não devemos nos esforçar para possuí-la também. Assim, o panteísmo destrói não somente a identidade pessoal de Deus, mas também, de modo definitivo, a dos seres humanos.

A narrativa bíblica também destrói o dualismo . Essa é a idéia de que tanto Deus como o universo material existem eternamente lado a lado. Assim, há duas forças supremas no universo, Deus e a matéria.

O problema com o dualismo é que ele indica o conflito eterno entre Deus e os aspectos maus do universo material. Deus triunfará de modo definitivo sobre o mal no universo? Não podemos estar certos, porque tanto Deus como o mal certamente existem eternamente lado a lado. Essa filosofia negaria tanto o senhorio supremo de Deus sobre a criação como também o fato de que a criação veio a existir por causa da vontade de Deus, que ela deve ser usada unicamente para seus propósitos e que ela existe para glorificá-lo. Essa perspectiva também negaria que tudo no universo foi criado inerentemente bom (Gn 1.31) e encorajaria pessoas a ver a realidade material como má em si mesma, em contraste com a genuína narrativa bíblica da criação que Deus fez para ser muito boa e que ele governa para os seus propósitos.

Um exemplo de dualismo na cultura moderna é a trilogia Guerra nas estrelas, que postula a existência da “força” universal que tem tanto o lado bom como o mau. Não há o conceito do Deus transcendente e santo que governa tudo e certamente triunfará sobre tudo. Quando os não-cris-tãos hoje começam a ficar conscientes da realidade espiritual no universo, eles muitas vezes se tornam dualistas, reconhecendo apenas que há aspectos bons e maus no mundo sobrenatural ou espiritual. O movimento Nova Era é na maior parte dualista. Naturalmente Satanás está se deliciando por haver pessoas pensando que existe uma força má no universo que talvez seja igual ao próprio Deus.

A visão cristã da criação é também distinta da perspectiva do deísmo . O deísmo é a visão de que Deus não está agora diretamente envolvido com a criação.

O deísmo geralmente sustenta que Deus criou o universo e é muito maior que ele (Deus é “transcendente”). Alguns deístas também concordam que Deus tem padrões morais e por fim vai considerar as pessoas responsáveis no dia do juízo. Mas eles negam o envolvimento atual de Deus com o mundo, não dando assim espaço algum para sua imanência na ordem criada. Ao contrário, Deus é visto como o relojoeiro divino que deu corda no relógio da criação no início, mas depois o deixou funcionar por si próprio.

Ao mesmo tempo em que o deísmo afirma a transcendência de Deus, ele nega quase toda a história da Bíblia, que é a história do envolvimento ativo de Deus no mundo. Muitos cristãos nominais ou “mornos” são de fato deístas práticos, já que vivem longe da oração genuína, adoração, temor de Deus ou confiança contínua em Deus para que este cuide das necessidades que surgem.

C. Deus criou o universo para mostrar a sua glória

Está claro que Deus criou seu povo para a sua glória, porque ele fala de seus filhos e filhas como aqueles “a quem criei para a minha glória, a quem formei e fiz” (Is 43.7). Mas não são somente os seres humanos que Deus criou com esse propósito. Toda a criação foi feita para mostrar a glória de Deus. Mesmo a criação inanimada, as estrelas, o sol, a luz e o céu testificam da grandeza de Deus: “Os céus declaram a glória de Deus; o firmamento proclama a obra das suas mãos” (Sl 19.1,2). O cântico da adoração celestial em Apocalipse 4 conecta a criação de todas as coisas por Deus com o fato de que ele é digno de receber a glória que elas lhe conferem: “Tu, Senhor e Deus nosso, és digno de receber a

glória, a honra e o poder, porque criaste todas as coisas, e por tua vontade elas existem e foram criadas" (Ap 4.11).

O que a criação mostra a respeito de Deus? Primeiramente ela mostra seu grande poder e sabedoria, muito acima de qualquer coisa que poderia ser imaginada por qualquer criatura.

"Mas foi Deus quem fez a terra como seu poder, firmou o mundo com a sua sabedoria e estendeu os céus com o seu entendimento" (Jr 10.12). O simples olhar para o sol ou para as estrelas nos convence do infinito poder de Deus. E mesmo a breve inspeção de qualquer folha de árvore, ou da maravilha da mão humana, ou de qualquer célula viva nos convence da grande sabedoria de Deus. Quem poderia fazer tudo isso? Quem poderia fazer isso do nada? Quem poderia sustentar tudo isso dia após dia por anos sem fim? Tal poder infinito e capacidade complexa estão completamente além de nossa compreensão. Quando meditamos nisso, damos glória a Deus.

Quando afirmamos que Deus criou o universo para mostrar a sua glória, é importante que percebamos que ele não precisava criá-lo. Não devemos pensar que Deus precisava de mais glória do que ele tinha dentro da Trindade por toda a eternidade ou que ele estava de alguma forma incompleto sem a glória que haveria de receber do universo criado. Isso seria negar a independência de Deus e sugerir que Deus precisava do universo a fim de ser plenamente Deus. Ao contrário, devemos afirmar que a criação do universo foi um ato de Deus totalmente livre. Não era um ato necessário, mas foi algo que Deus escolheu fazer ."Tu, Senhor [...], criaste todas as coisas, e por tua vontade elas existem e foram criadas" (Ap 4.11). Deus quis criar o universo para demonstrar sua excelência. A criação mostra sua grande sabedoria e poder, bem como, de modo supremo, todos os seus outros atributos. Parece então que Deus criou o universo para se deleitar na criação, pois, como a criação mostra os vários aspectos do caráter de Deus, ele tem prazer nela.

Isso explica por que temos prazer espontâneo em todas as espécies de atividades criadoras que temos. As pessoas com habilidades artísticas, musicais ou literárias têm prazer em criar coisas e vê-las, ouvi-las ou ponderar sobre a obra criada. E um dos aspectos encantadores da humanidade — em contraste com o restante da criação — é a nossa capacidade de criar coisas novas. Isso também explica por que temos prazer em outras espécies de atividade "criativas": muitas pessoas apreciam cozinhar, decorar a casa, jardinagem, trabalhar com madeira ou outros materiais, produzir invenções científicas ou inventar novas soluções para problemas de produção industrial. Mesmo as crianças gostam de colorir quadros ou construir casas de bloquinhos de plástico. Em todas essas atividades, refletimos em escala menor a atividade criadora de Deus, por isso devemos ter prazer nela e agradecer a Deus por ela.

Em todas essas atividades, refletimos em escala menor a atividade criadora de Deus, por isso devemos ter prazer nela e agradecer a Deus por ela.

D. O universo que Deus criou era "muito bom"

Esse ponto é a seqüência do ponto anterior. Se Deus criou o universo para mostrar a sua glória, então devemos esperar que o universo cumpra o propósito para o qual ele o criou. De fato, quando Deus terminou a sua obra de criação, ele teve prazer nela. No final de cada estágio da criação, Deus viu que o que ele havia feito era bom (Gn 1.4,10,12,18,21,25). Então, no final dos seis dias da criação, "...Deus viu tudo o que havia feito, e tudo havia ficado muito bom" (Gn 1.3 1). Deus teve prazer na criação que ele havia feito exatamente como havia proposto fazer.

Mesmo havendo pecado no mundo agora, a criação material é ainda boa à vista de Deus e deveria ser vista como "boa" por nós também. Esse conhecimento vai nos livrar de um ascetismo falso que vê o uso e o prazer da criação material como errado. Paulo diz que "... tudo o que Deus criou é bom, e nada deve ser rejeitado, se for recebido com ação de graças, pois é santificado pela palavra de Deus e pela oração" (lTm 4.4,5).

Embora a ordem criada possa ser usada de modo pecaminoso e egoísta, desviando nossas afeições de Deus, não devemos deixar o perigo do abuso da criação de Deus privar-nos de desfrutá-la de modo positivo, com gratidão e alegria, para o bem do seu Reino. Logo após Paulo ter advertido contra o desejo de ser rico e do "amor ao dinheiro" (cf. lTm 6.9,10), ele afirma que é o próprio Deus "que de tudo nos provê ricamente, para a nossa satisfação" (lTm 6.17). Esse fato incentiva os cristãos a encorajar o desenvolvimento industrial e tecnológico apropriado (juntamente com a preocupação ambiental), e a usar de modo alegre e agradecido todos os produtos da exuberante terra que Deus

criou — com a imensa variedade de comidas, roupa, habitação, assim como dos produtos modernos como automóveis, aviões, câmeras, telefones e computadores.Todas essas coisas podem ser superestimadas e usadas indevidamente, mas em si mesmas não são más; representam o desenvolvimento da boa criação de Deus e devem ser vistas como belos dons de Deus.

Autor: Wayne Grudem
Fonte: Teologia Sistemática do autor. Ed. Vida Nova

Segundo Parte

Creio em Jesus Cristo, seu único Filho, nosso Senhor, o qual foi concebido por obra do Espírito Santo; nasceu da virgem Maria; padeceu sob o poder de Pôncio Pilatos, foi crucificado, morto e sepultado; ressurgiu dos mortos ao terceiro dia; subiu ao Céu; está sentado à direita de Deus Pai Todo-poderoso, donde há de vir para julgar os vivos e os mortos.

A. Creio em Jesus Cristo, seu único Filho, nosso Senhor,

01. A Divindade de Cristo

Mc 2.28; Jo 1.1-14; Jo 8.58; Jo 20.28; Rm 9.5; Fp 2.9-11; Cl 1.19; 1 Jo 5.20

"E sabemos que já o Filho de Deus é vindo, e nos deu entendimento para conhecermos o que é verdadeiro; e no que é verdadeiro estamos, isto é, em seu Filho Jesus Cristo. Este é o verdadeiro Deus e a vida eterna." (1 Jo 5.20)

Para ser cristão, é indispensável ter fé na divindade de Cristo. Esta é uma parte essencial do Evangelho de Cristo no Novo Testamento. Mesmo assim, em todos os séculos, a Igreja tem sido obrigada a lidar com pessoas que alegam ser cristãs e ao mesmo tempo negam ou distorcem a divindade de Cristo.

Na história da Igreja houve quatro séculos durantes os quais a confissão da divindade de Cristo foi uma questão crucial e polêmica dentro da Igreja. Foram os séculos IV, V, XIX e XX. Visto estarmos vivendo num século em que as heresias estão assaltando a Igreja, urge que a confissão da divindade de Cristo seja resguardada.

No Concílio de Nicéia, no ano 325 d.C., a igreja, em oposição à heresias Ariana, declarou que Jesus é gerado e não criado, e que sua natureza divina é da mesma essência (homo ousios) que a do Pai. Essa afirmação declarou que a segunda pessoa da Trindade é uma em essência com Deus o Pai. Quer dizer, o "ser" de Cristo é o ser de Deus. Ele não é simplesmente à Deidade - ele é a Deidade.

A confissão da divindade de Cristo é extraída do testemunho multiforme do Novo Testamento. Como o Verbo Encarnado, Cristo é revelado como sendo não só preexistente em relação à criação, mas também eterno. A Bíblia diz que ele estava no princípio com Deus e também que ele é Deus (Jo 1.1-3). O fato de ele estar com Deus exige uma distinção pessoal na Deidade. O fato de ser Deus exige sua inclusão na Deidade.

Em outros textos, o Novo Testamento atribui a Jesus termos e títulos claramente divinos. Deus concedeu-lhe o preeminente título de Senhor (Fp 2.9-11). Como o Filho do Homem, Jesus reivindica ser Senhor do sábado (Mc 2.28) e ter autoridade para perdoar pecados (Mc 2.1-12). Ele é chamado o "Senhor da glória" (Tg 2.1) e recebeu adoração de bom grado, quando Tomé confessou: "Senhor meu e Deus meu!" (Jo 20.28).

Paulo declara que a plenitude da Deidade habita em Cristo corporalmente (Cl 1.19), e que Jesus é superior aos anjos,, tema este reiterado no livro de Hebreus. Adorar um anjo, ou qualquer criatura, não importa quão exaltada ela seja, é violar a proibição bíblica contra a idolatria. A expressão "Eu sou" repetida no Evangelho de João também testifica sobre a identificação de Jesus Cristo com a Deidade.

No Século V, o Concílio de Calcedônia (451 d.C.) afirmou que Jesus era verdadeiramente homem e verdadeiramente Deus. O concílio declarou que as duas natureza de Jesus humana e divina, eram sem mistura, confusão, separação ou divisão.

Sumário
1. A divindade de Cristo é uma doutrina essencial do cristianismo.

2. A Igreja enfrentou crise causadas por heresias concernentes à divindade de Cristo nos séculos IV. V, XIX e XX.

3. O Concílio de Nicéia (325 d.C.) afirmou a divindade de Cristo, declarando que ele é da mesma substância ou essência que o Pai, q que ele não era um ser criado.

4. O Novo Testamento afirma claramente a divindade de Cristo.

5. O Concílio de Calcedônia (451 d.C.) declarou que Jesus era verdadeiramente Deus.

Autor: R. C. Sproul
Fonte: 1º Caderno Verdades Essenciais da Fé Cristã – R.C.Sproul. Editora Cultura Cristã.

02. A Humanidade de Cristo

Jo 1.1-14; Gl 4.4; Fp 2.5-11; Hb 2.14-18; Hb 4.15

"E o Verbo se fez carne, e habitou entre nós" Jo 1.14a

Uma das doutrinas mais vitais do Cristianismo histórico é que o Deus Filho tomou uma verdadeira natureza humana. O grande Concílio de Calcedônia, no ano 451 da era cristã, afirmou que Jesus é verdadeiramente homem e verdadeiramente Deus, e que suas duas naturezas são assim unidas, sem mistura, confusão, separação ou divisão, cada natureza retendo seus próprios atributos.

A humanidade de Jesus tem sido atacada principalmente em dois aspectos. A igreja primitiva teve de lutar contra a heresia do docetismo, a qual ensinava que Jesus não tinha um corpo físico real ou uma verdadeira natureza humana. Essa doutrina argumentava que Jesus apenas "parecia" ter um corpo, mas na realidade ele era uma espécie de ser fantasmagórico. Justamente contra isso, João declarou veementemente que aquele que negasse que Jesus realmente se manifestou na carne era do Anticristo.

A outra grande heresia que a Igreja rejeitou foi a heresia do monofisismo, a qual argumentava que Jesus não tinha duas natureza, mas apenas uma. Essa natureza única não era totalmente divina nem totalmente humana, mas um misto de ambas. Essa natureza era chamada "teantrópica". A heresia do monofisismo defende uma natureza deificada ou uma natureza divina humanizada.

Formas sutis de monofisismo têm ameaçado a Igreja em todas as gerações. A tendência segue na direção de permitir que a natureza humana seja engolfada pela natureza divina de tal maneira que as limitações reais da humanidade de Jesus são removidas.

Temos de distinguir entre as duas naturezas de Jesus sem separá-las. Quando Jesus demonstra fome, por exemplo, vemos isso como uma manifestação da natureza humana, não da divina. O que se diz sobre a natureza divina ou da natureza humana pode ser afirmado com relação à pessoa. Na cruz, por exemplo, Cristo, o Deus-homem, morreu. Isso, entretanto, não que dizer que Deus morreu na cruz. Embora as duas naturezas permanecessem unidas depois da ascensão de Cristo, ainda temos de distinguir as naturezas, considerando o modo como ele está presente conosco. Entretanto, em sua natureza divina Cristo nunca está ausente de nós.

A humanidade de Cristo é como a nossa. Ele tornou-se homem "por nossa causa", Ele entrou em nossa situação para agir como nosso Redentor. Tornou-se nosso substituto, tomando sobre si nossos pecados, a fim de sofrer em nosso lugar. Ele também tornou-se nosso campeão, cumprindo a Lei de Deus em nosso favor.

Na redenção, existe uma dupla mudança. Nossos pecados são atribuídos a Jesus. Sua justiça é atribuída a nós. Ele recebe o castigo merecido pela nossa humanidade imperfeita, enquanto nós recebemos a bênção devida à sua humanidade perfeita. Em sua humanidade, Jesus tinha as mesmas

limitações comuns a todos os seres humanos, exceto que ele era sem pecado. Em sua natureza humana, ele não era onisciente. Seu conhecimento, embora fosse acurado e exato, não era infinito. Havia coisas que ele não sabia, como por exemplo, o dia e a hora de sua volta à Terra (). É claro que em sua natureza divina ele é onisciente e sua conhecimento é ilimitado.

Como ser humano, Jesus estava restrito pelo tempo e espaço.Como todo ser humano, ele não podia estar em mais de um lugar ao mesmo tempo. Ele suava. Sentia fome. Chorava. Sofria dores. Ele era mortal, capaz de sofre a morte. Em todos esses aspectos era como nós.

Sumário

1. Jesus tinha uma verdadeira natureza que estava perfeitamente unida à sua natureza divina.

2. O docetismo dizia que Jesus não tinha um corpo físico real.

3. A heresia do monofisismo envolve a deificação da natureza humana, de modo que a humanidade de Jesus é eclipsada pela sua divindade.

4. A humanidade de Cristo é a base de sua identificação conosco;

5. Jesus tomou nossos pecados sobre si e partilha conosco sua justiça.

6. A natureza humana de Jesus tinha as limitações normais do ser humano, exceto que ele era sem pecado.

Autor: R. C. Sproul
Fonte: 1º Caderno Verdades Essenciais da Fé Cristã – R.C.Sproul. Editora Cultura Cristã.

02. A impecabilidade de Jesus

"[Cristo] ... não cometeu pecado, nem na sua boca se achou engano." 1 Pe 2.22

O Novo Testamento insiste que Jesus era totalmente isento de pecado (Jo 8.46; 2 Co 5.21; Hb 4.15; 7.26; 1 Pe 2.22; 1 Jo 3.5). Isto quer dizer que não somente Ele nunca desobedeceu a seu Pai, mas que amava a lei de Deus e sentia sincero prazer em cumpri-la. Nos seres humanos degradados há sempre alguma relutância em obedecer a Deus, e algumas vezes ressentimento que se transforma em ódio diante das alagações que Ele faz sobre nós (Rm 8.7). Mas a natureza moral de Jesus era inocente, com foi a de Adão antes de seu pecado, e em Jesus não havia nenhuma inclinação de afastar-se de Deus que permitisse a Satanás tirar proveito de todo seu coração, mente, alma e força.

Hebreus 4.15 diz que Jesus foi "tentado em todas as coisas, à nossa semelhança, mas sem pecado". Isto significa que todas as tentações que enfrentamos - para satisfazer erradamente os desejos natura os do corpo e da mete, evitar assuntos morais e espirituais, desviar-se da moral e buscar caminhos fáceis, ser menos do que amável, solidário e bondoso para como os outros, tornar-se autoprotetor e autocomiserativo etc. - vieram sobre Ele, mas Ele não cedeu a nenhuma delas. A oposição opressora não o subjugou, e diante da agonia do Getsêmani e da cruz lutou contra a tentação e resistiu ao pecado, a ponto de ter seu sangue derramado. Os crentes devem aprender com Ele a proceder da mesma maneira (Hb 12.3-13; Lc 14.25-33)

A impecabilidade de Jesus era necessária para a nossa salvação. Não fosse Ele " um cordeiro sem defeito e sem mácula", seu sangue não teria sido "precioso" (1 Pe 1.19). Ele mesmo teria necessitado de um salvador, e sua morte não nos teria redimido. Sua obediência ativa (perfeita conformidade permanente à lei de Deus para a raça humana, e à sua vontade revelada para o Messias) qualificou Jesus a tornar-se nosso Salvador ao morrer por nós sobre a cruz. A obediência passiva de Jesus (suportando o castigo da lei violada de Deus como nosso substituto imaculado) coroou sua obediência ativa para assegurar o perdão e aceitação daqueles que colocaram sua fé nele (Rm 5.18,19; 2 Co 5.18-21; Fp 2.8; Hb 10.5-10)

Autor: J. I. Packer
Fonte: Teologia Concisa, pg. 110, Ed. Cultura Crista.

04. Jesus Cristo como o Unigênito

Jo 1.1-18; Cl 1.15-19; Hb 1.1-14

"Deus nunca foi visto por alguém. O Filho unigênito, que está no seio do Pai, esse o revelou." Jo 1.18

A referência bíblia a Jesus "o unigênito do Pai" (Jo 1.14) têm provocado grandes controvérsias na história da Igreja. Devido ao fato de Jesus ser chamado também de "o primogênito de toda a criação" (Cl 1.15), tem-se argumentado que a Bíblia ensina que ele não é divino, e, sim, uma criatura exaltada.

As testemunhas de Jeová e os Mormons negam a divindade de Cristo apelando para esses conceitos. É principalmente devido a essa negação da divindade de Cristo que esses grupos sãos considerados como seitas e não como denominações cristãs.

A divindade de Cristo tornou-se uma questão crucial no século IV, quando o herege Ário negou a Trindade. O principal argumento dele contra a divindade de Cristo antecipou os argumentos atuais das Testemunhas de Jeová e dos Mórmons. Ário foi condenado como herege no Concílio de Nicéia no ano 325 d.C.

Ário alegava que a palavra grega traduzida por "unigênito" significa "acontecer", "tornar-se", ou "começar a ser". Aquilo que é gerado deve ter um início no tempo. Tem de ser finito com relação ao tempo, que é um sinal da condição de criatura. Ser o "primogênito de toda a criação' pressupõe o nível supremo da condição de criatura, uma categoria, mas que os anjos, mas não vai além do nível de criatura é digna de adoração. Ário via a atribuição de divindade a Jesus Cristo como uma blasfêmia e rejeição do monoteísmo bíblico. Para Ário, Deus deve ser considerado como "um", tanto no ser como em pessoa.

O Credo de Nicéia reflete a resposta da Igreja à heresia ariana. Confessa que Jesus era "gerado, não criado". Nesta fórmula simples a Igreja demonstrava zelo em se proteger contra a idéia de interpretar o termo unigênito significado ou implicando um condição de criatura.

Alguns historiadores têm falhado em relação ao Concílio de Nicéia, engajando-se na defesa especial ou no exercício da ginástica mental ao fugirem do significado claro e simples da palavra grega, unigênito, e da frase "primogênito de toda a criação". A igreja, porém, não fugiu arbitrariamente do significado simples desses termos. Havia bases justificáveis para proteger o termo unigênito com qualificativo "não criado".

Primeiro, a igreja estava procurando entender esses termos no contexto total do ensino bíblico concernente à natureza de Cristo. Convencida de que o Novo Testamento claramente atribui divindade a Cristo, a Igreja se pôs contra lançar uma parte das Escrituras contra outras.

Segundo, embora o Novo Testamento fosse escrito na língua grega a maioria das formas de pensamentos e conceitos está saturada de significados hebraicos. Os conceitos hebraicos são expressos por meios do veículo da língua grega. Este fato soa como uma advertência contra a interpretação muito literal com base nas difíceis nuanças do grego clássico. Assim como João usa o termo logos para referir-se a Jesus, seria um erro saturar esse termo exclusivamente com as idéias gregas associadas ao uso da palavra.

Terceiro, o termo unigênito é usado numa forma modificada no Novo Testamento. Em João 1.14 Jesus é referido como "o unigênito do Pai". Em algumas traduções, em João 1.18 ele chamado de o "Filho unigênito", Existem evidências significativas nos manuscritos que sugerem que o original grego dizia "o Deus unigênito". Tivesses esse texto sido aceito, acabaria o debate. Entretanto, se tratarmos o texto com redigido "o Filho unigênito", ainda teremos um modificador crucial. Jesus é chamado o único gerado (gr. monogenais). O prefixo mono no grego é mais forte do que a palavra único em nosso idioma. Jesus é absolutamente singular em sua genitural. Ele é o único gerado. Ninguém ou nenhum outro é gerado no sentido como Jesus o foi. O fato de a Igreja falar sobre Jesus como o eterno unigênito é uma tentativa de fazer justiça a isso. O Filho procede eternamente do Pai, não como criatura, mas como a Segunda Pessoa da Trindade.

O livro de Hebreus, que também refere-se a Jesus como sendo o "gerado" (Hb 1.5), talvez seja a epístola que nos fornece a mais elevada Cristologia encontrada no Novo Testamento. O único livro que

rivaliza com Hebreus nesse aspecto é o Evangelho de João. è João quem claramente chama Jesus de "Deus". Também é João quem fala de Cristo como o "unigênito".

Finalmente, a frase "primogênito de toda a criação" deve ser entendida a luz do contexto da cultura judaica do século I. Deste ponto de vista, podemos ver que o termo primogênito refere-se à condição exaltada de Cristo como o herdeiro do Pai. Assim como o filho primogênito geralmente recebia a herança patriarcal, assim Jesus, como o divino Filho, recebe o reino do Pai como herança.

Sumário

1. O Fato de Jesus ser chamado "O unigênito do Pai" e de "primogênito de toda a criação tem criado controvérsias na história da igreja quanto à sua divindade.

2. Testemunhas de Jeová e os Mórmons usam tais passagens para negar a divindade de Cristo.

3. o Credo de Nicéia claramente expressa que Jesus era "gerado, não criado". Essa distinção cuidadosa era um reflexo da afirmação do Novo Testamento da divindade de Cristo.

4. Jesus é chamado "o unigênito do Pai". Jesus é o único gerado do Pai, não como criatura, mas como o eterno Filho de Deus, a Segunda Pessoa da Trindade.

5. O termo primogênito deve ser entendido a luz do contexto da cultura judaica do século I. Jesus é o primogênito de toda a criação no sentido de que ele é o herdeiro de tudo aquilo que pertence ao Pai.

Autor: R. C. Sproul
Fonte: 1º Caderno Verdades Essenciais da Fé Cristã – R.C.Sproul. Editora Cultura Cristã.

05. Salvador, mas não Senhor?

O anunciado "debate senhorio-salvação", a visão amplamente sustentada de que Jesus pode ser o Salvador de uma pessoa sem ser o seu Senhor, está finalmente recebendo a crítica que merece. Contudo, há perigos em ambos os lados deste debate.

Por um lado, há aqueles que afirmam que uma pessoa pode se virar para Cristo em fé sem nunca se submeter ao Seu senhorio. Somos salvos, eles dizem, fazendo de Cristo Salvador, não O fazendo Senhor. O outro lado reage dizendo que isso é "fé do diabo" — isto é, o tipo de "fé" da qual Tiago falou quando perguntou retoricamente, "Pode, acaso, semelhante fé salvá-lo?" (Tiago 2:14). A fé salvadora inclui não apenas a dependência em Cristo para a libertação do julgamento, mas compromisso com Cristo e submissão ao Seu senhorio.

No caso daqueles que negam a necessidade de "fazer de Cristo, Senhor", deveríamos responder, em primeiro lugar, concordando que não somos salvos "fazendo de Cristo, Senhor". Mas também não somos salvos "fazendo de Cristo, Salvador". Não fazemos nada de Cristo! Ele é Salvador e Ele é Senhor sem levar em consideração o que pensamos ou fazemos dEle. Na verdade, é porque Ele é Salvador completamente à parte de nossa atividade que somos salvos em primeiro lugar. Ele veio a nós "estávamos mortos" (Efésios 2:5). Ele nos regenera, nos dá o dom da fé e, então, nos justifica através da fé em Cristo. A escola de pensamento "fazer dEle seu salvador" adere ao que tem sido chamado "regeneração que provém de decisão". Para muitos, é esta "pequena" obra que fazemos que se torna merecedora da vida eterna.

Uma segunda falha no ensino "Salvador, mas não Senhor" é o recorrente erro wesleyano de tornar justificação e santificação dons que são separadamente obtidos através de atos separados de fé. De acordo com as Escrituras, há um ato de fé que nos une a Cristo e, uma vez unidos a Ele através deste ato de fé, tanto a justificação (a declaração de justiça de uma vez por todas) quando a santificação (um processo gradual, lento e doloroso de crescimento na justiça) se tornam nossos em Cristo. Somos justificados de uma vez, mas só somos santificados em um processo gradual. Contudo, tanto a declaração quanto o processo são dados apenas através da mesma condição de fé em Cristo somente (Romanos 8:30; 1 Coríntios 1:30; Efésios 2:8-10).

Por isso, neste campo deveríamos insistir na união com Cristo como a obra soberana de Deus em não apenas tornar possível uma nova vida, mas criá-la onde nenhuma causa existia além da Sua própria vontade e esforço.

É aceito pela razão que se nós "fazemos de Cristo, Salvador", podemos também determinar se permitiremos que Ele seja nosso Senhor. Mas a Bíblia não fala sobre permitir que Ele seja ou faça isso ou aquilo. "Porque Deus é quem efetua em vós tanto o querer como o realizar, segundo a Sua boa vontade" (Filipenses 2:13). Conseqüentemente, é inevitável que a árvore boa produza bons frutos. Aqueles a quem Deus regenera tornam-se árvores vivas. "Não fostes vós que me escolhestes a mim"; disse Jesus, "pelo contrário, eu vos escolhi a vós outros e vos designei para que vades e deis fruto, e o vosso fruto permaneça" (João 15:16). Quando a salvação é vista como programa de homem, é deixado para o homem escolher se deixará Deus fazer isso ou aquilo, mas quando é vista como programa de Deus, há uma confiança e uma certeza que ninguém a quem Deus regenera será chamado de "cristão carnal". Lutero disse, "Se as obras e o amor não florescerem, não é fé genuína, o evangelho ainda não ganhou posição segura, e Cristo não é ainda corretamente conhecido". Novamente, se temos Cristo, temos Sua santidade imputada (justificação) como também Sua santidade transmitida (santificação). Sem o sentido de uma, não pode haver sentido da outra.

Ao mesmo tempo, no entanto, há um perigo igual quando reagimos contra esta falsa mensagem: enfatizar a inevitabilidade do fruto a ponto de subestimar a realidade da pecaminosidade em andamento. Novamente, é "simultaneamente pecador e justificado". Calvino nos preveniu a esse respeito. Existe a igreja visível, constituída de todos os cristãos professos de todos os tempos e lugares e, então, existe a igreja invisível, constituída de todos os verdadeiros crentes. Para pertencer à primeira, uma pessoa precisa confessar a Cristo, ser batizada, e receber a Santa Comunhão. E aceitamos todos em nossa congregação que pertencem à igreja dessa forma, quer pareçam ou não possuir o zelo ou grau de compromisso que esperaríamos. Visto que definitivamente não podemos saber o número de crentes genuínos (igreja invisível), não devemos nos tornar "polícia dos frutos". Nas próprias palavras de Calvino, "Saber quem são seus é uma prerrogativa que pertence unicamente a Deus (2 Timóteo 2:19)...Porque aqueles que parecem totalmente perdidos e acima da esperança são, pela Sua bondade, chamados de volta ao caminho; enquanto aqueles que, mais do que os outros, parecem estar firmes, freqüentemente caem".

Há ainda outra falha mais crítica, como a vejo, com algumas versões do "senhoria salvação". Isto é, a tendência de alargar a definição de fé ao ponto onde realmente se torna uma obra. Por exemplo, os Reformadores definiram fé como conhecimento (compreensão dos fatos do evangelho), aceitação (ser convencido de que eles são verdadeiros), e confiança (confiar a salvação da alma a Cristo com base no conhecimento e aceitação). Apesar disso, um proponente dominante do "senhorio salvação" escreveu "a fé circunda a obediência" e que a confiança (terceiro aspecto da fé) "é a determinação da vontade para obedecer à vontade". Pode bem ser um caso de semântica aqui, mas quando estamos falando do maior e mais santo assunto de todos das Escrituras, cada palavra é importante. A fé não circunda a obediência. Este é o ponto do apóstolo Paulo em Romanos 4, e, quanto à questão, por todos os seus escritos: Somos justificados pela graça através da fé — não através da obediência. Assim, quando fazemos da obediência um aspecto da fé, maculamos a fé e as obras, a justificação e a santificação. Uma vez justificados, a fé e as obras não são divergentes — a primeira produz as últimas. Porém, a fé é sempre divergente do mérito. O fruto que observamos ou deixamos de observar nunca pode ser usado como uma vara de medida; neste caso, a fé produz mérito em vez de obras, e isso é claramente não escriturístico. Justiça de obras pode facilmente se confundir com "fé" quando a fé é definida como se circundasse a obediência. Além disso, confiança justificadora não é "a determinação da vontade em obedecer à verdade", mas a confiança que Deus nos dá de que Cristo já cumpriu nossa obediência. Estas palavras são, de fato, importantes.

Todavia, embora a fé não circunde a obediência, ela a produz. E, embora a confiança certamente não seja "a determinação da vontade em obedecer à verdade", confiar em Cristo pela fé apenas inevitavelmente levará a uma nova vontade de obedecer à verdade. Para o campo "Salvador", mas não "Senhor", deve haver um reconhecimento de que a fé inevitavelmente produz obediência devido à iniciativa soberana de Deus (em vez de uma pessoa fazê-lo Senhor). E para a escola "senhorio salvação", deve haver o reconhecimento de que, embora a fé inevitavelmente produza obediência, a fé não é, apesar disso, obediência.

A Reforma realmente respondeu esta questão de uma forma às vezes negligenciada por ambos os lados do presente debate. Por exemplo, Lutero falou sobre sermos justificados só pela fé, mas não pela fé que

está só. Àqueles que adicionariam à fé um elemento de obediência ativa (outro que não a de Cristo), os Reformadores repreenderiam, "Fé apenas!" Mas aos antinomianos (i.e., aqueles negariam o efeito da fé salvadora), eles insistiriam que a fé verdadeira nunca é isolada. Isso, de fato, é a semente que cai no solo rochoso ou é sufocada pelas ervas daninhas. Outra definição da posição Reformada é expressa no Catecismo de Heidelberg. Somos advertidos contra qualquer perfeccionismo, "Até mesmo o melhor que fazemos nesta vida é imperfeito e manchado com o pecado", fazendo com que toda obediência seja, na melhor das hipóteses, imperfeita. Isso, naturalmente, é consistente com Isaías 64:6, onde nos é dito, "todas as nossas justiças são como trapo da imundícia". Mesmo assim, o Catecismo apressa-se em responder à pergunta, "Este ensino não faz com que as pessoas se tornem indiferentes e más?" "Não. É impossível que aqueles enxertados em Cristo pela fé verdadeira, não produzam frutos de gratidão".

Eis aqui, então, dos dois corrimões da Reforma: somos justificados unicamente pelo conhecimento, aceitação e confiança na pessoa e obra de Jesus Cristo. Porém, qualquer pessoa justificada, foi regenerada, enxertada na vida de Cristo, e frutos de gratidão inevitavelmente se seguirão. Sem um interesse no Salvador e na Sua Palavra e sacramentos, não há vida. O senhorio de Cristo não é uma opção para os cristãos de primeira classe, mas uma inevitabilidade para todos os que compartilham Sua vida.

Autor: Michael Horton
Fonte: As Doutrinas da Maravilhosa Graça, Michael Horton, Editora Cultura Cristã, páginas 169-173.
http://www.monergismo.com/textos/sotereologia/salvador_senhor.htm

B. o qual foi concebido por obra do Espírito Santo; nasceu da virgem Maria;

01. Nascimento virginal

Quando falamos da humanidade de Cristo, convém começar pela consideração sobre o nascimento virginal de Cristo. A Escritura assevera claramente que Jesus foi concebido no ventre de sua mãe, Maria, por uma obra miraculosa do Espírito Santo, sem pai humano.

"foi assim o nascimento de Jesus Cristo: Maria, sua mãe, estava prometida em casamento a José, mas, antes que se unissem, achou-se grávida pelo Espírito Santo" (Mt 1.18). Logo em seguida o anjo do Senhor disse a José, que era comprometido com Maria: "José, filho de Davi, não tema receber Maria como sua esposa, pois o que nela foi gerado procede do Espírito Santo" (Mt 1.20). Então, lemos: "Ao acordar, José fez o que o anjo do Senhor lhe tinha ordenado e recebeu Maria como sua esposa. Mas não teve relações com ela enquanto ela não deu à luz um filho. E ele lhe pôs o nome de Jesus" (Mt 1.24,25).

O mesmo fato é afirmado no evangelho de Lucas, onde lemos a respeito da aparição do anjo Gabriel a Maria. Após o anjo ter-lhe dito que ela teria um filho, Maria disse: "Como acontecerá isso, se sou virgem?" O anjo respondeu: "O Espírito Santo virá sobre você, e o poder do Altíssimo a cobrirá com a sua sombra. Assim, aquele que há de nascer será chamado Santo, Filho de Deus" (Lc 1. 34,35; cf. 3.23).

Só essa afirmação da Escritura sobre o nascimento virginal de Cristo já nos dá a autorização suficiente para abraçar essa doutrina. Contudo, há também algumas implicações doutrinárias cruciais do nascimento virginal que ilustram sua importância. Podemos vê-las ao menos em três áreas:

a. Ela mostra que em última instância a salvação vem do Senhor, O nascimento virginal de Cristo é o lembrete inconfundível do fato de que a salvação não pode nunca vir por intermédio do esforço humano, mas deve ser obra sobrenatural de Deus. Esse fato estava evidente já no começo da vida de Jesus: 'Mas, quando chegou a plenitude do tempo, Deus enviou seu Filho, nascido de mulher, nascido debaixo da Lei [...] para que recebêssemos a adoção de filhos" (Gl 4.4,5).

b. O nascimento virginal tornou possível a união da plena divindade com a plena humanidade em uma só pessoa. Esse foi o meio que Deus usou para enviar seu Filho (Jo 3.16; Gl 4.4) ao mundo como homem. Se pensarmos por um momento em outros modos possíveis pelos quais Cristo poderia ter vindo ao mundo, nenhum deles seria claramente a união entre divindade e humanidade em uma pessoa. Provavelmente teria sido possível Deus criar Jesus como ser humano completo no céu e enviá-lo do céu para a terra sem o concurso de qualquer progenitor humano. Mas assim seria muito difícil

vermos como Jesus poderia ser plenamente humano como nós somos. Por outro lado, provavelmente também teria sido possível Deus enviar Jesus ao mundo com dois pais humanos, tanto o pai como a mãe, e fazer unir miraculosamente sua plena natureza divina à natureza humana em algum ponto, bem no começo de sua vida. Mas assim seria difícil entendermos como Jesus poderia ser plenamente Deus, já que sua origem seria igual a nossa em cada detalhe. Quando pensamos nessas duas outras possibilidades, isso nos ajuda a entender como Deus, em sua sabedoria, ordenou a combinação da influência humana e divina no nascimento de Cristo, de forma que sua plena humanidade seria evidente a partir de seu nascimento humano comum procedente de uma mãe humana, e a sua plena divindade seria evidente a partir do fato de sua concepção no ventre de Maria pela obra poderosa do Espírito Santo.

c. O nascimento virginal também torna possível a verdadeira humanidade de Cristo sem o pecado herdado. Como já observamos no capítulo 14, todos os seres humanos herdaram do primeiro pai, Adão, a culpa legal e a corrupção da natureza moral. Mas o fato de que Jesus não teve um pai humano significa que a linha de descendência de Adão é parcialmente interrompida. Jesus não descendeu de Adão exatamente da mesma forma que quaisquer outros seres humanos descenderam de Adão. Isso nos ajuda a entender por que a culpa legal e a corrupção moral que pertencem a todos os outros seres humanos não pertencem a Cristo.

Mas por que Jesus não herdou a natureza pecaminosa de Maria?

A Igreja Católica Romana responde a essa pergunta dizendo que a própria Maria foi livre do pecado, mas a Escritura em nenhum lugar ensina tal doutrina, que aliás não resolveria o problema de forma alguma (pois por que, então, Maria não teria herdado o pecado de sua mãe?). Uma solução melhor é dizer que a obra do Espírito Santo em Maria deve ter evitado não somente a transmissão do pecado de José (por Jesus não ter tido um pai humano), mas também, de modo miraculoso, a transmissão do pecado de Maria: "O Espírito Santo virá sobre você [...] Assim, aquele que há de nascer será chamado Santo, Filho de Deus" (Lc 1.35).

'Essa tradução do texto grego ("Assim, aquele que há de nascer será chamado Santo, Filho de Deus") é melhor do que a feita pela ARC e pela RA ("por isso, também o ente santo que há de nascer será chamado Filho de Deus"). Ela é melhor porque outros exemplos da literatura antiga mostram que a expressão grega to gennōmenon deve ser entendida como "a criança por nascer"

Autor: Wayne Grudem
Fonte: Teologia Sistemática do autor, Ed. Vida Nova

02. O Verbo se fez Carne

"E o Verbo se fez carne e habitou entre nós, e vimos a sua glória, como a glória do Unigênito do Pai, cheio de graça e de verdade" (João 1:14).

[Leia Lucas 1:1-56]

Nenhuma mente pode jamais compreender, nem língua terrena descrever, o grande mistério da piedade: "Deus se manifestou em carne". Aquele bebê nascido em Belém é próprio Deus eterno. Embora Ele fosse dependente do leito do seio de Sua mãe para viver, Ele é o Deus que formou os seios que O amamentavam. Embora Maria O segurasse em seus braços, Ele é o Deus que sustenta todas as coisas pela palavra do Seu poder. Embora Ele tenha aprendido a andar e falar, e tenha crescido como qualquer outra criança, Ele é o Deus onisciente e onipotente. Embora Ele tenha vivido como um homem em obediência deliberada, voluntária e perfeita à lei, Ele é o Deus que deu a lei à Moisés. Embora Ele tenha morrido sob a penalidade da lei como um homem em lugar de pecadores, aquele homem que morreu é Deus!

Por que Cristo nasceu? Por que o Filho de Deus assumiu a humanidade? "Esta é uma palavra fiel e digna de toda aceitação: que Cristo Jesus veio ao mundo, para salvar os pecadores"' (1 Timóteo 1:15). Atanásio disse: "Cristo se tornou o que nós somos para que Ele pudesse nos tornar o que Ele é". O Filho de Deus se tornou Filho do homem para este propósito: para que os filhos dos homens possam se tornar filhos de Deus. A. W. Tozer colocou isso da seguinte forma: "A majestade terrível da Deidade foi misericordiosamente envolvida no frágil envelope da natureza humana para proteger a humanidade".

O nosso Senhor Jesus Cristo, o Filho de Deus, se tornou um homem porque não era possível para Deus salvar pecadores de qualquer outra forma. Para ser o nosso Salvador, foi necessário que o próprio Deus se tornasse um de nós, osso dos nossos ossos e carne da nossa carne. Fosse Ele somente Deus, nunca poderia ter sofrido a punição do pecado como o nosso Substituto. Fosse Ele somente homem, nunca poderia satisfazer a ira e justiça infinita de Deus contra o pecado. Mas Aquele que é tanto Deus como homem, em uma pessoa gloriosa, tanto sofreu como satisfez a penalidade da lei como o Substituto do pecador.

Embora eu não possa entender nem explicar completamente a maravilha e o mistério da Sua pessoa, eu posso e na verdade confio naquele homem que é Deus como meu único e todo-suficiente Salvador. Visto que Deus se tornou homem e sofreu no lugar de homens, Ele é capaz de salvar todos que confiam nEle.

Autor: Don Fortner
Fonte: http://www.monergismo.com/textos/cristologia/verbo_fez_carne_fortner.htm
Traduzido por: Felipe Sabino de Araújo Neto
Cuiabá-MT, 29 de Junho de 2005.
http://www.monergismo.com/

C. padeceu sob o poder de Pôncio Pilatos, foi crucificado, morto e sepultado; ressurgiu dos mortos ao terceiro dia; subiu ao Céu; está sentado à direita de Deus Pai Todo-poderoso,

01. Sacrifício

"A quem (Jesus Cristo) Deus propôs, no seu sangue, como propiciação, mediante a fé... " Rm 3.25

Expiação significa consertar, apagar a ofensa e dar satisfação por erros cometidos, reconciliando assim as pessoas separadas e restaurando entre elas a relação rompida.

A Escritura menciona todos os seres humanos como necessitados de reparação de seus pecados, porém faltos de todo o poder e recursos para fazê-lo. Ofendemos nosso santo Criador, cuja natureza é odiar o pecado (Jr 44.4; Hc 1.13) e puni-lo (Sl 5.4-6; Rm 1.18; 2.5-9). Nenhuma aceitação haverá da parte desse Deus, ou comunhão com Ele, a menos que a reparação se faça, e considerando que há pecado mesmo em nossas melhores ações, qualquer coisa que façamos na esperança de repará-lo pode somente agravar nossa culpa ou piorar nossa situação. Isto torna danosa a insensatez de procurar instituir uma justiça própria diante de Deus (Jô 15.14-16; Rm 10-2, 3); isto simplesmente não pode ser feito.

Entretanto, contra este pano de fundo da desesperança humana, a Escritura anuncia o amor, a graça, a misericórdia, a piedade, a bondade e a compaixão de Deus _ o Criador ofendido, que provê em si mesmo a expiação que aquele pecado tornou necessária. Esta maravilhosa graça é o centro focal da fé, esperança, adoração, ética e vida espiritual do Novo Testamento; de Mateus ao Apocalipse ela refulge com opulenta glória.

Quando Deus tirou Israel do Egito, Ele instituiu como parte do relacionamento pactual um sistema de sacrifícios que tinha no seu centro o derramamento e oferta do sangue de animais sem defeito “para fazer expiação para vossas almas” (Lv 17.11). Esses sacrifícios eram típicos (isto é, tipos, pois apontavam para algo mais adiante). Embora os pecados fossem, de fato, “deixados impunes” (Rm 3.25) quando os sacrifícios eram oferecidos fielmente, o que efetivamente os apagava não era o sangue do animal (Hb 10.11), mas o sangue do antítipo, o Filho de Deus sem pecado, Jesus Cristo, cuja morte na cruz fez expiação por todos os pecados cometidos antes do evento, bem como por todos os pecados cometidos depois dele (Rm 3.2526; 4.3-8; Hb 9.11-15).

As referências do Novo Testamento ao sangue de Cristo são comumente sacrificiais (por exemplo, Rm 3.25; 5.9 Ef 1.17; Ap 1.5). Como sacrifício perfeito pelo pecado (Rm 8.3; Ef 5.2; 1 Pe 1.18,19), a morte de Cristo foi nossa redenção (isto é, nosso livramento por resgate: o pagamento de um preço que nos tornou livres do perigo da culpa, escravidão ao pecado e expectativa da ira; Rm 3.24; Gl 4.4,5; Cl 1.14). A morte de Cristo foi o ato de Deus de reconciliar-nos com Ele, superando sua própria hostilidade

contra nós, provocada pelo pecado (Rm 5.10; 2 Co 5.18,19; Cl 1.20-22). A Cruz foi a propiciação de Deus (isto é, aplacou sua ira contra nós pela expiação de nossos pecados e, assim, os removeu de sua vida). Os textos-chave aqui são Romanos 3.25; Hebreus 2.17; 1 João 2.2 e 4.10, em todos os quais o grego expressa explicitamente a propiciação. A cruz tinha seu efeito propiciatório, porque em seu sofrimento Cristo assumiu nossa identidade, por assim dizer, e suportou o julgamento retribuidor a nós destinado ("a maldição da lei", Gl 3.13), como nosso substituto, em nosso lugar, com o registro condenatório pregado por Deus em sua cruz como uma relação dos crimes pelos quais Ele estava então morrendo (Cl 2.14; cf Mt 27.37; Is 53.4-6; Lc 22.37).

A morte expiatória de Cristo ratificou a inauguração da nova aliança, pela qual o acesso a Deus em todas as circunstâncias é garantido pelo só sacrifício de Cristo, que cobre todas as transgressões (Mt 26.27,28; 1 Co 11.25; Hb 9.15; 10.12-18). Aqueles que pela fé em Cristo receberam a reconciliação, nele são "feitos justiça de Deus" (2 Co 5.21). Em outras palavras, eles são justificados e recebem o status de filhos adotivos na família de Deus (Gl 4.5). Depois disto, vivem sob o amor motivador de Cristo para com eles, o qual os constrange e controla, amor que se fez conhecido e medido pela cruz (2 Co 5.14).

Autor: J. I. Packer
Fonte: Teologia Concisa, Ed. Cultura Crista.

02. Ascensão

Jesus Cristo foi elevado ao céu

"Aconteceu que, enquanto os abençoava, ia-se retirando deles, sendo elevado para o céu. " Lucas 24.51

A ascensão de Jesus foi um ato de seu Pai ao retirá-lo do olhar fixo de seus discípulos nas alturas (um sinal de exaltação) e envolvê-lo em uma nuvem (um sinal da presença de Deus). Esta não foi uma forma de viagem espacial, mas a segunda parte (sendo a Ressurreição a primeira) do retorno de Jesus das profundezas da morte ao apogeu da glória. Jesus predisse a Ascensão (Jô 6.62; 14.2,12; 16.5,10,17,28; 17.5; 20.17), e Lucas a descreveu (Lu 24.50-53; At 1.6-11). Paulo a celebrou e afirmou o conseqüente senhorio de Cristo (Ef 1.20; 4.8-10; Fp 2.9-11; 1 Tm 3.16), e o escritor de Hebreus aplicou esta verdade para o incitamento dos corações pusilânimes (Hb 1.3; 4.14; 9.24). O fato de ter sido Jesus Cristo entronizado como senhor do universo deve servir de enorme estímulo para todos os crentes.

A Ascensão foi, de um ponto de vista, a restauração da glória que o Filho tinha antes da encarnação; de outro ponto de vista, a glorificação da natureza humana de um modo jamais acontecido antes; e de um terceiro ponto de vista o começo de um reino que nunca havia sido exercido desta forma. A Ascensão estabelece três fatos:

1. A subida pessoal de Cristo. Jesus ascendeu ao lugar de poder, concebido como um trono, à mão direita do Pai. Sentar-se nesse trono, como o grão-vizir da corte persa costumava fazer, é ocupar a posição de governador executivo como representante do monarca (Mt 28.18; Ef 1.20-22; Co 15.27; 1 Pe 3.22).

2. A onipresença espiritual de Cristo. No santuário celestial da Sião celestial (Hb 9.24; 12.22-24), Jesus é acessível a todos os que invocam (Hb 4.14), e Ele é poderoso para ajudá-los, em qualquer parte do mundo (Hb 4.16; 7.25; 13.6-8).

3. Ministério celestial de Cristo. O Senhor reinante intercede por seu povo (Rm 8.34; Hb 7.25). Embora a petição ao Pai seja parte da atividade intercessória (Jo 14.16), a essência da intercessão de Cristo é a intervenção em nosso interesse (desde seu trono), e não súplica em nosso favor (como se sua posição fosse compaixão sem status ou autoridade). Com soberania, Ele agora nos concede profusamente os benefícios que seu sofrimento conquistou para nós. "Ele advoga (em nosso favor) _ por sua presença no trono de seu Pai" (B.F.Wescott). "A vida de nosso Senhor no céu é sua oração" (H.B. Swete). De seu trono ele envia o Espírito Santo constantemente para enriquecer seu povo (At 2.33; Jo 16.7-14) e prepara-o para o serviço (Ef 4.8-12).

Autor: J. I. Packer
Fonte: Teologia Concisa, Ed. Cultura Crista.

03. Entronizando

"Depois de ter feito a purificação dos pecados, assentou-se à direita da Majestade nas alturas."Hebreus 1.3

O papel atual de Cristo na glória é comumente mencionado como sua “sessão celestial” . Sessão (do latim *sessio*) significa “assentada”, ou ato de se reunir. O Novo Testamento refere-se à atividade celestial de Jesus como estar em posição de agir (At 7.26; Ap 1.1-16; 14.1), andando np meio de seu povo (Ap 2.1) e cavalgando para batalha (Ap 19.11-16), mas em geral expressa sua atual autoridade, dizendo que Ele está sentado à mão direita do Pai_ não para descansar, mas para governar. O quadro não é de inatividade, mas de autoridade.

No Salmo 110 Deus coloca o Messias a seu lado direito como rei e sacerdote_ como rei para ter todos os seus inimigos sob seus pés (v.1), e como sacerdote para servir a Deus e canalizar a graça de Deus para sempre (v.4). Embora pessoalmente o Messias possa estar lutando 9vv. 2,3,5-7), sua posição normal é sempre sentado à sua direita de Yahweh. Em Atos 2.34,35, Hebreus 1.13 e 10.12, e Mateus 22.44, esta imagem é aplicada diretamente a Jesus Cristo, que reina ativamente desde a Ascensão no reino medianeiro de Deus.

Cristo governa sobre todas as esferas de autoridade que existem, tanto angelicais como humanas (Mt 28.18; 1Pe 3.22). Seu reino, em um sentido direto, é a igreja, que Ele lidera como seu corpo e governa por sua Palavra e Espírito (Ef 1.22,23). O estado não é a forma do reino de Deus, como era no Velho Testamento: a espada não é usada para impor o reino de Cristo (Jô 18.36), mas Cristo de seu trono usa a autoridade secular para manter a paz civil e a ordem, e ordena a seus discípulos que se submetam a suas regras (Mt 22.21; Rm 13.1-7). Os cristãos sentem-se grandemente confortados, sabendo que Cristo é o Senhor de todos; eles procuram em todas as esferas da vida fazer sua vontade e lembrar-se e a outros de que todos são responsáveis perante Cristo como Juiz, sejam eles governadores ou governados, maridos ou esposas, pais ou filhos empregadores ou empregados. Todos os seres racionais prestarão finalmente contas de seus atos a Cristo como Juiz (Mt 25.31; At 17.31; Rm 2.16; 2 Co 5.10).

A sessão de Cristo continuará até que todos os seus e nossos inimigos, incluindo a morte, sejam reduzidos a nada. A morte, o último inimigo, cessará de ser quando Cristo em sua volta ressuscitar os mortos para o julgamento (Jô 5.28,29). Uma vez executado o julgamento, o trabalho do reino mediador terminará e Cristo triunfantemente entregará seu reino ao Pai (1 Co 15.24-28).

Autor: J. I. Packer
Fonte: Teologia Concisa, Ed. Cultura Crista.

D. donde há de vir para julgar os vivos e os mortos.

01.Segunda Vinda

Jesus Cristo retornará a terra em Glória.

"MAS, irmãos, acerca dos tempos e das estações, não necessitais de que se vos escreva; Porque vós mesmos sabeis muito bem que o dia do Senhor virá como o ladrão de noite; Pois que, quando disserem: Há paz e segurança, então lhes sobrevirá repentina destruição, como as dores de parto àquela que está grávida, e de modo nenhum escaparão. Mas vós, irmãos, já não estais em trevas, para que aquele dia vos surpreenda como um ladrão; " 1 Ts 5.1-4

O Novo testamento anuncia repetidamente que Jesus Cristo voltará algum dia. Essa será sua "visita real", seu 'aparecimento" e "vinda" (grego: parousia). Cristo voltará a este mundo em glória. O segundo advento do Salvador será pessoal e físico (Mt 24.44;At 1.11; Cl 3.4; 2 Tm 4.8; Hb 9.28), visível e triunfante (Mc 8.38; 2 Ts 1.10; Ap 1.7). Jesus vem para encerrar a história, levantar os mortos e julgar o mundo (Jo 5.28,29), conceder aos filhos de Deus sua glória final (Rm 8.17,18; Cl 3.4), e introduzi-los em um universo reconstruído (Rm 8.19-21; 2 Pe 3.10-13). Sua execução desta agenda será a última fase e triunfo final de seu reino mediatário. Uma vez que essas coisas se cumpram, a aplicação da redenção contra a oposição satânica, que era a obra específica do reino, terminará. Quando Paulo diz que Cristo então "entregará o reino" e se tornará sujeito ao Pai (1 Co 15.24-28), ele não está insinuando qualquer diminuição da honra subseqüente de Cristo, mas está significando o completamento do plano para trazer os eleitos ao céu que o Filho ressurreto foi entronizado para

realizar. Os eleitos em glória, purificados e aperfeiçoados, honrarão para sempre o Cordeiro como aquele que foi capaz de abrir o livro do plano de Deus para cumprimento e aplicação da redenção na história, e fazer acontecer o que estava planejado (Ap 5). Na nova Jerusalém, Deus e o Cordeiro estão entronizados e reinam juntos para sempre (Ap 22.1,3)). Mas este reinado é a crescente conexão servo-Senhor entre Deus e os justos que se segue à era do reino mediatário, e não a continuação daquele reino como sul.

Em 1 tessolonicenses 4.16,17, Paulo ensina que a vinda de Cristo terá a forma de um descida desde o céu, anunciado por um ressôo de trombeta, um clamor , e a voz do arcanjo. Os que morreram em Cristo já terão sido levantados e estarão com Ele, e todos os cristãos na terra serão "arrebatados" (isto é, levados às nuvens para o encontro com Cristo no espaço), para que possam em seguida retornar à terra com Ele, como parte de sua escolta triunfante. A idéia de que o arrebatamento os leva para fora deste mundo por um período antes de Cristo aparecer uma terceira vez para uma "segunda vinda" tem sido amplamente defendida, mas falta-lhe apoio escriturístico.

Embora alguns dos detalhes dados por Paulo tenham significação simbólica (a trombeta, como um clarim militar, chama a atenção para a atividade de Deus, Êx 19.16,19; Is 27.13; Mt 24.31. 1 Co 15.52; a nuvens significa a presença ativa de Deus, Êx 19.9,16; Dn 7.13; Mt 24.30; Ap 1.7), ele parece estar falando literalmente, e o fato de o que ele descreve estar além de nosso poder de imaginação não nos deve impedir de tomar sua palavras no sentido de que isso será assim.

O Novo Testamento especifica muito do que sucederá entre as duas vindas de Cristo, mas, afora q queda de Jerusalém em 70d.C. (Lc 21.20,24), as predições sugerem processo e não eventos isolados identificáveis, e não revelam sequer uma data aproximada do reaparecimento de Jesus. O mundo gentio será chamado à fé (Mt 24.14); os judeus serão trazidos ao reino (Rm 11.25-29, uma passagem que pode ou não antecipar uma conversão nacional); haverá falsos profetas e falsos Cristo ou anticristos (Mt 24.5,24; 1 Jo 2.18,22; 4.3). Haverá apostasia da fé e tribulação para os fiéis (2 Ts 2.3; 1 Tm 4.1; 2 Tm 3.1-5; Ap 7.13,14; cf. 3.10). Um "homem da iniqüidade", aparentemente não identificável, acerca do qual Paulo havia falado aos tessaçocicenses em um ensino oral que não possuímos (2 Ts 2.5), devia ou deve aparecer (2 Ts 2.3-12). Se o período de mil anos de Apocalipse 20.1-10 é realmente a história do mundo entre as duas vindas de Cristo, haverá uma último e apical luta de poder de alguma forma entre as forças anticristãs do mundo e o povo de Deus (vv 7-9). Nenhuma data, contudo, pode ser inferida desses dados; o tempo do retorno de Jesus permanece completamente desconhecido.

A volta de Cristo terá o mesmo significado para os cristãos que estiverem vivos quando acontecer como a morte tem para os cristãos que morrem antes de acontecer: será o fim da vida neste mundo e o início da vida naquilo que tem sido retratado como "um ambiente desconhecido com habitantes bem conhecido" (cf. Jo 14.2,3). Cristo ensina (Mt 24.36-51) que será um trágico desastre se a parousia encontrar alguém despreparado. Em vez disso, a idéia do que virá deve estar constantemente em nossas mentes, incentivando-nos em nosso atual serviço cristão (1 Co 15.58) e ensinado-nos a viver, como se ela fosse iminente, prontos a nos encontrarmos com Cristo a qualquer momento (Mt 25.1-13).

Autor: J. I. Packer
Fonte: Teologia Concisa, pg. 159, Ed. Cultura Crista.

02. O Tribunal do Juízo

Deus julgara toda a humanidade

"Então dirá também aos que estiverem à sua esquerda: Apartai-vos de mim, malditos, para o fogo eterno, preparado para o diabo e seus anjos" Mt 25.41

A certeza do julgamento final forma a moldura em que se coloca a mensagem do Novo Testamento sobre a graça salvadora. Paulo em particular acentua esta certeza resaltando-a para os sofisticados atinienses (At 17.30,31) e expondo-a minuciosamente na primeira parte de Romanos, o livro do Novo Testamento que contém a apresentação completa do evangelho (Rm 2.5-16). É da "ira vindoura" no "dia da ira de Deus, quando seu justo juizo será revelado", diz Paulo, que Jesus Cristo nos salva (1 Ts 1.10; Rm 2.5; cf. Rm 5.9; Ef 5.6; Cl 3.6; Jo 3.36; Ap 6.17; 19.15). Por toda a indignação, ira, fúria de Deus, de que se fala com freqüência, é judicativa; estas palavras sempre indicam o santo Criador julgando ativamente o pecado, do modo como a ira faz aqui. A mensagem do juízo vindouro para toda a humanidade, com Jesus Cristo completando a obra de seu reino mediatário, agindo como juiz em

nome de seu Pai, estende-se por todo o Novo Testamento (Mt 13.40-43; 25.51-46; Jo 5.22-30; At 10.42; 2 Co 5.10; 2 Tm 4.1; Hb 9.27; 10.25-31; 12.23; 2 Pe 3.7; Jd 6-7; Ap 20.11-15). Quando Cristo voltar e a história se completar, todos os humanos de todas as eras ressuscitarão para o juízo tomarão seu lugar perante o tribunal de Cristo. O evento é inimaginável, sem dúvida, mas a imaginação humana não é a medida do que o Deus soberano pode fazer e fará.

No juízo todos darão conta de si mesmo a Deus, e Deus, por meio de Cristo, "dará a cada um segundo o que tiver feito" (Rm 2.6; cf. Sl 62.12; Mt 16.27; 2 Co 5.10; Ap 22.12). O regenerado, que, como servos de Cristo, aprenderam a amar a justiça e desejar a glória de um céu sagrado, serão reconhecidos, e com base na expiação e mérito de Cristo em seu lugar, receberão o galardão que buscaram. Os restantes terão um destino proporcional ao modo de vida ímpia que escolheram, e esse destino lhe virá de acordo com seu próprio demérito (Rm 2.6-11). O quando eles conheceram da vontade de Deus será o gabarito pelo qual seu demérito ser medido (Mt 11.20-24; Lc 11.42-48; Rm 2.12).

O juízo demonstrará, e, portanto finalmente reivindicará, a perfeita justiça de Deus. Em um mundo de pecadores, em que Deus "permitiu que todos os povos andassem nos seu próprios caminhos" (At 14.16), não é de admirar que a impiedade seja desmedida e haja dúvida sobre se Deus, sendo soberano, pode ser justo, ou, sendo justo, pode ser soberano. Mas, para Deus, julgar com justiça é sua glória, e o Juízo Final será sua autodefesa final contra a suspeita de que Ele cessará de preocupar-se com a justiça (Sl 50.16-21; Ap 6.10; 16.5-7; 19.1-5)

No caso daqueles que professam que são de Cristo, o retrospecto de sua palavras e obras reais (Mt 12.36,37) terá o mérito especial de revelar a evidência que mostra se sua profissão é fruto de um coração regenerado honesto (Mt 12.33-35) ou meramente a repetição oral de um religiosidade hipócrita (Mt 7.21-23). Todas as coisas sobre todas as pessoas serão expostos no Dia do Juízo (1 Co 4.5), e cada um receberá de Deus segundo o que o realmente é. Aquele cuja fé professada não se expressou em um novo estilo de vida, marcado por aversão ao pecado e obras de serviço consagrado a Deus e aos puros, estarão perdidos (Mt 18.23-35; 25.34-46; Tg 2.14-16).
Os anjos caídos (demônios) serão julgados no último dia (Mt 8.29; Jd 6), e os santos serão envolvidos no processo (1 Co 6.3), embora a Escritura não revele seu exato papel.

Autor: J. I. Packer
Fonte: Teologia Concisa, pg. 235, Ed. Cultura Crista.

Terceira Parte

Creio no Espírito Santo;

A. Creio no Espírito Santo,

01. Dinvidade do Espírito Santo

Gn 1.12; At 5.3,4; Rm 8.9-17; 1 Co 6.19,20; Éf 2.19-22

Na liturgia da Igreja, freqüentemente ouvimos as palavras: "Em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo, amém". Esta expressão é uma fórmula trinitariana que atribui divindade a todas as três pessoas da Trindade.

Semelhante, cantamos:
Glória seja dada ao Pai e ao Filho e ao Espírito Santo. Como era no principio, é hoje e para todos sempre, eternamente. Amém, Amém.

Este cântico atribui glória eterna às três pessoas da Trindade. O Espírito Santo recebe glória junto com o Pai e o Filho.

Enquanto a divindade de Cristo foi debatida durante séculos e o debate continua ainda hoje, a divindade do Espírito Santo geralmente é aceita na Igreja. A razão pela qual a divindade do Espírito Santo nunca tenha sido alvo da controvérsia, talvez seja porque nunca assumiu a forma humana.

A Bíblia claramente representa o Espírito Santo como possuindo atributos divinos e exercendo autoridade divina. Desde o século IV, praticamente todos os que concordam que ele é uma pessoa também concordam que o Espírito é divino.

No Antigo Testamento, o que se diz de Deus freqüentemente também se diz do Espírito de Deus. As expressões "Deus disse" e o "Espírito disse" são repetidamente intercambiadas. Estes padrão continua no Novo Testamento; talvez em nenhum outro texto isso fique tão claro como em Atos 5.3,4, onde Pedro diz: "Ananias, por que encheu Satanás teu coração, para que mentisses ao Espírito Santo, reservando parte do valor do campo?... Não mentiste aos homens, mas a Deus". Resumindo, mentir ao Espírito Santo é o mesmo que ao próprio Deus.

As Escrituras também se referem aos atributos divinos do Espírito Santo. Paulo escreve sobre a onisciência do Espírito em 1 Coríntios 2.10,11: "Mas Deus no-lo revelou pelo Espírito; porque o Espírito a todas as coisas perscruta, até mesmo as profundezas de Deus. Porque qual dos homens sabe as coisas do homem, senão o seu próprio espírito, que nele está? Assim, também as coisas de Deus, ninguém as conhece, senão o Espírito de Deus". O salmista atesta sobre a onipresença do Espírito no Salmo 139.7,8: "Para onde me ausentarei do teu Espírito? Para onde fugirei da tua face? Se subo aos céus, lá estás; se faço a minha cama no mais profundo abismo, lá estás também;" . O Espírito também operou na criação, movendo-se sobre a face das águas (Gn 1.1,2).

Como uma declaração conclusiva sobre a divindade do Espírito Santo, temos a bênção de Paulo no final da sua segunda carta aos Coríntios: "A graça do Senhor Jesus Cristo, e o amor de Deus, e a comunhão do Espírito Santo sejam com todos vós." (2 Co 13.13).

Sumário
1. A liturgia da igreja atribui divindade ao Espírito Santo.

2. O Antigo Testamento reconhece atributos e autoridades divinos do Espírito Santo.

3. O Novo Testamento reconhece atributos divinos do Espírito Santo.

Autor: R. C. Sproul
Fonte: 2º Caderno Verdades Essenciais da Fé Cristã – R.C.Sproul. Editora Cultura Cristã.

02. A Personalidade do Espírito Santo

Jo 16.13; 2 Co 13.13; 1 Tm 4.1; Tg 4.5; 1 Jo 5.6

"Todavia digo-vos a verdade, que vos convém que eu vá; porque, se eu não for, o Consolador não virá a vós; mas, quando eu for, vo-lo enviarei. E, quando ele vier, convencerá o mundo do pecado, e da justiça e do juízo." (Jo 16.7,8)

Na noite em que minha esposa se converteu a Cristo, ela exclamou: "Agora eu sei quem é o Espírito Santo". Antes daquele momento, ela pensava no Espírito como uma "coisa" e não como um ser pessoal.

Quando falamos da personalidade do Espírito Santo, queremos dizer que o Terceiro Membro da Trindade é uma pessoa e não uma força. Isso é muito claro nas Escrituras, onde só pronomes pessoais são usados em referência ao Espírito. Em João 16.13, Jesus disse: "Mas, quando vier aquele Espírito de verdade, ele vos guiará em toda a verdade; porque não falará de si mesmo, mas dirá tudo o que tiver ouvido, e vos anunciará o que há de vir.".

Visto que o Espírito Santo é uma pessoal real e distinta, e não uma força impessoal, podemos experimentar uma relacionamento pessoal com ele. Paulo abençoa a igreja de Corinto de uma maneira que enfatiza isso: "A graça do Senhor Jesus Cristo, e o amor de Deus, e a comunhão do Espírito Santo sejam com todos vós." (2 Co 13.13 - ou em algumas versos 2 Co 13.14). Ter comunhão com alguém é entrar em relação pessoal com ele. Além disso, somos intimados a não pecar contra, resistir ou entristecer o Espírito Santo. Forças impessoais não podem ser "entristecidas". Tristeza só pode ser experimentada por um ser pessoal.

O Espírito Santo é uma pessoa, e por isso é correto orar a ele. Seu papel na oração é nos assistir, para nos expressarmos adequadamente ao Pai. Assim como Jesus intercede por nós como Sumo Sacerdote, também o Espírito Santo intercede por nós em oração.

Finalmente, a Bíblia fala do Espírito Santo desempenhado tarefas que só pessoas podem desempenhar. O Espírito conforta, guia e ensina os eleitos (ver Jo 16). Essas atividades são feitas de uma maneira que envolve inteligência, vontade, sentimentos e poder. Ele sonda, escolhe, revela, conforta, convence e admoesta.Somente uma pessoa poderia fazer tais coisas. A resposta do cristão, portanto, não é mera afirmação de que tal ser existe, mas antes, obedecer, amar e adorar o Espírito Santo, a Terceira Pessoa da Trindade.

Sumário

1. O Espírito Santo é uma pessoa, não uma força impessoal.

2. A Bíblia usa pronomes pessoas ao referir ao Espírito Santo.

3. A obra do Espírito Santo tanto requer como exibe personalidade.

4. O cristão experimenta um relacionamento pessoal com o Espírito Santo.

5. o Espírito Santo deve ser cultuado e obedecido.

Autor: R. C. Sproul
Fonte: 2º Caderno Verdades Essenciais da Fé Cristã – R.C.Sproul. Editora Cultura Cristã.

03. O testemunho Interior do Espírito Santo

Jo 15.13; At 5.32; At 15.28; Rm 8.16; Gl 5.16-18

"E nós somos testemunhas destas coisas, e bem assim o Espírito Santo, que Deus deu àqueles que lhe obedecem." At 5.32

Em qualquer tribunal de júri que inclua testemunhas, o depoimento delas é crucial para o caso. O testemunho é importante porque destina-se a ajudar-nos a chegarmos à verdade sobre o caso. Em alguns julgamentos, o depoimento de algumas testemunhas é questionado em razão de o caráter delas ser suspeito. O testemunho de um psicopata mentiroso tem pouquíssimo valor. Para que o testemunho tenha credibilidade, a testemunha precisa ser confiável.

Quando Deus testifica sobre a verdade de alguma coisa, seu testemunho é certo e totalmente inquestionável. O testemunho que tem Deus como autor não pode falhar. Ele é de fato um testemunho infalível. Procede do caráter mais elevado possível, da fonte mais profunda de conhecimento e da mais suprema autoridade. A confiabilidade do testemunho de Deus fez Lutero certa vez declarar: "O Espírito Santo não é cético." As verdades que p Espírito Santo revela são maus certas do que a própria vida.

João Calvino ensinava que apesar de as Escrituras manifestarem sinais claros e inquestionáveis da sua autoridade divina e exibir evidências satisfatórias de sua origem divina, essas evidências não nos persuadem plenamente até que, ou a menos que, sejam seladas em nosso coração por meio do testemunho interior do Espírito Santo. Calvino reconhecia a diferença entre prova e persuasão. Mesmo que sejamos capazes de oferecer provas objetivas e conclusivas sobre a verdade das Escrituras, isso não é garantia de que as pessoas irão crer nelas, aceitá-las ou abraçá-las. Para que sejamos persuadidos quanto à verdade das Escrituras, precisamos de ajuda do testemunho interior do Espírito. Ele nos leva a concordar com as evidências irrefutáveis da verdade da Bíblia ou aceitá-las.

E seu testemunho interior, o Espírito Santo não oferece nenhuma informação nova e secreta, nem nenhum argumento mais engenhosos ao qual não podemos ter acesso por outros meios. Pelo contrário, ele opera em nosso espírito para quebrar e vencer nossa resistência à verdade de Deus. Ele nos move a redermos-nos ao ensino claro da Palavra de Deus e a abraçá-la cheios de confiança.

O testemunho interior do Espírito não é uma figura para misticismo nem um escape para o subjetivismo, onde os sentimentos pessoais são elevados à condição de autoridade absoluta. Existe uma diferença crucial entre o testemunho do Espírito Santo ao nosso espírito e o testemunho humano do nosso próprio espírito. O testemunho do Espírito Santo é a Palavra de Deus. Chega a nós com a Palavra e através da Palavra. Não é um testemunho separado ou desprovido da Palavra.

Assim como o Espírito Santo testifica ao nosso espírito de que somos filhos de Deus, confirma sua Palavra a nós (Rm 8.16), assim ele também nos assegura intimamente que a Bíblia é a Palavra de Deus.

Sumário
1. O testemunho de Deus é totalmente confiável.

2. A Bíblia oferece evidências objetivas de que é a Palavra de Deus.

3. Não somos totalmente persuadidos quanto à verdade das Escrituras sem o testemunho do Espírito Santo.

4. O testemunho interior do Espírito não oferece argumento novo à mente, mas opera em nosso coração e em nosso espírito nos levando a aceitarmos as evidências que já estão lá.

5. A doutrina do testemunho interno do Espírito Santo não é uma licença para acreditarmos que tudo o sentimos ser verdadeiro é de fato verdadeiro.

Autor: R. C. Sproul
Fonte: 2º Caderno Verdades Essenciais da Fé Cristã – R.C.Sproul. Editora Cultura Cristã.

04. O Espírito Santo como Santificador

Jo 15.26; 2 Co 3.17,18; Gl 4.6; Fp 2.12,13; 1 Pe 1.15,16

Deus chama todas as pessoas para espelharem e refletirem o caráter dele: "segundo é santo aquele que vos chamou, tornai-vos santo também vós mesmos em todo o vosso procedimento, porque escrito está: Sede santos, porque eu sou santo" (1 Pe 1.15,16). Nosso problema é que não somos intrinsecamente santos; somos profanos. Mesmo assim, a Bíblia se refere a nós com "os santos". Visto que a santidade não se encontra em nós, temos de nos tornar santo. É o Espírito Santo quem opera para nos tornar santos, para nos conformar com a imagem de Cristo. Como a Terceira Pessoa da Trindade, o Espírito Santo não é mais do que Pai e o Filho, muito embora não falemos do Pai Santo e do Filho Santo e do Espírito Santo. O Espírito de Deus é chamado de Espírito Santo não tanto por causa da sua pessoa (a qual de fato é santa), mas por causa de sua obra de nos fazer santos.

Esta é a obra especial do Espírito Santo: nos fazer santos. Ele nos consagra. O Espírito Santo cumpre a função de santificação. Ser santificado significa ser feito santo, ou justo. A santificação é um processo que começa no momento em que nos tornamos cristãos. Esse processo continua até a morte, quanto finalmente o crente torna-se total e eternamente justo.

A fé reformada é distintiva em sua ênfase sobre a obra exclusiva do Espírito Santo na regeneração. Nós não cooperamos com o Espírito no Novo Nascimento. Rejeitamos totalmente qualquer noção de esforço cooperativo na regeneração do crente. A santificação, entretanto, é outro assunto. Nossa santificação é uma obra conjunta, de cooperação. Temos de trabalhar junto com o Espírito Santo para crescermos em santificação. O apóstolo Paulo expressou esta idéia em sua carta à igreja de Filipos:

"De sorte que, meus amados, assim como sempre obedecestes, não só na minha presença, mas muito mais agora na minha ausência, assim também operai a vossa salvação com temor e tremor; Porque Deus é o que opera em vós tanto o querer como o efetuar, segundo a sua boa vontade." (Fp 2.12,13)

O chamado à cooperação é algo que envolve esforço. Temos de labutar com empenho. Labutar com temor não pressupõe um espírito de terror, mas de reverência associada à diligência. Somos consolados com o conhecimento de que não somos deixados sozinhos nessa tarefa, ou entregues aos nossos próprios esforços. Deus está operando em nosso íntimo para realizar nossa santificação.

O Espírito Santo habita no crente, operando para produzir uma vida e um coração mais justo. Devemos ser cuidadosos, entretanto, para não confundir habitação do Espírito com algum tipo de deificação do indivíduo. O Espírito está no crente e age com o crente, mas não se converte no crente. O Espírito trabalha para produzir seres humanos santificados - não criaturas deificadas. Quando o Espírito habita em nós, ele não se torna humano e nós não nos tornamos deuses. O Espírito Santo não destrói nossa identidade pessoal como seres humanos. Em nossa santificação, devemos nos tornar semelhantes a Deus quanto ao caráter não quanto à essência.

Sumário
1. Deus nos chama para refletirmos sua santidade.

2. Tornarmo-nos santos requer que recebamos santidade de fora de nós mesmos.

3. O Espírito Santo se chama santo por causa obra como nosso santificador.

4. A santificação é um processo que dura à vida toda.

5. A santificação é uma obra cooperativa, envolvendo o crente e o Espírito Santo.

6. A habitação do Espírito Santo em nós não opera nossa deificação.

Autor: R. C. Sproul
Fonte: 2º Caderno Verdades Essenciais da Fé Cristã – R.C.Sproul. Editora Cultura Cristã.

05. O Batismo do Espírito Santo

Jl 2.28,29; Jo 7.37-39; At 2.1-11; 1 Co 12; 1 Co 14.26-33

"E isto disse ele do Espírito que haviam de receber os que nele cressem; porque o Espírito Santo ainda não fora dado, por ainda Jesus não ter sido glorificado." Jo 7.39

"Você já recebeu o batismo do Espírito Santo?" Uma pessoa que se torna cristã em nossos dias mais cedo ou mais tarde ouvirá esta pergunta. Tal pergunta geralmente é feita pelos cristãos carismáticos, os quais são entusiastas a respeito das experiências que têm com o Espírito Santo..

Uma doutrina que antigamente era mais confinada às igrejas Pentecostais e à Assembléia de Deus agora tem se tornado o ponto de central importância para um grande número de crentes. O movimento neo-pentecostal tem alcançado praticamente todas as denominações cristãs. Um senso de empolgação e de avivamento espiritual geralmente acompanha essa nova descoberta da presença e do poder do Espírito Santo na Igreja.

O neo-pentecostalismo procura definir a doutrina do batismo do Espírito Santo com base nas experiências das pessoas. Tal doutrina tem sido amplamente controvertida.

Geralmente, mas não sempre, os cristãos carismáticos consideram o batismo do Espírito Santo como uma segunda obra de graça, distinta e subseqüente à regeneração e à conversão. Os carismáticos estão divididos entre eles mesmos quanto à questão, se falar em línguas é um sinal necessário ou uma manifestação do "batismo".

Os pentecostais apontam para o padrão no livro de Atos, onde os crentes (os quais experimentaram a obra regeneradora do Espírito Santo antes do dia de Pentecostes) foram cheios do Espírito Santo e falaram em línguas. Este padrão bíblico, que inclui um lapso de tempo entre a conversão e o batismo do Espírito, é usado então como norma para todas as épocas.

Os pentecostais estão certos em ver certa distinção entre a regeneração pelo Espírito Santo e o batismo. Regeneração refere-se ao Espírito Santo dando nova vida ao crente - vivificando aquele que estava morto no pecado. O batismo do Espírito Santo refere-se a Deus capacitando seu povo para o ministério.]]Embora a distinção entre a regeneração e o batismo do Espírito Santo seja legítima, transforma o lapso de tempo entre ambos numa norma para todas as gerações é uma atitude improcedente. O padrão normal desde os dia dos apóstolos tem sido que os cristão recebem a

capacitação do Espírito Santo juntamente com a regeneração. Não é necessário que o crente busque uma segunda e especifica obra do batismo do Espírito depois da conversão. Todos cristão é cheio do Espírito, numa medida maior ou menor, dependendo da correspondência de consagração a ele.

Outro problema com doutrina pentecostal é que ela tem uma visão incorreta do Pentecostes, o qual é uma "linha divisória" na história do Novo Testamento. No Antigo Testamento, só alguns crentes selecionados foram dotados por Deus com dons para o ministério (ver Nm 11). Este padrão mudou no Pentecostes, quando todos os crentes presentes (todos judeus) receberam o batismo. Semelhantemente, nos derramamentos posteriores, os convertidos samaritanos (At 8), o crentes na casa de Cornélio (At 10) e os discípulos gentios de João Batistas que viviam em Éfeso (At 19), todos receberam o batismo do Espírito.

Os primeiros crentes não acreditavam que os samaritanos, os prosélitos e os discípulos de João Batista pudessem ser cristãos. Desta maneira, o batismo do Espírito Santo serviu como confirmação de sua membresia na Igreja. Visto que cada um desses grupos experimentou o batismo do Espírito Santo da mesma maneira que os judeus experimentaram no Pentecostes, a inclusão deles na Igreja era inquestionável. O próprio Pedro foi o primeiro a experimentar isso. Quando viu o Espírito Santo descer sobe os gentios tementes a deus na casa de Cornélio, ele concluiu que não havia nada que impedisse que fossem aceitos plenamente como membros da Igreja. Pedro disse: "Pode alguém porventura recusar a água, para que não sejam batizados estes, que também receberam como nós o Espírito Santo?" (At 10.47).

Os episódios subseqüentes do batismo do Espírito Santo, depois do Pentecostes devem ser entendidos como uma extensão do Pentecostes, por meio do qual todo o Corpo recebeu dons para o ministério. Na igreja do Novo testamento nem todos os cristãos falaram em línguas, mas todos os cristãos receberam dons do Espíritos Santo. Desta maneira, se cumpriu a profecia de Joel (At 2.16-21).

Sumário
1. O batismo do Espírito Santo é uma obra distinta da qual o Espírito dota os crentes com dons para o ministério.

2. No livro de Atos, o Espíritos Santo foi derramado sobre quatro grupos (judeus, samaritanos, prosélitos e gentios), indicando que todos estavam incluídos na igreja.

3. O Pentecostes cumpre a profecia do Antigo Testamento de que o Espírito seria derramando sobre todos os crentes e não sobre um grupo restrito.

Autor: R. C. Sproul
Fonte: 2º Caderno Verdades Essenciais da Fé Cristã – R.C.Sproul. Editora Cultura Cristã.

Deus em três Pessoas: A Trindade

Como Deus pode ser três pessoas, porém um só Deus?

Podemos definir a doutrina da Trindade do seguinte modo: *Deus existe eternamente como três pessoas - Pai, Filho e Espírito Santo - e cada pessoa é plenamente Deus, e existe só um Deus.*

A. A DOUTRINA DA TRINDADE REVELA-SE PROGRESSIVAMENE NAS ESCRITURAS.

1. A revelação parcial no Antigo Testamento.

A palavra Trindade não se encontra na Bíblia, embora a idéia representada pela palavra seja ensinada em muitos trechos. Trindade significa "tri-unidade" ou "três-em-unidade". É usada para resumir o ensinamento bíblico de que Deus é três pessoas, porém um só Deus.

Às vezes se pensa que a doutrina da Trindade se encontra somente no Novo Testamento, e não no Antigo. Se Deus existe eternamente como três pessoas, seria surpreendente não encontrar indicações disso no Antigo testamento. Embora a doutrina da Trindade não se ache explicitamente no Antigo Testamento, várias passagens dão a entender ou até implicam que Deus existe como mais de uma pessoa.

Por exemplo, segundo Gn 1.26, Deus disse: "Façamos o homens à nossa imagem, conforme a nossa semelhança". O que significa o verbo ("façamos") e o pronome ("nossa"), ambos na primeira pessoa do plural? Alguns já afirmaram tratar-se de plurais majestáticos, forma de falar que um rei usaria ao dizer, por exemplo: "Temos o prazer de atender-lhe o pedido". Porém, no Antigo Testamento hebraico, não se encontram outros exemplos em que um monarca use verbos no plural ou pronomes plurais para referir-se a si mesmo nessa forma de "plural majestático"; portanto, essa sugestão não tem evidências que a sustentem. Outra sugestão é que Deus esteja aqui falando com anjos. Mas os anjos não participaram da criação do homem, nem foi o homem criado à imagem e semelhança de anjos; por isso a sugestão não é convincente. A melhor explicação é que já nos primeiros capítulos de Gênesis temos uma indicação da pluralidade de pessoas no próprio deus. Não sabemos quantas são as pessoas, e nada temos que se aproxime de uma doutrina completa da Trindade, mas implica-se que há mais de uma pessoa. O mesmo se pode dizer de Gn 3.22 ("Eis que o homem se tornou como um de nós, conhecedor do bem e do mal"), Gn 11.7 ("Vinde, desçamos e confundamos ali a sua linguagem") e Is 6.8 ("A quem enviarei, e quem há de ir por nós?"). (Repare a combinação de singular e plural na mesma oração na última passagem.)

Além disso, em determinadas passagens uma pessoa é chamada "Deus" ou "Senhor" e distinguida de outra pessoa também chamada de Deus. Em Salmo 45.6-7(NIV), diz o salmista: "O teu trono, ó Deus, perdurará para todo o sempre. [...] Tua amas a justiça e odeia a iniqüidade; portanto, Deus, o teu Deus, te estabeleceu acima dos teus companheiros ungindo-te com o óleo da alegria". Aqui o salmo vai além de descrever algo que poderia valer para um rei terreno, e chama o rei de "Deus" (v. 6), cujo trono perdurara "para todo o sempre". Mas então, ainda falando da pessoa chama "Deus", o autor diz que Deus, o teu Deus, te estabeleceu acima dos teus companheiros" (v. 7). Então duas pessoas distintas são denominadas "Deus" (heb. 'Elõhîm). No Novo Testamento, o autor de Hebreus cita essa passagem e a aplica a Cristo: "O teu trono, ó Deus, é para todo o sempre" (Hb 1.8)

Do mesmo modo, em Salmo 110.1, fala Davi: "DIsse o Senhor ao meu Senhor: Assenta-te à minha mão direita, até que ponha os teus inimigos por escabelo dos teus pés". Jesus corretamente entende que Davi se refere a duas pessoas distintas como "Senhor" (Mt 22.41-46), mas quem é o "Senhor" de Davi senão o próprio Deus? E quem poderia dizer a Deus "Assenta-te à minha direita", exceto alguém que também seja plenamente Deus? Do ponto de vista do Novo Testamento, podemos parafrasear assim esse versículo: "Deus Pai disse a Deus Filho:"Assenta-te à minha direita". Mas mesmo sem o ensinamento do Novo Testamento sobre a Trindade, parece claro que Davi estava ciente de um pluralidade de pessoas num só Deus. Jesus, é claro, compreendo a isso, mas quando pediu aos fariseus uma explicação dessa passagem, "E ninguém podia responder-lhe uma palavra; nem desde aquele dia ousou mais alguém interrogá-lo."(Mt 22.46). A menos que se disponham a admitir a pluralidade de pessoas num só Deus, os intérpretes judeus das Escrituras, mesmo hoje, não terão explicação mais satisfatória de Salmo 110.1 (ou Gn 1.26, ou das outras passagens analisadas há pouco) do que aquela que circulava no tempo de Jesus.

Isaías 63.10 diz sobre o povo de Deus que "eles foram rebeldes e contestaram o seu Espírito Santo", dando a entender, aparentemente, tanto que o Espírito Santo é distinto do próprio Deus (é "seu Espírito Santo") quanto que esse Espírito Santo pode-se "contristar", entristecer-se, aventando assim capacidade emocionais características de uma pessoa distinta. (Is 61.1 também distingue "O Espírito do SENHOR Deus" do "SENHOR", ainda que não se atribuam qualidade pessoais ao Espírito Senhor nesse versículo.

Evidências semelhantes encontram-se em Malaquias, em que diz o Senhor: "Eis que eu envio o meu mensageiro, que preparará o caminho diante de mim; e de repente virá ao seu templo o Senhor, a quem vós buscais; e o mensageiro da aliança, a quem vós desejais, eis que ele vem, diz o Senhor dos Exércitos. Mas quem suportará o dia da sua vinda? E quem subsistirá, quando ele aparecer? Porque ele será como o fogo do ourives e como o sabão dos lavandeiros." (Ml 3.1-2). Aqui, novamente, aquele que fala (o SENHOR dos Exércitos") distingue-se do "Senhor, a quem vós buscais", sugerindo duas pessoas separas, que podem ambas ser chamadas "Senhor".

Em Oséias 1.7, o Senhor fala da casa de Judá: E os salvarei pelo Senhor, seu Deus", novamente sugerindo que mais da uma pessoa pode ser chamada "Senhor" (heb. Yahweh) e "Deus" ('Elõhîm).

E em Isaías 18.16, aquele que fala (aparentemente o servo do Senhor) diz: "Agora, o Senhor Deus me enviou a mim e o seu Espírito". Aqui o Espírito do Senhor, como o servo do Senhor, foi "enviado" pelo

Senhor Deus para uma missão particular. O paralelismo entre os dois objetos de enviar ("mim" e "o seu Espírito") é compatível com a interpretação de que são pessoas distintas: parece significar mais do que meramente "o Senhor enviou a mim e o seu poder". De fato, do ponto de vista do Novo Testamento (que reconhece Jesus, o Messias, como o verdadeiro Servo do Senhor predito nas profecias de Isaías), Isaías 18.16 carrega implicações trinitárias: "Agora, o Senhor Deus me enviou a mim e o seu Espírito", se dito por Jesus, o Filho de deus, menciona as três pessoas da Trindade.

Além do mais, diversas passagens do Antigo testamento sobre o "Anjo do Senhor" subentendem uma pluralidade de pessoas em Deus. A palavra traduzida "anjo" (heb. mal'ak) significa simplesmente "mensageiro". Se esse anjo do Senhor é um "mensageiro" do Senhor, ele pe então distinto do próprio Senhor. Porém, em algumas passagens o anjo do Senhor é chamado "Deus" ou "Senhor" (ver Gn 16.13; Êx 3.2-6; 23.20-22 [repare "nele está o meu nome" no v. 21]; Nm 22.35 com 38; Jz 2.1-2; 6.11 com 14). Em outros trechos no Antigo Testamento "o Anjo do Senhor" simplesmente se refere a um anjo criado, mas pelo menos nesses textos o anjo (ou "mensageiro") especial do Senhor parece ser uma pessoa distinta e plenamente divina.

Um dos textos mais polêmicos do Antigo Testamento que poderia revelar personalidades distintas para mais de uma pessoa está em Provérbios 8.22-31. Embora a parte anterior do capitulo possa ser compreendida como meramente uma personificação da "sabedoria", com vistas a um efeito literário, mostrando a sabedoria a chamar os simples e a convidá-los a aprender, é possível argumentar que os vv. 22-31 dizem coisas sobre a "sabedoria" que parecem ir além da mera personificação. Falando do tempo em que Deus criou a terra, diz a sabedoria: "... então, eu estava com ele e era arquiteto, dia após dia, eu era as suas delícias, folgando perante ele em todo o tempo; regozijando-me no seu mundo habitável e achando as minhas delícias com os filhos dos homens (Pv 8.30-31). Atuar como "arquiteto" junto de Deus na criação indica em si mesmo a idéia de uma pessoas distinta, e as frases seguintes talvez sejam ainda mais convincentes, pois apenas pessoas reais podem "dia após dia [ser] as suas delícias" e também se alegrar no mundo e se deleitar com os filhos dos homens.

Mas se decidimos que "sabedoria" aqui se refere de fato ao Filho de Deus antes de ele se tornar homem, há uma dificuldade. Os versículos de 22-25 parecem falar da criação dessa pessoa chamada "sabedoria":

O Senhor me possuiu no princípio de seus caminhos, desde então, e antes de suas obras.
Desde a eternidade fui ungida, desde o princípio, antes do começo da terra.
Quando ainda não havia abismos, fui gerada, quando ainda não havia fontes carregadas de águas.
Antes que os montes se houvessem assentado, antes dos outeiros, eu fui gerada.

Porventura não indica isso que tal "sabedoria" foi criada?
Na verdade, não. A palavra hebraica que geralmente significa "criar" (bãrã') não é usada no versículo 22; a palavra é qãnãh, que ocorre oitenta e quatro vezes no Antigo Testamento e quase sempre significa "obter, adquirir". A Almeida Revista e Atualizada é mais clara aqui: "O Senhor me possuía no início de sua obra" (Semelhante Á Versão King James; repare esse sentido da palavra em Gn 39.1; Ex 21.2; Pv 4.5, 7; 23.23; Ec 2.7; Is 1.3["possuidor"]. trata-se de um sentido legítimo e, se a sabedoria for compreendida como uma pessoa real, significaria apenas que Deus Pai começou a dirigir e a fazer uso da potente ação criadora de Deus Filho no momento do início da Criação: o Pai convocou o Filho a trabalhar com ele na obra da criação. A palavra "gerado" nos versículos 24 e 25 é um termo diferente, mas poderia carregar significado semelhante: o Pai começa a dirigir e a fazer uso da potente ação criadora do Filho na criação do universo.

2. A revelação mais completa da Trindade no Novo Testamento.

Quando começa o Novo Testamento, entramos na história da vinda do Filho de Deus à terra. Era de esperar que esse grande acontecimento se fizesse acompanhar de ensinamentos mais explícitos sobre a natureza trinitária de Deus, e de fato é isso que encontramos. Antes analisar a questão com pormenores, podemos simplesmente listar várias passagens em que as três pessoas da Trindade são mencionadas juntas.

Quando do batismo de Jesus, " ... e eis que se lhe abriram os céus, e viu o Espírito de Deus descendo como pomba e vindo sobre ele. E eis que uma voz dos céus dizia: Este é o meu Filho amado, em quem

me comprazo" (Mt 3.16-17). Aqui, ao mesmo tempo, temos os três membros da Trindade realizando três ações distintas. Deus Pai fala de lá do céu; Deus Filho é batizado e depois ouve a voz de Deus Pai vinda do céu, e o Espírito Santo desse do céu para pousar sobre Jesus e dar-lhe poder para o seu ministério.

Ao final do seu ministério terreno, Jesus diz aos discípulos que eles devem ir e fazer "discípulos de todas as nações, batizando-os em nome do Pai, e do Filho e do Espírito Santo" (Mt 28.19). Os próprios nomes "Pai" e "Filho", baseados na família e mais comum das instituições humanas, indicam com muita força a distinção das pessoas do Pai e do Filho. E se o "Espírito Santo" é inserido na mesma frase e no mesmo nível das outras duas pessoas. difícil é evitar a conclusão de que o Espírito Santo é também, tido como pessoa e de posição igual ao do Pai e do Filho.

Quando nos damos conta de que os autores do Novo Testamento geralmente usam o nome "Deus" (gr. theos) para se referir a Deus Pai e o nome "Senhor" (gr. Kyrios) para se referir a Deus Filho, fica claro que há outro termo trinitário em 1 Coríntios 12.4-6 "Ora, há diversidade de dons, mas o Espírito é o mesmo. E há diversidade de ministérios, mas o Senhor é o mesmo. E há diversidade de operações, mas é o mesmo Deus que opera tudo em todos."

Igualmente, o último versículo de 2 Coríntios é trinitário na sua expressão: "A graça do Senhor Jesus Cristo, e o amor de Deus, e a comunhão do Espírito Santo seja com todos vós. Amém." (2 Co 13.13 ou 14). Verificamos também as três pessoas mencionadas separadamente em Efésios 4. 4-6:"Há um só corpo e um só Espírito, como também fostes chamados em uma só esperança da vossa vocação; Um só Senhor, uma só fé, um só batismo; Um só Deus e Pai de todos, o qual é sobre todos, e por todos e em todos vós."

As três pessoas da Trindade são mencionadas juntas na primeira frase de 1 Pedro: "Eleitos segundo a presciência de Deus Pai, em santificação do Espírito, para a obediência e aspersão do sangue de Jesus Cristo..." (1 Pe 1.2). E em Judas 20-21, lemos: "Mas vós, amados, edificando-vos a vós mesmos sobre a vossa santíssima fé, orando no Espírito Santo, Conservai-vos a vós mesmos no amor de Deus, esperando a misericórdia de nosso Senhor Jesus Cristo para a vida eterna."

Todavia, a tradução (dentro de colchetes, significando que o texto em questão não tem apoio dos melhores manuscritos que a ARA dá de 1 Jo 5.7 não deve ser usada com esse fim. Lê-se: "Pois são três os que dão testemunho no céu: O Pai, a Palavra e o Espírito Santo; e esses três são um".

O problema dessa tradução é que ele se baseia num número muito pequeno de manuscritos gregos pouco confiáveis, sendo o mais antigo desses do século XIV d.C.. As melhores versões não incluem esse trecho, mas o omitem, como o faz a grande maioria dos manuscritos gregos de todas as traduções textuais de monta, inclusive vários manuscritos bastante confiáveis dos séculos IV e C d.C., e também citações dos pais da igreja, como Ireneu (m.c. 212 d.C.), Tertuliano (m. depois de 220d.C.) e o grande defensor da Trindade, Atanásio (m. 373 d.C.).

B. TRÊS DECLARAÇÕES QUE RESUMEM O ENSINO BÍLICO

Em certo sentido a doutrina da trindade é um mistério que jamais seremos capazes de entender plenamente. Podemos, todavia, compreender parte de sua verdade resumindo o ensinamento da Escrituras em três declarações:

1. Deus é três pessoas.

2. Cada pessoa é plenamente Deus.

3. Há só um Deus

A seção seguintes desenvolverá mais detalhadamente cada uma dessas declarações.

1. Deus é três pessoas.

O fato de ser Deus três pessoas significa que o Pai não é o Filho; são pessoas distintas. Significa também que o Pai não é o Espírito Santo, mas são pessoas distintas. E significa que o Filho não é o Espírito Santo. Essas distinções se mostram em várias das passagens citadas na seção anterior, bem como em muitas outras passagens do Novo Testamento.

Jo 1.1-2 nos diz: "No princípio era o Verbo, e o Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus. Ele estava no princípio com Deus.". O fato de o "Verbo" (que se revela Cristo nos v. 9-18) estar "com" Deus prova que ele é distinto de Deus Pai. Em João17.24, Jesus fala a Deus Pai da "minha glória que me conferiste, porque me amaste antes da fundação do mundo", revelando assim distinção de pessoas, compartilhamento de glória e uma relação de amor entre o Pai e o Filho antes que o mundo fosse criado.

Lemos que Jesus continua agindo como nosso Sumo Sacerdote e Advogado perante Deus Pai: "Meus filhinhos, estas coisas vos escrevo, para que não pequeis; e, se alguém pecar, temos um Advogado para com o Pai, Jesus Cristo, o justo." (1 Jo 2.1). Cristo é aquele que "pode também salvar perfeitamente os que por ele se chegam a Deus, vivendo sempre para interceder por eles."(Hb 7.25). Porém, a fim de interceder por nós perante Deus Pai, é necessário que Cristo seja um pessoa distinta do Pai.

Além disso, o Pai não é o Espírito, tampouco o Filho é o Espírito Santo. Distinguem-se em vários versículos. Diz Jesus: "Mas aquele Consolador, o Espírito Santo, que o Pai enviará em meu nome, esse vos ensinará todas as coisas, e vos fará lembrar de tudo quanto vos tenho dito" (Jo 14.26). O Espírito Santo também ora ou "intercede" por nós (Rm 8.27), indicando uma distinção entre o Espírito Santo e Deus Pai, a quem se faz a intercessão.

Finalmente, o fato de o Filho não ser o espírito Santo também está indicado em várias passagens trinitárias mencionadas anteriormente, como a Grande Comissão (Mt 28.19), e em passagens que indicam que Cristo voltou ao céu e então enviou o Espírito Santo à igreja. Disse Jesus: "Todavia digo-vos a verdade, que vos convém que eu vá; porque, se eu não for, o Consolador não virá a vós; mas, quando eu for, vo-lo enviarei." (Jo 16.7).

Alguns já questionaram se o espírito Santo é de fato uma pessoa distinta, e não simplesmente o "poder" ou a "força" de Deus em ação no mundo. Mas as evidências do Novo Testamento são bem claras e fortes. Primeiro há os diversos versículos mencionados acima, em que o Espírito Santo é revelado em coordenada relação com o Pai e o Filho (Mt 28.19; 2 Co 12.4-6; 2 Co 13.13ou14; Ef 4.4-6; 1 Pe 1.2): como o Pai e o Filho são ambos pessoas, a expressão coordenada indica fortemente que o Espírito Santo também é uma pessoa. Depois há trechos em que o pronome masculino ele(gr. ekeinos) se refere ao Espírito Santo (Jp 14.26; 15.26; 16.13-14), o que não seria de esperar em face das regras da gramática grega, pois a palavra "espírito"(gr. pneuma) é neutra, não masculina, e a ela normalmente se alude com o pronome neutro ekeino. Além do mais, o nome consolador ou confortador (gr. parakeltos) é um termo comumente usado para falar de uma pessoa que ajuda ou dá consolo ou conselho a outra pessoa ou pessoas, mas se refere ao Espírito Santo no evangelho de João (Jo 14.16, 26; 15.23; 16.7).

Outras atividades pessoais são atribuídas ao Espírito Santo, como ensinar (Jo 14.26), dar testemunho (Jo 15.26; Rm 8.16), interceder ou orar em nome de outros (Rm 8.26-27), sondar as profundezas de Deus (1 Co 2.10), conhecer os pensamentos de Deus (2 Co 2.11), decidir conceder dons para alguns, e outros para outros (1 Co 12.11), proibir ou não permitir determinadas atividades (At 16.6-7), falar (At 8.29; 13.2; e muitas vezes no Antigo como no Novo Testamento), avaliar e aprovar um proceder sábio (At15.28) e se entristecer diante do pecado dos cristãos (Ef 4.30).

Por fim, se o Espírito Santo é interpretado meramente como o poder de Deus, e não como pessoa distinta, então várias passagens simplesmente não fariam sentido, pois nelas se mencionam tanto o Espírito Santo quanto o seu poder, ou o poder de Deus. Por exemplo, Lucas 4.14 ("Então, Jesus, no poder, regressou para Galiléia") significaria então "Jesus, no poder do poder, regressou para a Galiléia". E atos 10.38 ("Deus ungiu a Jesus de Nazaré com o Espírito Santo e com poder") significaria "Deus ungiu a Jesus com o poder de Deus e com poder" (ver também Rm 15.13; 1 Co 2.4).

Embora tantas passagens distingam claramente o Espírito Santo dos outros membros da Trindade, 2 Coríntios 3.17 se revela um versículo desconcertante: "Ora, o Senhor é Espírito; e onde está o Espírito do Senhor, aí há liberdade.". Os interpretes muitas vezes supõem que "Senhor" aqui só pode ser Cristo, pois Paulo usa freqüentemente "Senhor" para referir a Cristo. Mas provavelmente não é esse o caso aqui, pois a gramática e o contexto nos fornecem bons argumentos para dizer que esse versículo tem melhor tradução com o Espírito Santo o sujeito: "Ora, o Espírito é o Senhor ...". Nesse caso, Paulo estaria dizendo que o Espírito Santo é também "Jave" (ou "Jeová), o Senhor do Antigo Testamento (repare o claro pano de fundo do Antigo Testamento que se revela nesse contexto, a partir do v. 7). Teologicamente, isso seria aceitável, pois sem dúvida se pode dizer qua assem como Deus Pai é "Senhor" e Deus Filho é "Senhor" (no pleno sentido de "Senhor" no Antigo Testamento como nome de Deus), também o Espírito Santo é chamado "Senhor" no Antigo Testamento - e é o Espírito Santo que nos manifesta especialmente a presença do Senhor na era da nova aliança.

2. Cada pessoa é plenamente Deus.

Além do fato de serem as três pessoas distintas as Escrituras dão farto testemunho de cada pessoa é plenamente Deus.

Primeiro, Deus Pai é claramente Deus. Isso se evidencia desde o primeiro versículo da Bíblia no qual Deus cria o céu e a terra. É evidente em todo o Antigo e Novo Testamento, no quais Deus Pai é retratado nitidamente como Senhor soberano de tudo e onde Jesus orar ao seu Pai celeste.

Também, o Filho é plenamente Deus. Embora esse ponto seja desenvolvido com mais por menores no capítulo 26 [da Teologia Sistemática deste autor, donde tiramos este estudo] ("A Pessoa de Cristo"), podemos aqui mencionar de passagem vários trechos explícitos. João 1.1-4 afirma claramente a plena divindade de Cristo:

No princípio era o Verbo, e o Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus. Ele estava no princípio com Deus. Todas as coisas foram feitas por ele, e sem ele nada do que foi feito se fez. Nele estava a vida, e a vida era a luz dos homens.

Aqui, Cristo é o "Verbo", e João diz que ele estava "com Deus" e também que ele "era Deus". O texto grego repete as palavras iniciais de Gênesis 1.1 ("No princípio...") e nos lembra de que João está falando de algo que já era verdade antes que o mundo fosse criado. Deus Filho sempre foi plenamente Deus.

A tradução "o Verbo era Deus" foi contestada pelas testemunhas-de-jeová, que vertem "o Verbo era um deus", implicando que o Verbo era simplesmente um ser celestial, mas não plenamente divino. Eles justificam essa tradução salientando que o artigo definido (gr. ho, "o") não aparece antes da palavra grega theos ("Deus). Dizendo que theos deve ser traduzido como "um deus". Porém, tal interpretação nunca foi acatada por nenhum estudioso grego de lugar algum, pois é sabido que a frase segue uma regra normal da gramática grega, e ausência do artigo definido indica meramente que "Deus" é o predicado, e não o sujeito da frase. (Uma publicação recente das testemunhas-de-jeová reconhece hoje essa relevante gramatical, mas assim mesmo persiste na sua posição a respeito de João 1.1).

A incoerência da posição das testemunhas-de-jeová pode ser vista na tradução que dão ao restante do capítulo. Por diversas outras razões gramaticais, a palavra theos também dispensa o artigo definido em outros pontos do capítulo, como no versículo 6 (Houve um homem enviado por Deus"), no versículo 12 ("poder de serem feitos filhos de Deus"), no versículo 13 ("mas de Deus") e no versículo 18 ("Ninguém jamais viu a Deus"). Se as testemunhas-de-jeová fossem coerentes no seu argumento sobre a ausências do artigo definido, teriam de traduzir todos esses versículos com a expressão "um deus",mas usaram "Deus" em todos eles.

João 20.28, no seu contexto, também é uma sólida prova em favor da divindade de Cristo. Tomé duvidava do relatos dos outros discípulos, de que haviam visto Jesus ressuscitado, e disse que não acreditaria se não visse as marcas dos cravos nas mãos de Jesus e não lhe tocasse com a mão na ferida do lado (jo 20.25). Então Jesus apareceu novamente aos discípulos, estando agora Tomé com eles. Disse a Tomé: "Põe aqui o dedo e vê as minhas mãos; chega também a mão e põe no me lado; não seja incrédulo, mas crente"" (Jo 20.28). Aqui Tomé chama Jesus de "Deus meu". A narrativa mostra que

tanto João no modo com escreveu o seu evangelho quanto o próprio Jesus aprovam o que Tomé disse e incentivam todos os que ouvirem falar de Tomé a crer nas mesmas coisas em que Tomé creu. Jesus imediatamente disse a Tomé: "Porque me viste, creste? Bem-aventurados os que não viram e creram" (Jo 20.29). Quanto a João, esse é o momento dramático mais forte do evangelho, pois ele logo a seguir diz ao leitor - já no versículo seguinte - que esta é a razão pela qual ele o escreveu:

"Jesus, pois, operou também em presença de seus discípulos muitos outros sinais, que não estão escritos neste livro. Estes, porém, foram escritos para que creiais que Jesus é o Cristo, o Filho de Deus, e para que, crendo, tenhais vida em seu nome. "(Jo 20.30-31)

Jesus fala daqueles que, mesmo sem o ver crerão, e João logo diz ao leitor que ele registrou os acontecimentos no evangelho para que todos também creiam assim, imitando Tomé na sua confissão de fé. Em outras palavras, todo o evangelho foi escrito para convencer as pessoas a imitar Tomé, que sinceramente chamou Jesus de "Senhor meu e Deus meu". Como esse é o motivo exposto por João como propósito do seu evangelho, a afirmação se reveste de autoridade.

Outras passagens afirmam a plena divindade de Jesus, como Hebreus 1, onde diz que Cristo é a "expressão exata" (gr. charakter, "reprodução exata") da natureza ou ser (gr. hypostasis) de Deus - significando que Deus Filho reproduzia o ser ou a natureza de Deus Pai em todos os aspectos: todos os atributos ou poderes que Deus Pai tem, Deus Filho também os tem. O autor ainda se refere ao Filho como "Deus" no versículo 8 ("Mas acerca do Filho: O teu trono, ó Deus, é para todo o sempre") e atribui a criação dos céus a Cristo ao dizer dele: "No princípio, Senhor, lançaste os fundamentos da terra, e os céus são obras das tuas mãos" (Hb 1.10; citando Sl 102.25). Tito 2.13 refere-se ao "nosso grande Deus e Salvador Cristo Jesus" e 2 Pedro 1.1 fala da "justiça de nosso Deus e Salvador Jesus Cristo". Romanos 9.5, falando do povo judeu, diz: "Deles são os patriarcas, e a partir deles se traça a linhagem humana de Cristo, que é Deus acima de tudo, bendito para sempre! Amém" (NVI).

No Antigo Testamento, Isaías 9.6 profetiza:

Porque um menino nos nasceu, um filho se nos deu,
e o principado está sobre os seus ombros,
e se chamará o seu nome:
Maravilhoso, Conselheiro, Deus Forte ...

Aplicando a Cristo, essa profecia refere-se a ele como "Deus Forte". Observe aplicação semelhante dos títulos "Senhor" e "Deus" na profecias da vinda do Messias em Isaías 40.3: "Preparai o caminho do Senhor; endireitai no ermo vereda a nosso Deus", citada por João Batista na preparação para vinda de Cristo em Mateus 3.3.

Muitas outras passagens serão discutidas no capítulos 26, [da Teologia Sistemática deste autor], abaixo, mas essas já devem ser suficientes para demonstrar que o Novo Testamento claramente se refere a Cristo como Deus pleno. Como diz Paulo em Colossenses 2.9, "Porquanto, nele, habita, corporalmente, toda a plenitude da Divindade."

Além disso, O Espírito Santo é também plenamente Deus. Uma vez que entendemos que Deus Pai e Deus Filho são plenamente Deus, então as expressões trinitárias em versículos com Mateus 28.19 ("batizando-os em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo") se revestem de relevância para a doutrina do Espírito Santo, pois mostram que o Espírito Santo está classificado no mesmo nível do Pai e do Filho. Isso se verifica quando percebemos quão impensável seria que Jesus dissesse algo como "batizando-os em nome do Pai, e do Filho, e do arcanjo Miguel", dando a um ser criado uma posição totalmente descabida, mesmo para um arcanjo. Os crentes de todas as épocas sempre foram batizados em nome (assumindo, portanto, o caráter) do próprio Deus. (Note também as outras passagens trinitárias mencionadas acima: 1 Co 12.4-6; 2 Co 13.14; Ef 4.4-6; 1 Pe 1.2; Jd 20-21.)

Em atos 5.3-4, Pedro pergunta a Ananias: "Por que encheu Satanás teu coração, para que mentisses ao Espírito Santo [...]? Não mentiste aos homens, mas a Deus". Segundo as palavras de Pedro, mentir ao Espírito Santo é mentir a Deus. Paulo diz em 1 Coríntios 3.16: "Não sabeis que sois santuário de Deus e que o Espírito de Deus habita em vós?" O templo de Deus é o local onde o próprio Deus habita, o que

Paulo explica pelo fato de que o "Espírito de Deus" ali habita, aparentemente igualando o Espírito de Deus ao próprio Deus.

Davi pergunta em Salmos 139.7-8: "Para onde me irei do teu Espírito, ou para onde fugirei da tua presença? Se subir ao céu, tu aí estás; se fizer no Seol a minha cama, eis que tu ali estás também." Essa passagem atribui a características divina da onipresença ao Espírito Santo, algo que não se aplica a nenhuma das criaturas de Deus. Parece que Davi faz equivaler o Espírito de Deus à presença de Deus. Ausentar-se do Espírito de Deus é ausentar-se da sua presença, mas se não há lugar para onde Davi pode fugir do Espírito de Deus, então ele sabe que aonde quer que vá terá de dizer: "Tu estás aí".

Paulo atribui a característica divina da onisciência ao Espírito Santo em 1 Coríntios 2.10-11: "Porque Deus no-las revelou pelo seu Espírito; pois o Espírito esquadrinha todas as coisas, mesmos as profundezas de Deus. Pois, qual dos homens entende as coisas do homem, senão o espírito do homem que nele está? assim também as coisas de Deus [ou os pensamentos de Deus], ninguém as conhece, senão o Espírito de Deus.".

Além disso, o ato de dar novo nascimento a todo aquele que nasce de novo é obra do Espírito Santo. Disse Jesus:"... quem não nascer da água e do Espírito não pode entrar no reino de Deus. O que é nascido da carne é carne; e o que é nascido do Espírito é espírito. Não te admires de eu te dizer: importa-vos nascer de novo" (Jo 3.5-7). Mas o ato de dar nova vida espiritual às pessoas quando se tornam cristãs é algo que só Deus pode fazer (cf. 1 Jo 3.9, "nascido de Deus"). Essa passagem portanto dá nova indicação de que o Espírito Santo é plenamente Deus.

Até aqui temos duas conclusões, ambas fartamente ensinadas em toda a Bíblia:

1. Deus é três pessoas.
2. Cada pessoa é plenamente Deus.

Se a Bíblia ensinasse somente esses dois fatos, não haveria nenhuma dificuldade lógica em emparelhá-los, pois a solução óbvia seria que existem três Deuses. O Pai é plenamente Deus, o Filho é plenamente Deus e o Espírito santo é também plenamente Deus.Teríamos um sistema com três seres igualmente divinos. Tal crença se chamaria politeísmo - ou, mais especificamente, "triteísmo", ou crença em três Deuses. Mas isso passa bem longe do que ensina a Bíblia.

3. Só há um Deus.

As Escrituras deixam bem claro que só existe um único Deus. As três diferentes pessoas da Trindade são um não apenas em propósito e em concordância no que pensam, mas um em essência, um na sua natureza essencial. Em outras palavras, Deus é um só ser. Não existem três Deuses. Só existe um Deus.

Uma das passagens mais conhecidas do Antigo Testamento é Deuteronômio 6.4-5: "Ouve, Israel, o Senhor nosso Deus é o único Senhor. Amarás, pois, o Senhor teu Deus de todo o teu coração, e de toda a tua alma, e de todas as tuas forças."

Ó Senhor, quem é como tu entre os deuses?
Quem é como tu glorificado em santidade,
admirável em louvores, realizando maravilhas? (Ex 15.11),

a resposta obviamente é: "ninguém. Deus é único, e não há ninguém como ele nem pode haver ninguém como ele. De fato, Salomão ora "para que todos os povos da terra saibam que o Senhor é Deus, e que não há outro." (1 Rs 8.60).

Quando Deus fala, repetidamente deixa claro que ele é o único Deus verdadeiro; a idéia de que existem três Deuses a adorar, e não um só, seria impensável diante de declarações tão veementes. Só Deus é o únicos Deus verdadeiro, e não há nenhum outro como ele. Quando ele fala, só ele fala - não fala como um Deus dentre três que devem ser adorados. Mas diz:

Eu sou o Senhor, e não há outro; fora de mim não há Deus; eu te cingirei, ainda que tu não me conheças;
Para que se saiba desde o nascente do sol, e desde o poente, que fora de mim não há outro; eu sou o Senhor, e não há outro. (Is 45.5-6).

Do mesmo modo, ele convoca toda a terra a olhar para ele:

Não há outro Deus, senão eu,
Deus justo e Salvador
não há além de mim.

Olhai para mim e sede salvos,
vós, todos os limites da terra;
porque eu sou Deus, e não há outro (Is 45.21-22; cf. 44.6-8).

O Novo Testamento também afirma que só há um Deus. Escreva Paulo: "Porque há um só Deus, e um só Mediador entre Deus e os homens, Jesus Cristo homem." (1 Tm 2.5). Paulo afirma que "Deus é um só" (Rm 3.30) e que "há um só Deus, o Pai, de quem são todas as coisas e para quem existimos" (1 Co 8.6). Por fim, Tiago admite que até os demônios reconhecem que só há um Deus, ainda que essa aceitação intelectual do fato não seja suficiente para salvá-los: "Tu crês que há um só Deus; fazes bem. Também os demônios o crêem, e estremecem." (Tg 2.19). Mas nitidamente Tiago afirma que "faz bem" quem crê que "Deus é um só".

4. As soluções simplistas necessariamente neguam um dos ensinamentos bíblicos.

Agora temos três proposições, todas elas ensinadas nas Escrituras.

1. Deus é três pessoas.
2. Cada pessoa é plenamente Deus.
3. Só há um Deus.

Ao longo de toda a história da igreja houve tentativas de encontrar uma solução simples para doutrina da Trindade pela negação de uma ou outra dessa proposições. Caso se negue a primeira proposição [1. Deus é três pessoas.], então resta-nos simplesmente o fato de que cada uma das pessoas mencionadas nas Escrituras (Pai, Filho e Espírito Santo) é Deus, e há um só Deus. Mas se não precisamos dizer que são pessoas distintas, então há uma solução fácil: não passam de nomes diferentes para uma pessoa que age de modos diversos em situações distintas. Às vezes essa pessoa se chama Pai, às vezes se chama Filho, às vezes se chama Espírito. Não temos dificuldade para compreender isso, pois sabemos por experiência própria que a mesma pessoa pode agir em dada situação como advogado (por exemplo), noutra como pai dos seus filhos e noutra como filho diante dos seus pais; a mesma pessoa é advogado, pai e filho. Mas tal solução negaria o fato de que as três pessoas sejam indivíduos distintos, de que Deus Pai envia Deus Filho ao mundo, de que o Filho ora ao Pai e de que o Espírito santo intercede junto ao Pai por nós.

Outra solução simples surge pela negação da segunda proposição [2. Cada pessoa é plenamente Deus.], ou seja, negar que algumas das pessoas mencionadas nas Escrituras são de fato plenamente Deus. Se simplesmente sustentamos que Deus é três pessoas e que só há um Deus, então podemos ser tentados a dizer que algumas dessas "pessoas" desse Deus único não são plenamente Deus, mas apenas partes subordinadas ou criadas de Deus. Essa solução seria adorada, por exemplo, por aqueles que negam a plena divindade do Filho (e do Espírito Santo). Mas, como vimos acima, essa solução teria de negar toda uma classe de ensinamentos bíblicos.

Por fim, como já observamos acima, uma solução simples poderia vir pela negação da existência de um só Deus. Mas isso resultaria na crença em três Deus, algo claramente contrário às Escrituras.

Embora o terceiro erro não seja comum, como veremos abaixo, cada um dos dois primeiros erros já apareceu num momento ou noutro da história da igreja, e ainda persiste hoje dentro de alguns grupos.

5. Todas as analogias têm falhas.

Se não podemos adotar nenhuma dessas soluções simplistas, então como juntar as três verdade bíblicas para assim sustentar a doutrina da Trindade? As pessoas já usaram várias analogias retiradas da natureza ou da experiência humana para tentar explicar essa doutrina. Embora tais analogia sejam úteis num nível elementar de compreensão, todas elas se revelam inadequadas ou ilusórias numa reflexão mais aprofundada. Dizer, por exemplo,que Deus é como um trevo de três folhas, que mesmo tendo três partes é apenas um trevo, não é satisfatório, pois cada folha apenas faz parte do trevo, e não se pode dizer que nenhuma das folhas é todo o trevo. Mas na Trindade, cada uma das pessoas não é apenas uma parte separada de Deus, mas plenamente Deus. Além disso, a folha de um trevo é impessoal e não tem portanto personalidade distinta e complexa como cada pessoa da Trindade.

Outros já usaram a analogia das três partes de uma árvore: raiz, tronco e ramos constituem uma só arvore. Mas surge um problema semelhante, pois trata-se somente de partes de uma árvore, e não se pode dizer que nenhuma dessas partes é a árvore inteira. Além do mais, nessa analogia as partes têm propriedade distintas, diferentemente das pessoas da Trindade, que possuem todos os atributos de Deus em igual medida. E a ausência de personalidade em cada uma das partes é outra deficiência.

A analogia das três formas de água (vapor, água e gelo) é também inadequada, porque: (a) nenhuma quantidade de água jamais é ao mesmo tempo todas as três formas, (b) as três formas têm propriedades ou características diferentes, (c) a analogia nada tem que corresponda ao fato de existir somente um Deus (mas existe algo como "uma só água" ou "toda a água do universo") e (d) falta o elemento da personalidade inteligente.

Outras analogias foram derivadas da experiência humana. Poder-se-ia dizer que a Trindade é como um homem que é ao mesmo tempo fazendeiro, prefeito da sua cidade e presbítero da sua igreja. Ele desempenha papéis diferentes em momentos distintos, mas é um só homem. Porém, essa analogia é bastante falha, pois só uma pessoa executa essas três atividades em momento diferentes, e o modalismo não contempla a relação pessoal entre os membros da Trindade. (Na verdade, essa analogia simples ensina a heresia chamada modalismo, discutida abaixo.)

Outra analogia retirada da vida humana é a união entre intelecto, emoções e vontade numa pessoa. Embora sejam componentes de uma personalidade, nenhum desses fatores constitui a pessoa inteira. E as partes não são de características idênticas, mas têm capacidades distintas.

Então que analogia usaremos para explicar a Trindade? Embora a Bíblia use muitas analogias derivadas da natureza e da vida para nos ensinar aspectos diversos do caráter de Deus (Deus é como uma rocha na sua fidelidade, como um pastor no seu cuidado, etc.), é interessante notar que nenhum trecho das Escrituras se acha alguma analogia que explique a doutrina da Trindade. O mais próximo que chegamos de uma analogia se encontra nos próprios títulos "Pai" e "Filho", títulos que nitidamente dizem respeito a pessoas distintas e à íntima relação que existe entre os dois numa família. Mas no plano humano, logicamente, temos dois seres totalmente distintos, nenhum deles formado de três pessoas distintas. É melhor concluir que nenhuma analogia explica adequadamente a Trindade, que todas são ilusórias em aspectos importantes.

6. Deus existe eterna e necessariamente como Trindade.

Quando o universo foi criado, Deus Pai proferiu as potentes palavras criadoras que o gerarem; Deus Filho foi o agente divino que executou essas palavras (Jo 1.3; 1 Co 8.6; Cl 1.16; Hb 1.2) e o Espírito de Deus "pairava por sobre as águas" (Gn 1.2). Então é como seria de esperar: se os três membros da Trindade são iguais e plenamente divinos, então todos eles existiram desde a eternidade, e Deus sempre existiu eternamente como Trindade (cf. também Jo 17.5,24). Além disso, Deus não pode ser diferente do que é, pois é imutável. Portanto, parece correto concluir que Deus existe necessariamente como Trindade - não pode ser diferente do que é.

Autor: Wayne Grudem
Fonte: Capítulo 14 da Teologia do autor, Ed. Vida Nova (www.vidanova.com.br)

Quarta Parte

[Creio] na Santa Igreja Universal; na comunhão dos santos;

A. [Creio] na Santa Igreja Universal,

01. A Igreja

1 Co 12.12-14; Ef 2.19-22; 4.1-6; Cl 1.18; Ap 7.9,10

"Porque, assim como o corpo é um, e tem muitos membros, e todos os membros, sendo muitos, são um só corpo, assim é Cristo também. Pois todos nós fomos batizados em um Espírito, formando um corpo, quer judeus, quer gregos, quer servos, quer livres, e todos temos bebido de um Espírito.Porque também o corpo não é um só membro, mas muitos." 1 Co 12.12-14

A Igreja refere-se a todas as pessoas que pertencem ao Senhor, aquelas que foram compradas pelo sangue de Cristo. Várias outras imagens e expressões são também usadas para definir ou descrever a Igreja. Ela é chamada o Corpo de Cristo, a família de Deus, o povo de Deus, os eleitos, a noiva de Cristo, a comunidade dos remidos, a comunhão dos santos, o novo Israel, entre outros.

A palavra do Novo Testamento para igreja, da qual extraímos nossa palavra eclesiástico significa "os chamados para fora". A igreja é vista como uma assembléia ou reunião dos eleitos, aqueles a quem Deus chama do mundo, separando-os do pecado, para um estado de graça.

A igreja na terra é sempre aquilo que Agostinho chamou de "um corpo misto"; por isso temos de fazer uma distinção entre a igreja visível e igreja invisível. Na igreja visível (que consiste dos que fazem profissão de fé, são batizados e arrolados como membros da igreja institucional), Jesus indicou que haveria joio crescendo junto com o trigo. Embora a igreja seja "santa", sempre há uma mistura profana nela nesta dispensação. Nem todos os que honram a Cristo com seus lábios o honram também com seu coração. Visto que só Deus pode lê o coração humano, os verdadeiros eleitos lhe são visíveis, mas em certa medida nos são invisíveis. A igreja invisível é transparente, mas completamente visível a Deus. È tarefa dos eleitos tornar visível a igreja invisível.

A igreja é una, santa, católico e apostólica. A igreja é uma só. Embora fragmentados em denominações, os eleitos são unidos por um só Senhor, uma só fé e um só batismo. A igreja é santa porque é santificada por Deus e habitada no sentido em que seus membros estão espalhados por toda a terra, incluindo pessoas de todas as nações. A igreja é apostólica no sentido em que o ensino dos apóstolos, com o contido na Sagradas Escrituras, é o fundamento da igreja e a autoridade pela qual é governada.

É tarefa e privilégio de cada cristão viver unido à igreja de Cristo. É nossa responsabilidade solene não negligenciar a assembléia dos santos quando se reúnem em culto, viver sob a liderança e a disciplina da igreja e estar ativamente envolvidos como testemunhas em sua missão.

A igreja se caracteriza mais como um organismo do que como uma organização. Ela é formada por partes vivas. É chamada o Corpo de Cristo. Assim como o corpo humano é organizado para funcionar em unidade, pela cooperação e interdependência das muitas partes, assim também a Igreja, como um corpo, revela a unidade e diversidade. Embora governado por uma "cabeça" - Cristo -, o corpo tem muitos membros, cada um deles dotados e investidos por Deus a fim de contribuir para a obra de todo o corpo.

Sumário

1. A Igreja é formada por aqueles que pertencem ao Senhor.

2. A palavra bíblica para igreja significa "aqueles que são chamados para fora".

3. A igreja na terra é sempre um corpo misto de crentes e não crentes.

4. A igreja invisível só é visível para Deus.

5. A igreja é una católica e apostólica.

6. A igreja é um organismo análogo ao corpo humano.

Autor: R. C. Sproul
Fonte: 3º Caderno Verdades Essenciais da Fé Cristã – R.C.Sproul. Editora Cultura Cristã.

02. Os propósitos da igreja

Podemos entender os propósitos da igreja em termos de ministério para com Deus, com os crentes e com o mundo.

1. Ministério para com Deus:

Adoração. Em relação a Deus, o propósito da igreja é adorá-lo. Paulo aconselha a igreja de Colossos:"Cantem salmos,hinos e cânticos espirituais com gratidão a Deus em seu coração" (Cl 3.16). Deus nos destinou em Cristo e nos separou "a fim de que nós sejamos para o louvor da sua glória" (Ef 1.12).A adoração na igreja não é meramente a preparação para algo mais; ela é em si mesma o cumprimento do maior propósito da igreja com referência ao seu Senhor. Essa é a razão pela qual Paulo exortou os efésios a aproveitar "ao máximo cada oportunidade", associando isso com o mandamento para que se enchessem do Espírito e, então, falassem entre si com salmos, hinos e cânticos espirituais, cantando e louvando de coração ao Senhor" (Ef 5.16-19).

2. Ministério para com os crentes:

Fortalecimento. Segundo a Escritura, a igreja tem a obrigação de fortalecer os que já são crentes e edificá-los para chegarem à maturidade da fé. Paulo disse que seu alvo não era simplesmente trazer pessoas à fé inicial, mas advertir e ensinar "a cada um com toda a sabedoria, para que apresentemos todo homem perfeito em Cristo" (Cl 1.28). E ele disse à igreja de Éfeso que Deus deu à igreja pessoas capacitadas "com o fim de preparar os santos para a obra do ministério, para que o corpo de Cristo seja edificado, até que todos alcancemos a unidade da fé e do conhecimento do Filho de Deus, e cheguemos à maturidade, atingindo a medida da plenitude de Cristo" (Ef 4.12,13). É claramente contrário ao padrão do Novo Testamento pensar que o nosso único objetivo com as pessoas é trazê-las à fé salvadora inicial. Nosso alvo como igreja deve ser apresentar perante Deus todo cristão "perfeito em Cristo" (CL 1.28).

3. Ministério para com o mundo:

Evangelização e misericórdia. Jesus disse aos discípulos que eles deveriam fazer "discípulos de todas as nações" (Mt 28.19). Essa obra evangelística de declarar o evangelho é o ministério primário que a igreja tem para com o mundo. Todavia, um ministério de misericórdia deve vir acompanhando o ministério de evangelização, um ministério que inclua a preocupação com os pobres e necessitados, em nome do Senhor. Embora a ênfase do Novo Testamento seja sobre dar ajuda material aos que são parte da igreja (At 11.29; 2Co 8.4; lJo 3.17), há ainda a afirmação de que é justo ajudar os descrentes mesmo que eles não respondam com gratidão ou que não aceitem a mensagem do evangelho. Jesus nos diz: "Amem, porém, os seus inimigos, façam-lhes o bem e emprestem a eles, sem esperar receber nada de volta. Então, a recompensa que terão será grande e vocês serão filhos do Altíssimo, porque ele é bondoso para com os ingratos e maus. Sejam misericordiosos, assim como o pai de vocês é misericordio" (Lc 6.35,36).

O argumento da explicação de Jesus é que devemos imitar Deus em ser amáveis para os que são ingratos e maus.

Além disso, temos o exemplo de Jesus, que não buscou curar somente os que o aceitaram como Messias. Antes, quando grandes multidões vieram a ele, "ele os curou, impondo as mãos sobre cada um deles" (Lc 4.40). Isso deveria dar-nos encorajamento para praticar ações amáveis e orar pela cura e por outras necessidades na vida dos descrentes assim como na dos crentes. Tais ministérios de misericórdia ao mundo podem também incluir a participação em atividades cívicas ou a tentativa de influenciar a política governamental para torná-la mais compatível com os princípios morais da Bíblia. Nas áreas onde há sistematicamente injustiça manifestada no tratamento aos pobres, a grupos étnicos

ou ainda a minorias religiosas, a igreja deveria também orar e — à medida que tem a oportunidade — pregar contra a injustiça. Todos esses são caminhos pelos quais a igreja pode suplementar o seu ministério evangelístico ao mundo e, de fato, embelezar o evangelho que professa. Mas tais ministérios de misericórdia ao mundo nunca devem tornar-se um substituto da genuína evangelização ou de outras áreas do ministério para com Deus e para com os crentes mencionados anteriormente.

4. Mantendo esses propósitos em equilíbrio:

Uma vez que mencionamos esses propósitos para a igreja, alguém poderia perguntar: "Qual é o mais importante?". Ou outra pessoa perguntaria: "Poderíamos considerar um desses três menos importante que os outros?".

Devemos responder que os três propósitos da igreja são ordenados por Deus na Escritura; portanto, todos são importantes e nenhum deles pode ser negligenciado. De fato, uma igreja forte terá ministérios eficazes nessas três áreas. Devemos nos precaver contra quaisquer tentativas de reduzir o propósito da igreja a somente um dos três e dizer que esse deveria ser o foco principal. De fato, tais tentativas de tornar um dos três propósitos mais importantes sempre resultarão em alguma negligência dos outros dois.

Contudo, diferentemente das igrejas, os indivíduos devem estabelecer uma prioridade em relação a um ou outro desses propósitos da igreja. Porque somos iguais a um corpo com diversos dons espirituais e capacidades, é correto colocarmos ênfase maior no cumprimento do propósito da igreja que está relacionado mais de perto com os dons e interesses que Deus nos deu. Quem tem o dom de evangelização deve naturalmente gastar algum tempo com a adoração e preocupação com os crentes, mas pode acabar gastando muito mais tempo na obra evangelística. Alguém que é líder capacitado em matéria de adoração pode dedicar 90% de seu tempo na igreja à preparação e à condução do culto. Essa é apenas uma resposta apropriada para a diversidade de dons que Deus nos deu.

Autor: Wayne Grudem.
Fonte: Teologia Sistemática do autor, Ed. Vida

B. na comunhão dos santos;

01. Os Sacramentos

Mt 28.19,20; At 2.40-47; Rm 6.1-4; 1 Co 11.23-34; Gl 3.26-29

Historicamente, a palavra sacramento era usada para designar algo sagrado. O termo latino, sacramentum, foi usado para traduzir a palavra "mistério" no Novo Testamento. Num sentido amplo, todos os rituais e cerimoniais religiosos eram chamados sacramentos. Com o tempo, o termo sacramento assumiu um sentido mais preciso e mais restrito. Um sacramento veio a ser definido como um sinal visível por meio do qual Deus oferece sua promessa de graça de uma forma externa. Os sinais externos selam e confirmam as promessas da aliança de Deus.Os sacramentos consistem de alguns elementos visíveis tais como água, pão ou vinho; uma atividade definida ordenada por Deus em associação com o sinal; e um benefício redentor comunicado ao crente.

A igreja Católica Romana estabeleceu o número de sacramentos (num sentido especial) em sete. Eles são Batismo, Crisma, Eucaristia (a Ceia do Senhor), Penitência, Matrimônio, Ordem e Extrema-Unção. O protestantismo histórico limitou os sacramentos em dois: Batismo e Ceia do Senhor. Apesar de os protestantes reconhecerem outros rituais, tais como o matrimônio, como ordenanças especiais, não os reconhecem como se nivelando aos sacramentos. Os sacramentos são limitados a:

(1) ordenanças instituídas diretamente por Cristo,

(2) ordenanças que por sua própria natureza são significativas,

(3) ordenanças designadas para serem perpétuas e

(4) ordenanças designadas para representar, instruir e selar os crentes que as recebem pela fé.

Os sacramentos são meios reais de graça que comunicam as promessas de Deus. Seu poder não reside nos elementos em si, mas em Deus, de quem são sinais. Tampouco podem depender do caráter ou fé daqueles que os administram, mas da integridade de Deus.

Os sacramentos são formas não-verbais de comunicação. Nunca foram destinados a ficar isolados, sem referência à Palavra de Deus. Os sacramentos confirmam a Palavra de Deus, de modo que a administração deles e a pregação da Palavras vão juntas.

A salvação não se opera por meios dos sacramentos. A salvação é pela fé em Cristo. mas onde a fé está presente, os sacramentos não são ignorados nem negligenciados. São uma parte vital do culto divino e do desenvolvimento da vida cristã.

Embora os sacramentos envolvam a utilização de formas externas, não devem ser menosprezados com ritualismo ou formalidade vazio. Embora possam ser corrompidos e transformados em rituais vazios, não devem ser rejeitados. São de fato rituais, mas são ordenados por Deus e portanto devemos participar deles alegre e solenemente.

Sumário

1. Um sacramento é um sinal visível da promessa da graça de Deus aos crentes.

2. A igreja Católica Romana inclui sete sacramentos, enquanto a maioria das igrejas protestante tem dois: Batismo e Ceia do Senhor.

3. Os sacramentos não comunicam automaticamente as coisas que representam. O conteúdo dos sacramentos é recebido pela fé.

4. Os sacramentos não são rituais vazios, mas foram ordenados por Jesus Cristo.

5. Os sacramentos devem estar conectados à pregação da Palavra de Deus.

Autor: R. C. Sproul
Fonte: 3º Caderno Verdades Essenciais da Fé Cristã – R.C.Sproul. Editora Cultura Cristã.

02. A Ceia do Senhor

1 Coríntios 11:23: "Porque eu recebi do Senhor o que também vos entreguei: que o Senhor Jesus, na noite em que foi traído, tomou o pão".

A Ceia do Senhor é um ato de culto que tem a forma de uma refeição cerimonial, na qual os servos de Cristo participam do pão e do vinho, para comemorar a morte de Cristo e celebrar o novo relacionamento segundo a aliança que eles desfrutam com Deus.

"Na noite em que foi traído, nosso Senhor Jesus Cristo instituiu o sacramento de seu corpo e sangue, chamado Ceia do Senhor, para ser observado em sua igreja até o fim do mundo, para ser uma lembrança perpétua do sacrifício que em sua morte ele fez de si mesmo; para selar, aos verdadeiros crentes, todos os benefícios provenientes desse sacrifício para o seu nutrimento espiritual e crescimento nele, e seu compromisso de cumprir todos os seus deveres para com ele; e ser um vínculo e penhor de sua comunhão com ele e uns com os outros, como membros do seu corpo místico" (Confissão de Fé de Westminster, XXIX.1).

Os textos bíblicos que tratam da Ceia e nos quais se baseia a declaração acima são: mt 26.26-29; Mc 14.22-25; Lc 22.17-20; 1Co 10.16-21; 11.17-34. O sermão de Jesus (Jo 6.35-38) a respeito de si mesmo como o pão da vida e da necessidade de alimentar-se dele, comendo a sua carne e bebendo o seu sangue, foi pregado antes da instituição da Ceia e é melhor entendido como tratando daquilo que a Ceia significa, ou seja, a comunhão com Cristo pela fé, ao invés da Ceia em si.

Nos tempos da Reforma, questões a respeito da natureza da presença de Cristo na Ceia e da relação da Ceia com sua morte vicária foram assunto de intensa controvérsia. A Igreja Católica Romana ensina que Cristo está presente na Ceia pela transubstanciação, como definida pelo Quarto Concílo

Lateranense em 1215. “Transubstanciação” significa que a substância do pão e do vinho é miraculosamente transformada em corpo e sangue de Cristo. O pão e o vinho não são mais pão e vinho, embora pareçam ser. A doutrina de Lutero, depois chamada de “consusbtanciação”, ensina que o corpo e o sangue de Cristo estão presentes “em, com e sob” a forma de pão e vinho, que, em si mesmos, permanecem sendo pão e vinho. As Igrejas Ortodoxas Orientais e algumas Igrejas Anglicanas têm uma crença semelhante. Zuínglio negou que o Cristo glorificado, agora no céu, esteja presente de qualquer modo que palavras tais como “corporalmente”, “fisicamente” ou “localmente” possam sugerir. Calvino ensinou que, enquanto o pão e o vinho permanecem imutáveis, o Espírito eleva o crente através da fé, para gozar da presença de Cristo de um modo que é glorioso e real, ainda que indescritível.

Todos os Reformadores insistiram no fato de, na Mesa de Comunhão, darmos graças a Cristo pela obra da expiação acabada e aceita. Denunciaram a doutrina Católica Romana da Missa, porquanto nela se dizia que o sacrifício da cruz é repetido, renovado, ou reapresentado de um modo que obscurecia a sua suficiência.

A Ceia do Senhor tem uma referência passada à morte de Jesus e tem uma referência presente à nossa participação corporativa em Cristo, mediante a fé. E tem uma referência futura pelo fato de ser uma garantia da sua segunda vinda. Encoraja o fiel em sua caminhada diária e em sua expectação. Esse serviço de culto, no qual os cristãos recordam o sofrimento que Cristo suportou por eles, é uma marca distintiva da religião cristã por todo o mundo.

Fonte: Bíblia de Estudo de Genebra, Nota Teológica, página 1360.

03. Batismo

“Ou, porventura, ignorais que todos nós que fomos batizados em Cristo Jesus fomos batizados na sua morte?”. Romanos 6:3:

O batismo cristão, que tem a forma de uma lavagem cerimonial (como o batismo pré-cristão de João Batista), é um sinal de Deus para significar purificação interior e remissão de pecado (At 22.16; 1Co 6.11; Ef 5.25-27), regeneração operada pelo Espírito e uma nova vida (Tt 3.5) e a permanente presença do Espírito Santo, como selo de Deus testificando e garantindo que aquele que o recebe está seguro em Cristo para sempre (1Co 12.13; Ef 1.13-14). Fundamentalmente, o batismo significa união com Cristo na sua morte, sepultamento e ressurreição (Rm 6.3-7; Cl 2.11-12), e essa união com Cristo é a fonte de cada elemento de nossa salvação (1Jo 5.11-12). Receber o sinal do batismo com fé assegura aos batizados que o dom divino da nova vida em Cristo lhes é dado gratuitamente. Ao mesmo tempo, os incumbe de viver de modo novo, como discípulos de Jesus.

Cristo ordenou aos seus discípulos que batizassem em nome do Pai , do Filho e do Espírito Santo (Mt 28.19). Essa fórmula significa que o relacionamento de aliança que o batismo formalmente confere é com as três Pessoas da Divindade. Quando Paulo diz que os israelitas foram batizados “com respeito a Moisés” (1Co 10.2), ele quer dizer que os israelitas foram colocados sob o controle e direção de Moisés. O batismo em nome do Deus trino significa ficar sob o controle e direção de Deus.

Os sinais exteriores não conferem automática ou magicamente as bênçãos interiores que eles representam. No Novo Testamento não há nenhuma prescrição de um modo específico de batizar. A determinação de batizar pode ser cumprida por imersão, afusão os aspersão. Todos esses três modos satisfazem o sentido do verbo grego baptizo e a exigência simbólica de passar sob a água purificadora e emergir dela.

Fonte: Bíblia de Estudo de Genebra, Nota Teológica

O Modo Próprio do Batismo e Batismo dos Filhos dos Crentes

Os batistas divergem do restante do mundo cristão em sua posição,* segundo a qual o mergulho ou a imersão, seguida da emersão, é o único modo próprio do batismo; e segundo a qual este modo é absolutamente essencial ao batismo, porque este rito pretende simbolizar a morte e ressurreição de Jesus Cristo, e a conseqüente morte e ressurreição do batizando com Ele. Portanto, surgem duas questões, e é melhor considerá-las na seguinte ordem: (1) O que é essencial no simbolismo do

batismo? E (2) Será que a imersão é o único modo próprio do batismo? Esta ordem é a preferível porque a primeira questão é a mais importante das duas, e porque a resposta à segunda dependerá em parte da que for dada à primeira.

1. O QUE É ESSENCIAL NO SIMBOLISMO DO BATISMO?

Segundo os batistas, a imersão, seguida pela emersão, é o essencial no simbolismo do batismo. A capitulação disto equivaleria à rendição do próprio batismo. A verdadeira idéia batismal, dizem eles, se expressa no afundar na água e no sair dela. Naturalmente, é puramente acidental que essa imersão devolva certo lavamento ou purificação. O batismo continuaria sendo batismo, ainda que a pessoa fosse imersa nalguma coisa destituída de propriedades purificadoras. Eles baseiam sua opinião em Mc 10.38, 39; Lc 12.50; Rm 6.3, 4; Cl 2.12. Mas as duas primeiras passagens expressam meramente a idéia de que Cristo seria oprimido pelos sofrimentos que lhe sobreviriam, e absolutamente não falam do sacramento do batismo. As duas últimas são as únicas que oferecem algum ponto de apoio ao assunto, e mesmo estas não vão ao ponto, pois não falam diretamente de nenhum batismo com água, mas, sim, do batismo espiritual representando por aquele. Elas descrevem a regeneração com a figura de um morrer e um ressuscitar. Sem dúvida, é perfeitamente óbvio que elas não fazem menção do batismo como símbolo da morte e ressurreição de Cristo. Se o batismo fosse descrito como algum símbolo, seria como símbolo do morrer e ressurgir do crente. E, visto que este é apenas um modo figurado de descrever a sua regeneração, faria do batismo uma figura de uma figura.

A teologia reformada (calvinista) tem uma concepção inteiramente diversa daquilo que é essencial no simbolismo do batismo. Ela o vê na idéia de purificação. O Catecismo de Heidelberg indaga, na Pergunta 69: "Como é que está simbolizado e selado em seu favor no santo batismo que você participa do sacrifício de Cristo na cruz?" E responde: "Assim: que Cristo determinou o lavamento externo com água e acrescentou a promessa de que eu sou lavado com o Seu sangue que me purifica da corrupção da minha alma, isto é, de todos os meus pecados, tão certamente como a água me lava exteriormente, pela qual a sujeira do corpo comumente é removida". Esta idéia de purificação era a coisa pertinente em todas as abluções do Velho testamento, e também no batismo de João, Sl 51.; Ez 36.25; Jo 3.25, 26. E podemos admitir que, neste sentido, o batismo de Jesus estava em completa harmonia com os batismos anteriores. Se fosse Sua intenção que o batismo que Ele instituiu simbolizasse uma coisa inteiramente diferente, teria indicado isso com muita clareza, para evitar todo e qualquer mal-entendido. Além disso, a Escritura deixa muitíssimo claro que o batismo simboliza a limpeza ou purificação espiritual, At 2.38; 22.16; Rm 6.4, 5; 1 Co 6.11; Tt 3.5; Hb 10.22; 1 Pe 3.21; Ap 1.5. é este exatamente o ponto no qual a Bíblia coloca toda a ênfase, ao passo que ela nunca descreve o ir ao fundo e subir como algo essencial.

2. SERÁ QUE A IMERSÃO É O ÚNICO MODO PRÓPRIO DO BATISMO?
A opinião geralmente predominante fora dos círculos batistas ou imersionistas é que, desde que a idéia fundamental, a saber, a de purificação, ache expressão no rito, o modo do batismo é deveras insignificante. Pode ser igualmente ministrado por imersão, derramamento, afusão ou aspersão. A Bíblia simplesmente emprega a palavra genérica para denotar uma ação destinada a produzir certo efeito, qual seja, limpeza ou purificação, mas em parte nenhuma determina o modo específico pelo qual o efeito há de ser produzido. Jesus não prescreve um determinado modo de batismo. Evidentemente, Ele não deu a isso tanta importância como a que os imersionistas dão. Tampouco os exemplos bíblicos de batismo acentuam algum modo em particular. Não há um único caso em que se nos diga explicitamente como se deve ministrar o batismo.

Todavia, os batistas asseveram que o Senhor ordenou o batismo por imersão, e que todos quantos o ministram de maneira diferente estão agindo em franca desobediência à Sua autoridade. Para provarem sua afirmação, recorrem às palavras bapto e baptizo, que são empregadas na Escritura com o sentido de "batizar". Vê-se que a segunda palavra é uma forma intensiva ou freqüentativa da primeira, embora no uso geral nem sempre se mantenha a distinção. Bapto é empregado muitas vezes no Velho Testamento, mas no Novo Testamento só ocorre quatro vezes, a saber, em Lc 16.24; Jo 13.26; Ap 19.13, e, nestes casos, não se refere ao batismo cristão. Houve tempo em que os batistas estavam muito confiantes em que o único sentido deste verbo é "imergir"; mas muitos deles mudaram de opinião desde quando Carson, uma das suas maiores autoridades, chegou à conclusão de que o referido verbo tem também um sentido secundário, qual seja, o de "morrer", de sorte que veio a significar "morrer por submersão" e ainda "morrer de qualquer maneira", caso em que deixou de ser indicativo do modo [7]. Surgiu ainda a questão sobre se o verbo baptizo, que é utilizado 76 vezes e que é empregado pelo Senhor nas palavras da instituição, é derivado de bapto em seu sentido primário ou

em seu sentido secundário. E o doutor Carson responde que é derivado de bapto no sentido de “imergir”. Diz ele: “Já demonstrei que bapto possui dois sentidos, e somente dois, “imergir” e “morrer”. Baptizo, asseverei, tem apenas uma significação. Esta se encontra no sentido primário da raiz, e nunca admiti o secundário. Minha posição é que ele sempre significa imergir, jamais expressando nada senão modo” [8]. Os imersionistas têm que afirmar isso, se querem provar que o Senhor ordenou o batismo por imersão.

Mas os fatos, como aparecem tanto no grego clássico como no grego do Novo Testamento, não oferecem base para essa posição. Mesmo o doutor Gale, talvez o autor mais culto dos que procuram sustentar isso, sentiu-se constrangido pelos fatos a modificá-la. Wilson, em sua esplêndida obra sobre o Batismo de Crianças (Infant Baptism), que, em parte, é uma réplica à obra do doutor Carson, cita estes dizeres de Gale: ”A palavra baptizo pode não expressar tão necessariamente a ação de colocar debaixo d’água, como se daria em geral com uma coisa nessa condição, não importando como chegou a ficar assim, se foi mergulhada na água, ou se a água veio sobre ela; se bem que, na verdade, mergulhar na água é o modo mais natural e mais comum, e, portanto, este modo está implícito usual e muito constantemente, mas não necessariamente” [9]. Wilson demonstra conclusivamente que, de acordo com o uso do grego, o batismo é efetuado de vários modos. Diz ele: “Deixe-se o elemento batizante circundar o seu objeto, e, no caso dos líquidos, seja que esta condição relativa tenha sido produzida por imersão, afusão ou absorção, ou de qualquer outro modo, o uso grego o reconhece como batismo válido.” Ele prossegue e mostra pormenorizadamente que é impossível manter a posição de que, no Novo Testamento, a palavra baptizo sempre significa imersão. [10]

É mais que evidente que ambos as apalavras, bapto e baptizo, tinham outros sentidos, como os de “lavar”, “banhar-se” e “purificar mediante lavamento”. A idéia de lavamento ou purificação aos poucos se tornou a idéia proeminente, ao passo que a da maneira pela qual isto se realizava foi-se afastando para os fundos do cenário. Que esta purificação às vezes era efetuada por aspersão, é evidente em passagens como Nm 8.7; 19.13, 18, 19, 20; sl 51.7; Ez 36.25; Hb 9.10. No apócrifo Judite 12.7 e em Mc 7.3, 4 não temos a menor possibilidade de pensar em imersão. Tampouco é possível isso no contexto das seguintes passagens do Novo Testamento: Mt 3.11; Lc 11.37, 38; 12.50; Rm 6.3; 1 Co 12.13; Hb 9.10 (cf. os versículos 13, 14, 19, 21); 1 Co 10. 1, 2. Visto que a palavra baptizo não significa necessariamente “imergir”, e uma vez que em nenhum caso o Novo Testamento afirma explicitamente que o batismo era feito por imersão, o peso da prova (o onus probandi) permanece sobre os imersionistas.

João Batista seria capaz de realizar a enorme tarefa de fazer imergir as multidões que se ajuntavam em torno dele às margens do rio Jordão, ou ele simplesmente derramava água sobre elas, como indicam algumas das inscrições primitivas?** Os apóstolos teriam achado água suficiente em Jerusalém e teriam as facilidades necessárias para batizar por imersão três mil pessoas num só dia? Onde estão as evidências que provam que eles seguiram algum outro método, e não o modo dos batismos do Velho Testamento? Acaso Atos 9.18 mostra de algum modo que Paulo saiu do lugar em que Ananias o encontrara, para deixar-se imergir nalgum lago ou rio? O relato do batismo de Cornélio não dá a impressão de que a água teve que ser trazida e que as pessoas presentes foram batizadas na casa mesmo? (At 10.47, 48). Há alguma prova de que o carcereiro de Filipos não foi batizado na prisão ou perto dela, mas levou seus prisioneiros até o rio, para que pudessem fazer-se imergir? Teria ele ousado levá-los para fora da cidade, quando lhe fora ordenado que os mantivesse presos com segurança? (At 16.22-33). Até a narrativa do batismo do eunuco, em At. 8.36, 38, que muitas vezes é vista como a mais forte prova bíblica do batismo por imersão, não pode ser considerada como evidência conclusiva. Um cuidadoso estudo de uso que Lucas faz da preposição eis mostra que ele a empregava, não somente no sentido de para dentro de, mas também no sentido de a ou para, de modo que é inteiramente possível ler a significativa informação dada no versículo 38 como segue: “ambos desceram à água e Filipe batizou o eunuco”. E mesmo que as palavras estivessem destinadas a transmitir a idéia de que eles desceram dentro da água, isto ainda não provaria o ponto, pois, de acordo com representações feitas em gravuras dos primeiros séculos, os que eram batizados por afusão muitas vezes ficavam de pé dentro d’água, durante o batismo. É inteiramente possível, por certo, que na era apostólica alguns tenham sido batizados por imersão, mas o fato de que em parte alguma o Novo Testamento insiste nisso, prova que a imersão não era essencial. A imersão é um bom modo do batismo, mas também o é o batismo por afusão ou por aspersão, desde que todos eles simbolizam purificação. As passagens aludidas acima provam que muitas abluções veterotestamentárias (batismos)eram feitas por aspersão. Numa profecia a respeito da renovação espiritual do dia do Senhor no Novo Testamento, diz o Senhor: “Então aspergirei água pura sobre vós, e ficareis purificados”, Ef 36.25. O elemento simbolizado no batismo, a saber, o Espírito purificador, foi derramado sobre a igreja, Jl 2.28, 29; At 2.4, 33. E o

escritor de Hebreus fala dos seus destinatários como tendo os seus corações purificados (aspergidos) de má consciência, Hb 10.22.***

NOTAS:
* Acompanhados em geral pelos movimentos pentecostais, que tiveram desenvolvimento maior nas últimas décadas. Nota do tradutor.
7 - Carson, Baptism in its Mode and Subjects, p. 44 e segtes.
8 - Op. cit., p. 55.
9 - P. 97.
10 - Quanto aos vários significados possíveis de baptizo, consultem-se, além do tratado de Wilson, acima referido, obras como as de Armstrong, The Doctrine of Baptisms; Seiss, The Baptist System Examibed; Ayres, Christian Baptism; e Hibbard, Christian Baptism.
** Haja vista o quadro que representa João Batista e Jesus de pé dentro do rio Jordão, e João derramando água sobre a cabeça do Mestre. O referido quadro é do segundo século e atualmente se acha em Ravena, região de Emília, Itália. Nota do tradutor.
*** No original grego, “tendo sido aspergidos os corações de má consciência”. Nota do tradutor.

Autor: Louis Berkhof
Fonte: Teologia Sistemática do autor, pg. 633 Ed CEP.

O Batismo dos Filhos dos Crentes

Gênesis 17:1-14; Atos 2:38,39; Atos 16:25-34

Embora o batismo de crianças tenha sido uma prática importante no cristianismo histórico, sua validade tem sido solenemente desafiada por cristãos piedosos de várias denominações. A questão em torno do batismo de crianças baseia-se em vários aspectos. O Novo Testamento não ordena explicitamente que as crianças sejam batizadas, nem explicitamente proíbe que sejam batizadas. O debate se concentra em questões que geram em torno do significado do batismo e do grau de continuidade entre a Antiga e a Nova Aliança.

A mais crucial objeção por parte daqueles que se opõem ao batismo de crianças é que o sacramento do batismo pertence aos membros da igreja, e que a igreja é uma companhia de crentes. Visto que as crianças são incapazes de exercer fé, não devem ser batizadas. Enfatiza-se também que dos batismos registrados no Novo Testamento não há nenhuma referência específica a crianças. Uma outra objeção é que a Antiga Aliança, embora não comunique a salvação por via biológica, pela linhagem de sangue, não obstante envolvia uma ênfase étnica à nação de Israel. A aliança era transmitida através dos laços familiares e nacionais. No Novo Testamento a aliança tornou-se mais abrangente, admitindo os gentios na comunidade da fé. Este sinal de descontinuidade estabelece uma diferença entre a circuncisão e o batismo.

Por outro lado, aqueles que são favoráveis ao batismo de crianças enfatizam seu paralelo com a circuncisão. Embora o batismo e a circuncisão não sejam idênticos, têm pontos cruciais em comum. Ambos são sinais da aliança e ambos são sinais da fé. No caso de Abraão, ele abraçou a fé depois de adulto e fez uma profissão de fé antes de ser circuncidado. Ele tinha fé antes de receber o sinal desta fé. Seu filho Isaque, por outro lado, recebeu o sinal da fé antes que tivesse a fé que o sinal simbolizava (como foi o caso de todos os outros filhos da aliança).

O ponto crucial é que no Antigo Testamento Deus ordenou que o sinal da fé fosse dado antes que a fé estivesse presente. Visto que esse era claramente o caso, seria um equívoco argumentar em princípio que é errado administrar um sinal de fé antes que a fé esteja presente.

É também importante observar que os relatos de batismos no Novo Testamento foram de adultos que anteriormente eram incrédulos. Pertenciam à primeira geração de cristãos. Além disso, sempre tem sido a regra que convertidos adultos (que não eram filhos de crentes em sua infância) devem primeiro fazer a profissão de fé antes de receberem o batismo, o qual é o sinal de sua fé.

Certa de um quarto dos batismos mencionados no Novo Testamento indica que famílias inteiras foram batizadas. Isso sugere fortemente, embora não o prove, que as crianças eram incluídas entre os que eram batizados. Visto que o Novo Testamento não exclui explicitamente as crianças do sinal da aliança (e foram incluídas por milhares de anos enquanto o sinal da aliança era a circuncisão), naturalmente podemos presumir que na igreja primitiva as crianças deviam receber o sinal da aliança.

A história testemunha a favor dessa suposição. A primeira menção direta ao batismo de criança aconteceu por volta da metade do segundo século. O que é digno de nota nessa referência é que ela pressupõe que o batismo de crianças era uma prática universal da igreja. Se o batismo de crianças não fosse uma prática na igreja do primeiro século, como e por que este afastamento da ortodoxia aconteceu tão rápido e de forma tão prevalecente? Não só a difusão foi rápida e universal, como também a literatura remanescente daquela época não reflete qualquer controvérsia concernente a esta questão.

Em geral, a Nova Aliança é mais inclusiva do que a Antiga Aliança. Aqueles que contestam a validade do batismo de crianças estão tornando a Nova Aliança menos inclusiva com relação às crianças, a despeito da ausência de qualquer proibição bíblica contra o batismo de crianças.

Sumário

1. O Novo Testamento não ordena nem proíbe explicitamente o batismo de crianças.

2. Os defensores do batismo de filhos de crentes apontam para a continuidade entre a circuncisão e o batismo como sinais da fé.

3. A maioria dos batismos registrados no Novo Testamento era de adultos convertidos, da primeira geração de cristãos, os quais, é claro, não poderiam ter sido batizados quando crianças.

4. O registro dos batismos no Novo Testamento inclui batismo de "famílias", as quais provavelmente incluíam as crianças.

5. A história da igreja testifica quanto à prática universal, sem controvérsias, do batismo de filhos de crentes no segundo século.

Autor: R. C. Sproul
Fonte: 3º Caderno Verdades Essenciais da Fé Cristã – R.C.Sproul. Editora Cultura Cristã.

Batismo Infantil e Graça Soberana

E embora nossas crianças pequenas não entendam essas coisas, não podemos excluí-las do batismo, pois como elas são participantes da condenação em Adão sem o conhecimento delas, assim também elas recebem a graça em Cristo.

Essa passagem, extraída do documento Forma para a Administração do Batismo [Form for the Administration of Baptism], usado nas igrejas Reformados, resume muito bem o que desejamos mostrar aqui, isto é, que o batismo infantil é uma parte e uma parcela da doutrina da graça soberana, e que uma negação do batismo infantil é essencialmente uma negação da graça soberana, irresistível e eficaz.

O argumento da Forma para a Administração do Batismo está baseado na verdade de que os infantes podem e são salvos por Deus (Salmos 139:13; Jeremias 1:5; Lucas 1:15; Marcos 10:13-16). Se podem ser salvos, eles também podem receber o batismo como o sinal da salvação. Dizer que eles não podem ter o sinal, quando podem ter a salvação ao qual o sinal aponta é, no mínimo, inconsistente.

Um batista argumentará, contudo, que uma pessoa deve dar evidência de ter a salvação antes de ela poder receber o sinal. Ele insistirá, portanto, que a fé deve preceder o batismo com água. Assim, ele diz, a água do batismo deve ser administrada somente aos crentes. O fundamento do ensinamento batista é, portanto, a idéia de que a fé deve preceder o batismo com água.

Esse ensino é baseado numa interpretação incorreta de Marcos 16:15,16. Esses versículos, contudo, não dizem que a fé deve preceder o batismo. Nem alguma outra passagem da Escritura o diz. O argumento de que essa é a ordem da passagem não é um argumento de forma alguma. É verdade que a fé é mencionada antes do batismo em Marcos 16:15,16. Essa ordem é importante. Mas isso não prova que a ordem é uma ordem temporal, isto é, a fé primeiro, então o batismo. A passagem não diz: 'Aquele que crer e então for batizado será salvo'. Os batistas assumem que a passagem diz 'então' quando ela não o diz. A ordem em Marcos 16:15,16 é simplesmente uma de prioridade, isto é, que a fé é mais importante que o batismo, algo que todos crêem.

Seguindo a linha de raciocínio batista, alguém poderá da mesma forma provar facilmente, a partir de 2 Pedro 1:10, que o chamado vem antes da eleição, pois ele é mencionado primeiro. De fato, seguindo a linha de raciocínio batista, a ordem em Marcos 16:15,16 seria primeiro fé, então batismo com água, então salvação; uma ordem que nenhum batista poderia aceitar. Portanto, Marcos 16:15,16 prova que a fé, o batismo e a salvação estão todos mui relacionados uns com os outros.

O ponto principal da Forma para a Administração do Batismo, contudo, é que os infantes são salvos "sem o conhecimento deles". Assim, a Forma conecta o batismo infantil com a graça soberana.

Que os infantes são salvos sem o conhecimento deles é auto-evidente. Mas isso significa que não há outra forma de um infante ser salvo, a não ser pela graça soberana. Ele não pode responder ao evangelho, exercer a fé salvadora, fazer qualquer decisão, ou quaisquer obras, e deve, portanto, ser salvo unicamente pela graça soberana de Deus. A salvação infantil, portanto, é uma poderosa demonstração da salvação pela graça somente.

E mais, a salvação dos infantes demonstra o que é verdade para todo aquele a quem Deus salva. Nós devemos nos tornar como crianças pequenas para entrarmos no reino dos céus, isto é, devemos ser salvos da mesma forma que uma criança pequena é salva, sem ter feito nada para ser salvo.

Muitos batistas crêem nisso. Sustentando as doutrinas da graça e crendo na soberania de Deus na salvação, eles insistem, como nós, que Deus sempre é o primeiro na obra da salvação. A fé, portanto, não é algo que precede a salvação, mas ela mesma é parte do dom da salvação (Efésios 2:8-10). Ela não é algo que produzimos para sermos salvos, mas algo que Deus nos dá ao nos salvar.

Todavia, os mesmos batistas que insistem que a fé não pode preceder a salvação, dizem que ela deve preceder o sinal da salvação. Quão inconsistente! O sinal não deveria corresponder à realidade? Se não é necessário ter fé antes de Deus começar a nos salvar, então o sinal deve ser assim também. O batismo infantil faz isso!

A verdade é, certamente, que ninguém é salvo porque ele primeiro creu no Evangelho. Ele é salvo através do crer, mas não após o crer. Isso faria a fé ser uma obra e seria uma negação da salvação pela graça somente. Quando cremos em Cristo é porque Deus já começou sua obra de salvação em nós. Todavia, até mesmo aqueles batistas que crêem na salvação pela graça dizem que o recebimento do sinal da salvação por uma pessoa depende de sua fé! Ele pode receber a salvação "sem o seu conhecimento", isto é, antes de ser capaz de responder e enquanto ainda está morto no pecado, mas ele não pode receber o sinal dessa salvação da mesma forma [ou seja, sem conhecimento].

Não negamos, certamente, que algumas vezes o batismo com água venha após a fé. No caso de conversões de adultos é geralmente assim (mas mesmo então isso marca o fato de que eles entraram no reino como crianças pequenas). Estamos apenas dizendo que isso não é necessariamente assim. A própria idéia de que a pessoa deve crer antes de receber o sinal da salvação e antes de entrar na salvação é implicitamente arminiana — uma negação da salvação pela graça. Isso deveria ser claro para qualquer um que entenda as doutrinas da graça.

Isso é ainda mais claro quando entendemos que a água do batismo é somente o sinal do batismo. O batismo real é o lavar dos pecados pelo sangue de Jesus Cristo (Romanos 6:3, Colossenses 2:12, Tito 3:5). O batismo real não é algo que depende do nosso crer, e nem da nossa resposta, mas ele é "sem o nosso conhecimento". De fato, ele já foi realizado principalmente na cruz, muito antes de nascermos (Romanos 5:8). Quão apropriado é que o sinal deva se igualar com a realidade nesse ponto.

Não somente isso, mas recebemos realmente o batismo verdadeiro, o lavar dos nossos pecados, tão logo nascemos de novo na família de Deus. Ao mesmo tempo somos ainda 'infantes' no entendimento e obediência (Hebreus 5:12-14). É tão estranho, então, que devamos receber o sinal do batismo no mesmo tempo do nosso primeiro nascimento e quando ainda somos infantes?

O batismo como o sinal da salvação deve refletir o caráter dessa salvação, especialmente seu caráter livre e gracioso. Ele faz isso de uma forma muito maravilhosa e bela quando os infantes são batizados. De fato, é nossa convicção que somente o ensino do batismo infantil se encaixa com as doutrinas da graça e com a verdade de que a salvação é pela graça somente sem as obras. Que belo retrato da salvação pela graça soberana quando um pequeno infante, nem mesmo ciente do que lhe está

acontecendo, recebe o sinal da graça e da salvação de Deus através do sangue de Jesus! Assim como o infante recebe a salvação "sem o seu conhecimento", assim ele também recebe o batismo como o sinal dessa salvação "sem o seu conhecimento".

Tudo isso é a razão pela qual Marcos 10:13-16 é algumas vezes usado como uma prova para o batismo infantil, embora a passagem não mencione o batismo de forma alguma. As crianças que foram trazidas para Jesus eram infantes (a palavra grega mostra isso, assim como o fato de que elas foram 'trazidas'). E, sem nem mesmo a possibilidade de qualquer tipo de resposta de fé da parte deles, Jesus lhes concede a salvação; pois o que mais isso poderia significar, ser trazido até ele, ser recebido por ele, ser abençoado por ele, senão ser salvo por ele? O argumento, portanto, é que, visto que esses infantes receberam salvação dele, o sinal da mesma salvação não deve lhes ser negado. Como ele poderia ser negado?

A Confissão de Fé Belga usa esse mesmo argumento (Artigo 34): "Cristo, de fato, derramou seu sangue para lavar, igualmente, as crianças dos fiéis e os adultos. Por isso, elas devem receber o sinal e o sacramento da obra que Cristo fez por elas".

Quando um infante é batizado, portanto, isso deve ser sobre algum outro fundamento que não a sua reposta de fé às promessas do Evangelho. Ele é incapaz de tal reposta. Ele deve, de fato, ser batizado simplesmente sobre o fundamento da promessa de Deus de ser o Deus do seu povo e dos filhos deles (Gênesis 17:7, Atos 2:39). Por causa dessa promessa de Deus, podemos esperar uma resposta de fé nele mais tarde na vida da criança, mas nem a salvação, nem o sinal dessa salvação, dependem da resposta dela.

Essa promessa não significa que todo infante batizado será salvo. Nem é a esperança vã da salvação de todos os seus filhos que faz os pais crentes batizarem os seus filhos. O fundamento para o batismo infantil é a PROMESSA de Deus, feita aos crentes, de que ele será o Deus deles e o Deus dos filhos deles (Gênesis 17:7, Atos 2:39). Pais crentes, portanto, esperam que Deus reúna seus eleitos dentre os seus filhos e batizam os seus filhos na esperança certa de que o Deus que prometeu também cumprirá.

Mas por que todas as nossas crianças devem ser batizadas, quando sabemos que nem todas serão salvas? Pela mesma razão de pregarmos o evangelho para todas elas. Pais crentes batizam todos os seus filhos, pois eles entendem que o batismo é um tipo de evangelho visível, que terá o mesmo fruto duplo entre os seus filhos que a pregação do evangelho tem, de acordo com o propósito do próprio Deus na predestinação. O batismo, como o evangelho, eles crêem, será usado por Deus para a salvação daqueles dos seus filhos que são eleitos, e para a condenação do restante.

Assim, o batismo infantil nos ensina que a salvação não depende de nós, mas da graça soberana de Deus, que concede salvação aos pecadores da mesma forma que eles receberam a condenação em Adão, isto é, sem o conhecimento deles.

Autor: Rev. Ronald Hanko
Fonte: http://www.monergismo.com/textos/batismo/batismo_infantil_soberania_hanko.htm
Traduzido por: Felipe Sabino de Araújo Neto

04. A Excomunhão

Mt 7.1-5; 1 Co 5.1; 1 Co 11.27-32; 1 Tm 1.18-20; 1 Tm 5.19,20; 1 Pe 4.8

Ser excluído da igreja de Cristo é um fato lamentável. Contudo só existe um pecado tão grave que autoriza a deposição do corpo de Cristo. É o pecado da impenitência*. Há uma multidão de pecados suficientemente graves para requererem disciplina eclesiástica. Entretanto, visto que a disciplina eclesiástica é um processo de vários passos, sendo a excomunhão o último, o único pecado que pode levar-nos a esse ponto é recusa em arrepender-se do pecado que iniciou todo o processo.

A excomunhão é a mais extrema medida disciplinar da igreja. Impõe a exclusão do pecador impenitente da comunhão com fiéis. A doutrina derivasse do ensino de Jesus sobre ligar e desligar (Mt 16.19; 18.15.15-20; Jo 20.23). A responsabilidade pela disciplina foi dada à igreja. A passagem de Mateus 18, contudo relaciona três passos que devem ser dados antes da excomunhão. Primeiro, o pecador deve ser corrigido em particular. Se tal procedimento falhar, ele deve ser corrigido na presença de testemunhas. Isso assegura que o acusador, no primeiro estágio, não esteja equivocado

nem pronuncie acusações caluniosas. Terceiro, o pecador deve ser levado diante de toda a comunidade dos crentes. Se isso também fracassar, a igreja deve interromper a comunhão com o ofensor.

Devemos notar que a excomunhão jamais deve ser aplicada com sentimento de retaliação. Todo o processo, inclusive a excomunhão, é uma forma de disciplina destinada a levar o impenitente de volta ao aprisco. No caso de excomunhão, a parte culpada é entregue ao diabo. A intenção não é punir, mas despertar o culpado para o seu pecado. João Calvino defenda que a disciplina eclesiástica é a "melhor ajuda" para a sã doutrina, para a ordem e para a unidade.

A Confissão de Westminster enumera cinco propósitos para a excomunhão;

As censuras eclesiásticas são necessárias para chamar e ganhar (para Cristo) os irmãos transgressores, a fim de impedir que outros pratiquem ofensas semelhantes, para lançar fora o velho fermento que poderia corromper a massa inteira, para vindicar a honra de Cristo e a santa profissão do Evangelho, e para evitar a ira de Deus, a qual, com justiça, poderia cair sobre a Igreja, se ela permitisse que o pacto divino e seus elos fossem profanados por ofensores notórios e obstinados. Art 30.3

É provável que esta lista possa ser cuidadosamente reduzida a duas razões primárias: preocupação com alma do pecador e preocupação com a saúde da igreja.

A disciplina eclesiástica é ordenada por Cristo, e esta é uma questão que exige grande prudência. A igreja pode incorrer em dois tipos de erro: pode tornar-se complacente demais e deixar de disciplinar os que escandalizam a fé, ou pode tornar-se severa demais e deixar de lado a misericórdia ordenada por Deus.

A disciplina eclesiástica não deve tratar de assuntos triviais ou sem importância. As trivialidades podem ser uma fonte de ruína no seio do povo de Deus. Somos chamados para nutrir um espírito de paciência e de longanimidade uns para com os outros, assim como Deus é paciente conosco. A Bíblia nos chama para o exercício daquele amor que "cobre um multidão de pecados".

*Falta ou não ter arrependimento.

Sumário
1. A excomunhão é o último recurso na disciplina eclesiástica.
2. O único pecado que finalmente resulta em excomunhão é a impenitência.
3. Cristo instituiu o processo de disciplina eclesiástica.
4. O objetivo da excomunhão é a restauração do ofensor e a proteção da igreja.
5. A disciplina eclesiástica não deve ser complacente demais nem severa demais.
6. Os cristãos devem exercer o amor que é paciente e longânimo.

Autor: R. C. Sproul
Fonte: 3º Caderno Verdades Essenciais da Fé Cristã – R.C.Sproul. Editora Cultura Cristã.

Quinta Parte

[Creio] na remissão dos pecados; na ressurreição do corpo; na vida eterna. Amém.

A. [Creio] na remissão dos pecados,

Antes de entramos no estudo sobre a remissão dos pecados precisamos aprender quando foi que ele começou e o que é de fato pecado.

01 .A Queda
O primeiro Casal humano Pecou

"*Vendo a mulher que a árvore era boa para se comer, agradável aos olhos, e árvore desejável para dar entendimento, tomou-lhe do fruto e comeu, e deu também ao marido, e ele comeu.*" (Gn 3.6)

Paulo, em Romanos, afirma que todo o gênero humano está naturalmente sob a culpa e o poder do pecado, do reino da morte, e sob a inevitável ira de Deus (Rm 3.9, 19; 5. 17,21; 1.18,19; cf. todo trecho, 1.18-3.20). Ele retrocede até ao pecado de um homem, a quem, falando em Atenas, descreve como

nosso ancestral comum (Rm 5.12-14; At 17.26; cf. 1 Co 15.22). Esta é a autorizada interpretação apostólica da história registrada em Gênesis 3, onde encontramos a narrativa da queda, a desobediência do homem original a Deus e à religiosidade resultando no pecado e na perdição. Os pontos principais nessa história, vistos através da lente da interpretação paulina, são os seguintes:

(a) Deus fez do primeiro homem representante de toda a posteridade, do mesmo modo que ia fazer de Jesus Cristo o representante de todos os eleitos de Deus (Rm 5.15-19 com 8.29,30; 9.22-26). Em cada caso o representante devia envolver todos os que ele representava nos frutos da sua ação pessoal, fosse para o bem ou para o mal, exatamente como um líder nacional envolve seu povo nas conseqüências de sua ação quando, por exemplo, declara guerra. O plano divinamente escolhido, por meio do qual Adão determinaria o destino de seus descendentes, foi chamado pacto de obras, embora esta não seja uma expressão bíblica.

(b) Deus colocou o primeiro homem em um estado de felicidade e prometeu continuar isso para ele e sua posteridade, se ele mostrasse fidelidade por meio de um comportamento de obediência positiva perfeita, e especificamente por não comer de uma árvore descrita como a árvore do conhecimento do bem e do mal. Parecia que a árvore trazia este nome porque a questão era saber se Adão deixaria que Deus lhe dissesse o que era bom e o que era mau, ou procuraria decidir isso por si mesmo, desconsiderando o que Deus havia dito. Comendo daquela árvore, Adão estaria, de fato, reivindicando que poderia conhecer e decidir o que era bem ou mal para ele, sem qualquer referência a Deus.

(c) Adão, guiado por Eva, que, por sua vez, foi guiada pela serpente (Satanás disfarçado: 2 Co 11.3 com v.14; Ap 12.9), desafiou Deus comendo o fruto proibido. Os resultados foram, primeiro, que o anti-Deus, auto-enaltecido e obstinado, expresso no pecado de Adão tornou-se parte dele e da natureza moral que ele transmitiu a seus descendentes (Gn 6.5; Rm 3.9.20). Segundo, Adão e Eva viram-se dominados por um senso de poluição e culpa que os fez envergonhados e atemorizados perante Deus _ com boa razão. Terceiro, foram amaldiçoados com expectativa de sofrimento e morte, e expulsos do Éden. Ao mesmo tempo, contudo, Deus começou a mostrar-lhes a misericórdia salvadora; Ele fez para eles vestes de pele para cobrir sua nudez, e prometeu-lhes que a semente da mulher esmagaria um dia a cabeça da serpente. Isto prenunciava Cristo.

Embora narrando a história em um estilo um tanto figurado, o Gênesis nos pede que a leiamos como história; no Gênesis, Adão liga-se aos patriarcas e com eles ao resto da raça humana pela genealogia (cap. 5,10,11), o que faz dele parte significativa da história no tempo e no espaço, tanto quanto Abraão, Isaque e Jacó. Todos os principais personagens do livro, exceto José, são apresentados como pecadores, de uma forma ou de outra, e a morte de José, como a de quase todos os demais na história, é cuidadosamente registrada (Gn 50.22-26); a afirmação de Paulo "em Adão todos morrem" (1 Co 15.22) apenas torna explícito o que Gênesis já claramente implica.

Pode-se argumentar razoavelmente que a narrativa da queda proporciona a única explanação convincente da perversidade da natureza humana que o mundo jamais viu. Pascal disse que a doutrina do pecado original parece uma ofensa à razão, mas, uma vez aceita, ela faz sentido total com toda a condição humana. Ele estava certo, e a mesma coisa pode e deve ser dita da própria narrativa da queda.

Autor: J. I. Packer
Fonte: Teologia Concisa, Ed. Cultura Crista. Compre este livro em http://www.cep.org.br

02.Incapacidade

Os seres humanos decaídos são tanto livres como escravizados

"*Enganoso é o coração, mais do que todas as coisas,*
e desesperadamente corrupto; quem o conhecerá?"Jeremias 17.9

Uma idéia clara a respeito da condição degradada do homem requer uma distinção entre o que nos dois últimos séculos tem sido chamado livre agência e o que desde o começo do Cristianismo tem sido chamado livre arbítrio. Agostinho, Lutero, Calvino e outros falaram do livre arbítrio em dois sentidos, o primeiro trivial, o segundo importante; mas isso é confuso, sendo melhor sempre usar livre agência para o seu primeiro sentido.

A livre agência é uma marca dos seres humanos como tais. Todos os seres humanos são agentes livres no sentido de que tomam suas próprias decisões a respeito do que fazer, escolhendo o que lhes agrada à luz de seu discernimento do que é certo e errado e das inclinações que sentem. Assim foi Adão, antes e depois de suas escolhas voluntárias. Assim foi Adão, antes e depois de pecar; assim somos nós agora, e assim são os santos glorificados que estão confirmados na graça em tal sentido que eles não mais tem em si esta inclinação para cometer pecado. A incapacidade para pecar será um dos deleites e glórias do céu, mas não extinguirá a humanidade de ninguém; os santos glorificados farão ainda escolhas de acordo com sua natureza, e essas escolhas não serão de forma alguma o produto da livre agência humana, exatamente porque elas serão sempre boas e retas.

O livre arbítrio, porém, tem sido definido por eruditos cristãos, a partir do segundo século, como a capacidade de escolher todas as opções morais que uma situação oferece, e Agostinho afirmou contra Pelágio e a maioria dos Pais gregos que o pecado original nos tirou o livre arbítrio neste sentido. Não temos capacidade natural de discernir e escolher os caminhos de Deus, porque não temos inclinação natural em direção a Deus; nossos corações são cativos do pecado, e somente a graça da regeneração pode libertar-nos desta escravidão. Isto, em substância, foi o que Paulo ensinou em Romanos 6.16-23; somente a vontade libertada (Paulo fala em homens libertados) livre e fervorosamente escolhe a retidão. Um amor permanente pela retidão - isto é, uma inclinação do coração pelo modo de vida que agrada a Deus - é um aspecto da liberdade que Cristo nos dá (Jô 8.34-36; Gl 5.1,13).

Vale a pena notar que vontade é uma abstração. Minha vontade não é parte de mim no sentido de que eu decida mover-me ou ficar parado, tal como minhas mãos ou meus pés; é precisamente a escolha de agir e, em seguida, de entrar em ação. A verdade sobre a livre agência, e sobre Cristo libertando o escravo do pecado do domínio do pecado, pode ser mais claramente expresso se a palavra vontade for eliminada e cada pessoa diga: Eu sou agente livre moralmente responsável; eu sou escravo do pecado que Cristo deve libertar; eu sou o ser degradado que tenho unicamente em mim a escolha contra Deus até que Ele renove meu coração.

Autor: J. I. Packer
Fonte: Teologia Concisa, Ed. Cultura Crista.

03. O Pecado

Romanos 2.1-11; Romanos 3.10-26; Romanos 5.12-19; Tiago 1.12-15; 1 João 1.8-10

O pecado pode ser ilustrado como um arqueiro atirando uma flecha com seu arco e errando o alvo. É claro que isso não quer dizer que não acertar a flecha "na mosca" seja considerado como uma questão moral grave. Pelo contrário, a definição bíblica mais simples para pecado é "errar o alvo ". Em termos bíblicos, o alvo que não foi atingido são as "normas da lei de Deus, a qual expressa sua justiça e representa o padrão supremo para o nosso comportamento. Quando falhamos cm alcançar esse padrão, pecamos.

A Bíblia fala da universalidade do pecado em termos de errar o alvo da glória de Deus. "Pois todos pecamos e carecem da glória de Deus" (Rm 3.23). Quando dizemos que "ninguém é perfeito" ou que "errar é humano" estamos reconhecendo a universalidade do pecado. Todos nós somos pecadores necessitando de redenção.

O pecado tem sido definido como qualquer falta de conformidade com a lei de Deus, ou a transgressão de qualquer lei por ele dada como regra à criatura racional. Nesta definição existem três dimensões cruciais. Primeiro, o pecado é falta ou ausência de conformidade. Quer dizer, é não estar em conformidade com a lei de Deus. Pecado de omissão é deixar de fazer o que Deus ordena. Se Deus nos manda amar nosso próximo e não fazemos, isso é pecado.

Segundo, o pecado é definido como transgressão da lei. Transgredir a lei é ultrapassar seus limites, é ir além de seus limites. Por isso, às vezes definimos o pecado como "transgredir". Andamos onde não nos é permitido andar. Aqui lidamos de pecados de comissão com os quais cometemos ações proibidas por Deus. Quando a lei de Deus é pronunciada em termos negativos, "Não farás..." e nós fazemos o que nos é proibido, cometemos pecado.

Terceiro, pecado é uma ação praticada por criaturas racionais. Como criaturas feitas à imagem de Deus, somos agentes morais livres. Visto que temos mente e vontade, somos capazes de realizar ações morais. Quando fazemos o que sabemos ser errado, decidimos desobedecer à lei de Deus e pecamos.

O protestantismo rejeita a distinção clássica feita pela teologia católica romana entre pecado venial e pecado mortal. A teologia católica tradicional define pecado mortal como um pecado que "mata" a graça na alma e requer a renovação da justificação através do sacramento da penitência. O pecado venial é aquele de menor gravidade,que não destrói a graça salvadora.

João Calvino declarou que todo pecado contra Deus é pecado mortal, no sentido em que merece a morte, mas nenhum pecado é mortal no sentido em que destrói nossa justificação pela fé. O protestantismo afirma que todo pecado é grave. Até mesmo o menor pecado representa um ato de rebelião contra Deus. Todo pecado é um ato de traição cósmica, uma tentativa fútil de destituir Deus da sua autoridade soberana.

A Bíblia, porém, ainda considera alguns pecados como mais danosos do que outros. Existem diferentes graves de perversidade assim como haverá diferentes graus de punição, administrados na justiça de Deus. Jesus repreendeu os fariseus por omitirem as questões mais importantes da lei e advertiu as cidades de Betsaida e de Corazim porque seu pecado era pior que o de Sodoma e Gomorra (Mt 11.20-24).

A Bíblia também nos adverte sobre a culpa decorrente de múltiplos pecados. Embora Tiago ensine que pecar contra uma parte da lei é pecar contra toda lei(Tg 2.10), ainda assim nossa culpa cresce com cada transgressão particular. Paulo nos admoesta contra acumular ou entesourar ira contra si mesmo no dia da ira (Rm 2.1-11). Com cada pecado que cometemos, aumentamos nossa culpa e exposição à ira de Deus. Entretanto, a graça de Deus é maior que toda a nossa culpa acumulada.

A Bíblia leva o pecado a sério, porque ela leva Deus a sério e leva também o ser humano a sério.Quando pecamos contra Deus, fazemos violência à sua santidade. Quando pecamos contra o nosso próximo, violentamos a humanidade dele ou dela.

Autor: R. C. Sproul
Fonte: 2º Caderno Verdades Essenciais da Fé Cristã – R.C.Sproul. Editora Cultura Cristã.

04. A Salvação

Ez 36.26,27; Sf 1; Jo 3.16,17; Rm 1.16-17; 1 Co 1.26-31; 1 Ts 1.6-10

Certa vez me defrontei com um jovem, na Filadélfia, que me perguntou: "Você está salvo?" Minha resposta foi: "Salvo do quê?" Mina pergunta pegou-o de surpresa. Obviamente não tinha pensado muito profundamente sobre o significado da pergunta que estava fazendo às pessoas. Certamente eu não estava salvo das pessoas que me paravam na rua e me importunavam com a pergunta: "Você está salvo?"

A questão sobre estar salvo é a suprema questão da Bíblia. O tema principal das Sagradas Escrituras é a salvação. Jesus, quando foi concebido no ventre de Maria, foi anunciado como o Salvador. Salvador e salvação caminham junto. O papel do Salvador é salvar.

Perguntamos novamente, salvos de quê? O significado bíblico de salvação é amplo e variado. Em sua forma mais simples, o verbo salvar significa "ser resgatado de uma situação perigosa ou ameaçadora". Quando Israel escapava das derrotas nas mãos de seus inimigos em batalhas, dizia-se que fora salvo. Quando as pessoas se recuperam de uma enfermidade grave, experimentam salvação. Quando a colheita é poupada das pragas e das secas, o resultados se chama salvação.

Usamos a palavra salvação de maneira semelhante. Dizendo que um boxeador foi "salvo pelo gongo" se o assalto termina antes que o juiz possa fazer a contagem que determina o nocaute. Salvação significa ser resgatado de alguma calamidade. Entretanto, a Bíblia também usa o termo salvação num sentido específico para referir-se à nossa redenção suprema do pecado e à nossa reconciliação com Deus. Neste sentido, somos salvos da pior de todas as calamidades - o juízo de Deus. A salvação suprema é concretizada por Cristo, o qual "nos livra da ira vindoura" (1 Ts 1.10).

A Bíblia anuncia claramente que haverá um dia de julgamento quando todos os seres humanos prestarão contas diante do tribunal de Deus. Para muitos, este "dia do Senhor" será um dia de trevas, sem luz alguma. Será o dia quando Deus derramará sua irá sobre o ímpio e impenitente. Será o

holocausto supremo, a hora mais triste, a pior calamidade da história da humanidade. Salvação suprema significa ser poupado da ira divina que certamente virá sobre o mundo. Esta é a operação que Cristo realiza por seu povo como seu Salvador.

A Bíblia usa o termo salvação não só em muitos sentidos, mas também em muitos tempos verbais. O verbo salvar aparece em praticamente todos os tempos verbais possíveis da língua grega. Existe um sentido no qual nós fomos salvos (desde a fundação do mundo); estávamos sendo salvo (pela obra de Deus na História); somos salvos (por estarmos num estado justificado); estamos sendo salvos (sendo santificados ou sendo feitos santos); e seremos salvos (experiência da consumação da nossa redenção no céu). A Bíblia fala da salvação em termos de passado, presente e futuro.

Às vezes relacionamos a salvação presente em termos de justificação, a qual é presente. Ouras vezes vemos a justificação como um passo específico na ordem total ou plano da salvação.

Finalmente, é importante notar outro aspecto central no conceito bíblico de salvação. A salvação procede do Senhor. Salvação não é um empreendimento humano. Os seres humanos não podem salvar a si próprios.A salvação é uma obra divina; é concretizada e aplicada por Deus. A salvação pertence ao Senhor e provém do Senhor. É o Senhor quem nos salva da ira do Senhor.

SUMÁRIO
1. O sentido geral de salvação é "ser regatado de uma situação ameaçadora".

2. A salvação suprema significa ser poupado da calamidade suprema da ira de Deus.

3. A Bíblia fala da salvação em vários tempos verbais, referindo-se à obra de redenção feita por Deus, no presente, no passado e no futuro.

4. A justificação ás vezes é usada como sinônimo de salvação; em outras ocasiões é vista como aspecto no esquema geral da salvação.

5. A salvação pertence ao Senhor e provém do Senhor.

Autor: R. C. Sproul
Fonte: 2º Caderno Verdades Essenciais da Fé Cristã – R.C.Sproul. Editora Cultura Cristã.

05. A Expiação

Romanos 8:30: “A quem Deus propôs, no seu sangue, como propiciação, mediante a fé, para manifestar a sua justiça, por ter Deus, na sua tolerância, deixado impunes os pecados anteriormente cometidos”.

A expiação é uma reconciliação de partes alienadas entre si, a restauração de um relacionamento rompido. A expiação é realizada por ressarcir os danos, apagando-se os delitos e oferecendo satisfação pelas injustiças cometidas.

Segundo as Escrituras, toda pessoa peca e precisa fazer expiação de suas culpas, porém faltam o poder e os recursos para isso. Temos ofendido o nosso Criador, cuja natureza é odiar o pecado (jr 44.4; Hc 1.13) e punir o mesmo (Sl 5.4-6; Rm 1.18; 2.5-9). Os que têm pecado não podem ser aceitos por Deus e não podem ter comunhão com ele, a menos que seja feita expiação. Uma vez que há pecado mesmo nas melhores ações das criaturas pecadoras, qualquer coisa que façamos na esperança de ressarcir os danos só pode aumentar a nossa culpa ou piorar a nossa situação, porque “o sacrifício dos perversos é abominável ao SENHOR” (Pv 15.8). Não há modo de a pessoa poder estabelecer a própria justiça diante de Deus (Jó 15.14-16; Is 64.6; Rm 10.2-3); isso simplesmente não pode ser feito.

Porém, contra esse fundo de desesperança humana, as Escrituras revelam a graça e a misericórdia de Deus, que, pessoalmente, providencia a expiação que o pecado torna necessária. A maravilhosa graça de Deus é o enfoque da fé bíblica; do Gênesis ao Apocalipse, a graça brilha com glória maravilhosa.

Quando Deus tirou Israel do Egito, ele estabeleceu, como parte do relacionamento da aliança, um sistema de sacrifícios, que tinha seu âmago no derramamento de sangue de animais “para fazer expiação por vossa alma” (Lv 17.11). Esses sacrifícios eram “típicos”, isto é, como “tipos”,

prenunciavam alguma coisa melhor. Pecados eram perdoados quando os sacrifícios eram fielmente oferecidos, mas não era o sangue dos animais que apagava os pecados (Hb 10.4); era o sangue do "antítipo", Jesus Cristo, cuja morte na cruz expiou os pecados já cometidos, bem como os pecados que seriam cometidos posteriormente (Rm 3.25-26; 4.3-8; Hb 9.11-15).

De acordo com o Novo Testamento, o sangue de Cristo foi derramado como sacrifício (Rm 3.25; 5.9; Ef 1.7; Ap 1.15). Cristo redimiu o seu povo por meio de um resgate; sua morte foi o preço que nos livrou da culpa e da escravidão ao pecado (Rm 3.24; Gl 4.4-5; Cl 1.14). Na morte de Cristo, Deus nos reconciliou consigo mesmo, vencendo a sua própria hostilidade causada por nossos pecados (Rm 5.10; 2Co 5.18-19; C 1.20-22). A cruz aplacou Deus. Isso significa que ela aplacou a ira de Deus contra nós, expiando nossos pecados e, desse modo, removendo-os de diante de seus olhos (Rm 3.25; Hb 2.17j; 1Jo 2.2; 4.10). A cruz produziu esse resultado porque, em seu sofrimento, Cristo assumiu nossa identidade e suportou o juízo retributivo que pesava contra nós, isto é, "a maldição da lei" (Gl 3.13). Ele sofreu como nosso substituto, com o registro condenatório de nossas transgressões pregado por Deus na sua cruz, como a lista de crimes pelos quais ele morreu (Cl 2.14; conforme Mt 27.37; Is 53.4-6; Lc 22.37).

Fonte: Bíblia de Estudo de Genebra, Nota Teológica, página 1322.

06. A Justificação pela Fé

Rm 3.21-28; 5.12-19; 2 Co 5.16-21; Gl 2.11-21; Ef 2.1-10; Fp 3.7-11

Martinho Lutero declarou que a justificação pela fé somente é o artigo sobre o qual a igreja permanece ou cai. Essa doutrina fundamental da Reforma Protestante tem sido vista como o campo de batalha de nada menos do que o próprio evangelho.
A justificação pode ser definida como o ato pelo qual pecadores injustos são feitos justos aos olhos de um Deus santo e justo. A necessidade suprema das pessoas injusta é a justiça. Esta falta de justiça foi suprimida por Cristo em favor do pecador que crê. Justificação pela fé somente significa justificação pela justiça ou pelo mérito exclusivo de Cristo, e não pela nossa bondade ou pela nossas boas obras.

A questão da justificação se focaliza na questão do mérito e da graça. Justificação pela fé significa que as obras que fazemos não são suficientemente boas para merecer em justificação. Conforme Paulo declara: "ninguém será justificado diante dele por obras da lei" (Rm 3.20). A justificação e forense. Isto é, somos declarados, contados ou considerados como justo quando deus computa a justiça de Cristo em nossa conta. A condição necessária para isso é a fé.

A teologia protestante afirma que a fé é a causa instrumental da justificação no sentido em que a fé é o meio pelo qual os mérito de Cristo são apropriados por nós. A teologia católica romana ensina que o batismo é a causa instrumental primária da justificação, e que o sacramento da penitência é a causa secundária e restauradora. (A teologia católica vê a penitência como o segundo suporte da justificação para aqueles que sofreram naufrágio de suas almas - aqueles que penderam a graça da justificação por terem cometido um pecado mortal.) O sacramento de penitencial requer obras de satisfação, por meio da quais o ser humano conquista um mérito congruente para a justificação. A visão católica afirma que a justificação é pela fé, mas nega que seja somente pela fé, adicionando as boas obras como uma condição necessária.
A fé que justifica é uma fé viva, não uma profissão de fé vazia. A fé é uma confiança pessoal que busca a salvação somente em Cristo. A fé salvadora é também uma fé penitente, que abraça Cristo como Salvador e Senhor.

A Bíblia diz que não somos justificados por nossa próprias boas obras, mas pelo que nos é acrescentado pela fé, ou seja, a justiça de Cristo. Em síntese, algo novo é acrescentado a algo básico. Nossa justificação é operada por imputação. Deus transfere a nós, pela fé, a justiça de Cristo. Isso não é uma "ficção jurídica", porque Deus nos atribui o mérito real de Cristo, a quem agora pertencemos. É uma imputação real.

SUMÁRIO
1. A justificação é um ato de Deus, por meio do qual declara pecadores injustos como justos depois de imputar-lhes a justiça de Cristo.

2. Ninguém pode alcançar a justificação por meio de boas obras.

3. Fé é uma condição necessária para recebermos a imputação dos méritos de Cristo.

4. Justificação exige uma fé viva e real, e não uma mera profissão de fé.

Autor: R.C. Sproul
Fonte: 2º Caderno Verdades Essenciais da Fé Cristã – R.C.Sproul. Editora Cultura Cristã.

07. A Santificação

O Cristão cresce em graça

"Não sabeis que os injustos não hão de herdar o reino de Deus? E é o que alguns têm sido; mas haveis sido lavados, mas haveis sido santificados, mas haveis sido justificados em nome do Senhor Jesus, e pelo Espírito do nosso Deus." 1 Co 6.9,11

Santificação, diz o Breve Catecismo de Westminister (P. 35), é " a obra da livre graça de Deus, pela qual somos renovados em todo o nosso ser, segundo a imagem de Deus, e habilitados a morrer cada vez mais para o pecado e a viver para a retidão". O conceito não é de ser o pecado totalmente erradicado (o que seria exigir de demasiado) ou meramente contrabalançado (o que seria muito pouco), mas de uma mudança do caráter divinamente forjado, libertando-nos de hábitos pecaminosos e formando em nós afeições, disposições e virtudes cristãs.

A santificação é uma transformação progressiva dentro de uma consagração que se mantém, e que produz uma justiça real emoldurada pela santidade relacional. A santificação relacional, o estado de estar permanentemente separado para Deus, emana da cruz, onde Deus por meio de Cristo nos comprou e reivindicou para si mesmo (At 20.28; 26.18; Hb 10.10). A renovação moral, pela qual estamos mudando de modo crescente em relação àquilo que fomos, decorre da agência do Espírito Santo em nosso coração (Rm 8.13; 12.1,2; 1 Co 6.11,19,20; 2 Co 3.18; Ef 4.22-24; 1 Ts 2.13; Hb 13.20,21). Deus chama seus filhos para a santidade e dá-lhes graciosamente o que Ele ordena (1 Ts 4.4; 5.23).

Regeneração é nascimento; santificação é crescimento. Na regeneração, Deus implanta desejos onde antes não havia: desejo de Deus, de santidade, e de santificação e glorificação do nome de Deus neste mundo; desejo de orar, adorar, amar, servir, honrar e agradar a Deus, desejo de demonstras amor e prestar benefícios aos outros. Na santificação, o Espírito Santo "efetua em vós tanto o querer como o realizar", de acordo com o propósito de Deus; o que Ele faz é inspirar a "desenvolver a vossa salvação" (isto é, expressá-la em ações) pela realização desses novos desejos (Fp 2.12,13). Os cristãos se tornam cada vez mais identificados com Cristo à medida que o perfil moral de Jesus (o "fruto do Espírito") se forma progressivamente neles (2 Co 3.18; Gl 4.19; 5.22-25). O uso que Paulo faz da palavra glória em 2 Coríntios 3.18 mostra que para ele santificação do caráter é glorificação iniciada. Depois, a transformação física que nos dá um corpo como o de Cristo, o qual se identificará com nosso caráter totalmente transformado e será um meio perfeito de expressá-lo, será completada a glorificação (Fp 3.20,21; 1 Co 15.49-53).

A regeneração foi um ato monergista momentâneo para despertar os espiritualmente mortos. Como tal, foi uma obra exclusiva de Deus. A santificação, contudo, é em certo sentido sinérgica - é um processo cooperativo em progressão, no qual as pessoas regeneradas, vivas para Deus e libertas do domínio do pecado (Rm 6.11,14-18), são solicitadas a manifestar sólida obediência. O método de Deus para a santificação não é nem ativismo (atividade autoconfiante) nem apatia (passividade confiante em Deus). mas sim esforço dependente de Deus (2 Co 7.1; Fp 3.10-14; Hb 12.14). Sabendo que se não nos tornar aptos, nada poderemos fazer, moralmente falando, como deveríamos, e que Ele está pronto a nos fortalecer em tudo o que temos por fazer (Fp 4.13), permanecemos em Cristo, suplicando constantemente sua ajuda, e a receberemos (Cl 1.11; 1 tm 1.12; 2 Tm 1.7; 2.1).

O padrão para o qual se dirige a obra divina de santificação os santos é sua própria lei moral revelada, como foi exposta e moldada pelo próprio Cristo. O amor, humildade e paciência de Cristo sob pressão devem ser conscientemente imitados (Ef 5.2; Fp 2.5-11; 1 Pe 2.21), pois um espírito e atitude cristãos são parte do que a guarda da lei envolve.

Os crentes encontram dentro de si mesmo desejos que se opõem. O Espírito mantém seus desejos e propósitos regenerados; seus instintos adâmicos degenerados (a "carne"), que, embora destronados, não estão ainda destruídos, constantemente os desviam de executar a vontade de Deus e os fascinam ao longo dos caminhos que levam à morte (Gl 5.16,17; Tg 1.14,15). Para esclarecer a relação entre a lei e o pecado, Paulo analisa de forma pessoal e dramática a sensação de impotência para a completa guarda da lei, e a escravização ao comportamento reprovável, que a tensão Espírito-carne produz (Rm 7.14-25). Este conflito e frustração estarão com os cristãos enquanto eles estiverem no corpo. Entretanto, vigiando e orando contra a tentação, e cultivando virtude opostas, eles podem com a ajuda do Espírito "mortificar" (isto é, exaurir a vida, enfraquecer como meio de matar) maus hábitos particulares, e neste sentido morre cada vez mais para o pecado (Rm 8.13; Cl 3.5). Eles experimentarão muitos livramentos e vitória particulares em sua infindável batalha contra o pecado, além de nunca serem expostos a tentações que são impossíveis de resistir (1 Co 10.13).

Autor: J. I. Packer
Fonte: Teologia Concisa, pg. 159, Ed. Cultura Crista.

B. na ressurreição do corpo; na vida eterna. Amém.

01. A Ressurreição Final

Rm 8.11; 1 Co 2.9; 1 Co 15.1-58; Fp 3.20,21; 1 Ts 4.13-18

Uma pergunta cuja resposta todo crente gostaria de saber é como será nossa aparência no céu. Seremos capazes de reconhecer nossos entes queridos? Nossos corpos ressurretos terão as características de ancião ou de jovem?

Muitas dessas questões permanecem um mistério para nós. A Bíblia só fornece pequenas pistas dessas respostas. Sabemos que qualquer que seja nosso estado depois da ressurreição, excederá muitíssimo às nossa mais elevadas expectativas atuais. A Bíblia diz: "... As coisas que o olho não viu, e o ouvido não ouviu, E não subiram ao coração do homem, São as que Deus preparou para os que o amam." (1 Co 2.9). Paulo nos diz que nos presente "Porque agora vemos por espelho em enigma, mas então veremos face a face; agora conheço em parte, mas então conhecerei como também sou conhecido." (1 Co 13.12).

A Bíblia ensina claramente uma ressurreição final dos corpos dos santos. A ressurreição de Jesus é declarada ser as primícias daqueles que também participarão desta ressurreição.

Há uma continuidade entre o corpo terreno que morre e o corpo ressurreto que nos será dado. Nossos corpos atuais são corruptíveis e de fato sofrerão decomposição, ou em alguns casos serão despedaçados ou fragmentados na morte. Entretanto, assim como Jesus retornou da sepultura com o mesmo corpo, embora transformado, assim nossos corpos ressuscitarão, ainda que transformados. Um corpo pode mudar seu estado sem com isso mudar sua identidade.

Todo corpo ressurreto será completo tanto em quantidade quanto em qualidade. Nada estará faltando, embora muito terá sido acrescentado. Seremos reconhecíveis em nossos corpos ressurretos. Não sabemos como isso será feito pelo poder de Deus - só sabemos que será feito.

Nossos novos corpos serão especialmente adaptados à vida eterna no Reino de Deus. Nossos corpos atuais não são assim adaptados. Qualquer mudança que seja necessária será feita pelo poder de Deus. Sabemos que nossos corpos ressurretos ainda serão humanos e finitos. Não seremos deificados. Nossos novos corpos serão incorruptíveis - sem degeneração, enfermidade, dor ou morte. Haverá um acréscimo de poder aos nossos corpos atuais, quando ressuscitarem em honra, poder e glória. Nossos corpos serão como o corpo glorificado de Jesus.

O novo corpo do santo será um corpo espiritual e celestial. Será adaptado para uma ordem de vida mais elevada, talvez brilhante e radiante em seu semblante, não muito diferente de Cristo em sua transfiguração.

Sumário
1. Nosso estado futuro na ressurreição do corpo está envolto em mistério.
2.Haverá uma continuidade entre nosso corpo atual e nosso corpo ressurreto.

3. Seremos capazes de reconhecer uns aos outros no céu.
4. Nosso novo corpo será apropriado e adaptado para a vida celestial.

Autor: R. C. Sproul
Fonte: 2º Caderno Verdades Essenciais da Fé Cristã – R.C.Sproul. Editora Cultura Cristã.

02. A Glorificação

Jo 17.13-23; Rm 3.29-30; 1 Co 15.50-54; 2 Co 3.18

Lembro-me de um momento crucial antes de um jogo do campeonato de basquetebol do colégio quando eu e os outros jogadores do time nos reunimos para ouvir as últimas instruções do técnico. Tentando nos inspirar para a vitória, o técnico disse: "Garotos, este é o momento pelo qual temos trabalhado. Agora vão lá e cubram-se de glória". Nós obedecemos. Vencemos o cobiçado campeonato e nos expusemos alegremente à glória. Esse tipo de glória, porém, é muito passageiro. Uma nova busca por ele começa com o início da cada temporada ou de cada campeonato.

Há uma glória maior, permanente e muito mais satisfatória que aguarda ps santos no final de sua peregrinação espiritual. É o que a Bíblia chama de "glorificação" - é a apoteose do processo da redenção, segundo a "corrente áureas" de Paulo.

"Porque os que dantes conheceu também os predestinou para serem conformes à imagem de seu Filho, a fim de que ele seja o primogênito entre muitos irmãos. E aos que predestinou a estes também chamou; e aos que chamou a estes também justificou; e aos que justificou a estes também glorificou." Rm 8.29,30

A doutrina da glorificação refere-se àquele tempo quando, na segunda vinda de Cristo, os verdadeiros crentes, tanto os vivos quantos os mortos, terão a redenção plena e final de seus corpos e atingirão seu estado final. A salvação dos eleitos estará completa. Conforme Paulo escreveu aos Coríntios "é necessário que este corpo corruptível se revista da incorruptibilidade, e que o corpo mortal se revista da imortalidade" (1 Co 15.53). Finalmente, a morte, o último inimigo, será tragada pela vitória. O processo de santificação alcançará seu objetivo.

A glorificação, pois, é a grande esperança do crente para o futuro. Deus corrigirá todas as coisas e as manterá assim por toda a eternidade. A glorificação, porém, é um conforto também no presente. Neste mundo corrupto, onde experimentamos o pecado dentro e fora de nós, há conforto e saber que Deus já está agindo, desde agora, para purificar seus santos, preparando-os para a glória futura. O crente, em certo sentido, já está glorificado, selado para a eternidade, sendo para sempre um filho de Deus.

SUMÁRIA
1. A glorificação é o ponto final da Salvação.
2. A glorificação completará nossa santificação
3. A promessa da futura glorificação nos traz conforto e inspiração no presente.

Autor: R.C. Sproul
Fonte: 2º Caderno Verdades Essenciais da Fé Cristã – R.C.Sproul. Editora Cultura Cristã.

Para decorar:

Creio em Deus Pai, Todo-poderoso, Criador do Céu e da terra.

Creio em Jesus Cristo, seu único Filho, nosso Senhor, o qual foi concebido por obra do Espírito Santo; nasceu da virgem Maria; padeceu sob o poder de Pôncio Pilatos, foi crucificado, morto e sepultado; ressurgiu dos mortos ao terceiro dia; subiu ao Céu; está sentado à direita de Deus Pai Todo-poderoso, donde há de vir para julgar os vivos e os mortos.
Creio no Espírito Santo;
na Santa Igreja Universal; na comunhão dos santos;
na remissão dos pecados; na ressurreição do corpo; na vida eterna. Amém.

Sobre a Reforma:

Igreja na Reforma e a Reforma

Introdução

Durante muito, os primeiros cristão foram perseguidos e até mortos por causa de Cristo. A situação mudou quando o imperador romano Constantino, 313 d.C., institui uma série de benefícios ao Cristianismo, tais como: isenção de impostos, terras, pagamento dos bispos e ajuda na construção de templos. Poder e dinheiro passaram a influenciar a vida da Igreja, que, em 392 d.C., se fundiu com o Estado, tornando-se a mesma coisa.

Com isso, muitos passaram a fazer parte da "nova religião", não por convicção e fé, mas por favores e benefícios. Aquela vida comunitária, aquele amor cristão, o partir o pão de casa em casa e o socorrer aos necessitados viraram práticas do passado. O Cristianismo começou a decair moralmente, e seus fiéis não corresponderem à Palavra e à vontade de Deus.

Na Idade Média, quem mandava na Igreja era o Papa. Naquela época, ele tinha plenos poderes para instituir e derrubar reis e reinos: A igreja passou de perseguida a perseguidora, e muitos sofreram nas mãos dessa "Igreja Cristã". Foi criado o "clero", que era uma liderança muito mais política que espiritual, e mantinha uma distância enorme do povo. O clero não parecia de forma alguma com o grupo dos apóstolos, que viviam em meio ao povo.

Veja alguns erros que a Igreja neste período:

380 d.C. – Oração pelos mortos
535 d.C. – Instituição das procissões
538 d.C. – Celebração da missa de costa para o povo
757 d.C. – Adoração de imagens
884 d.C. – Canonização de santos
885 d.C. – Adoração da "Virgem Maria"
1022 d.C. – Legalização da penitência por dinheiro
1059 d.C. – Aceitação da transubstanciação dos elementos da Ceia (acreditar que o pão e o vinho se transformam verdadeiramente no corpo e sangue de Cristo, de forma tal, que embora pareça pão e vinho, o que você esta comendo e bebendo é o próprio e real corpo e sangue de Jesus).
1215 d.C. – Adoção da confissão auricular
1470 d.C. – Invenção do rosário

Diante de tantas coisas erradas e corrompidas uma Reforma era urgente.

Quando falamos em reforma logo pensamos em algo que será melhorado. Você não começaria uma reforma em sua casa para que ela ficasse em um estado pior. Foi isso o que aconteceu com a Igreja no período da Reforma Protestante – buscou-se consertar o que estava errado, voltar à Palavra de Deus. A igreja precisava ser restaurada no reto caminho e abandonar os desvios que havia tomado.

Veremos um pouco do que aconteceu naquele período e, principalmente, os importantes ensinos bíblicos resgatados pelos reformadores.

1 – Reforma na Igreja

É preciso entender a Reforma Protestante, não como alguns sugerem, apenas um ato político, em que príncipes e nobres puderam rebelar-se contra o poder dominante da Igreja Católica. A Reforma envolveu, principalmente, a vida espiritual da época. Martinho Lutero era um monge católico que, a partir do estudo das Escrituras, descobriu a verdade de que o justo deveria viver pela fé (Rm 1.17). Transformado por essa verdade da Palavra de Deus, Lutero desejava agora corrigir os erros que encontrava na Igreja Católica.

No dia 31 de outubro de 1517, véspera do "Dia de todos os Santos", ele afixou suas 95 teses à porta da Igreja do castelo, na cidade alemã de Wittemberg, combatendo principalmente a venda de indulgência praticada pela Igreja. As indulgências eram documentos que, quando comprados, concediam perdão pelos pecados, tanto para vivos, quanto para parentes já mortos.

A igreja Romana reagiu duramente a esse ato de Lutero, mas iniciava-se ali o movimento da Reforma Protestante. Lutero foi excomungado e perseguido pela Igreja Católica, mas contou com o apoio do povo alemão. A verdade da justificação pela fé estava apenas começando a percorrer a Europa.

Sucederam a Lutero outros grandes reformadores, com João Calvino, Melanchton, Zwínglio e Knox. João Calvino pode ser considerado o grande sistematizador da teologia da Reforma com a sua obra: "As institutas da Religião Cristã" (a instituição da religião cristã) -Veja seção deste site **Institutas**

Deus conduziu homens para que a Igreja voltasse à verdade da sua Palavra. Os discípulos de Cristo do período da Reforma deixaram marcas profundas na sociedade e na Igreja. Podemos entender melhor essas marcas estudando as "bandeiras" levantadas pelos reformadores – os Sola's da reforma.

2 – Os Sola's da Reforma

A palavra latina Solas significa "somente". Os reformadores definiram cinco lemas usando essas palavras e suas variações. Vejamos.

A. Sola Scriptura – *Somente as Escrituras*

A Bíblia era conhecida somente pelos estudiosos da Igreja Católica que a utilizavam como bem entendiam. A Igreja defendia práticas totalmente estranhas à Palavra de Deus ensinado "doutrinas que são preceitos de homens" (Mc 7.7). O movimento da Reforma disse "não" a esse procedimento da Igreja Romana e afirmou Sola Scriptura, ou seja, somente cremos e praticamos o que a Bíblia ensina, somente a Bíblia deve ser a nossa regra de fé e prática.

Os reformadores se empenharam em traduzir a Bíblia para que todas as pessoas tivessem acesso a ela e pudessem julgar os ensinos da Igreja por meio do próprio estudo da Palavra. Muitas vezes não damos o devido valor ao fato de hoje termos a facilidade da Palavra de Deus impressa em nossa própria língua e não a estudamos tanto quanto deveríamos. Lembre-se: devemos ser guiados somente pela Escrituras.

B. Solus Christus – *Somente Cristo*

Cremos que a Bíblia é a nossa única regra de fé e prática e, estudando-a, verificamos que Cristo é o tema central das Escrituras. Quando a Palavra de Deus é tomada como regra de vida, obrigatoriamente termos Cristo como centro de nosso viver.

Jesus mesmo afirmou que as Escrituras testificam dele (Jo 5.39). Ao caminhar com os discípulos de Emaús, após ter ressuscitado, Cristo falou sobre o fato de que toda a Escritura testificava dele e que aquelas coisas deveriam acontecer (Lc 24.25-27).

A teologia não pode estar centrada no homem, mas em Cristo. A igreja Romana, jeitosamente, colocava o homem no centro. Eram as necessidades do homem que precisavam ser atendidas e não a vontade de Deus expressa em sua Palavra. Devemos nos lembrar das palavras do apóstolo Paulo aos gálatas: "Porventura, procuro eu, agora, o favor dos homens ou o de Deus? Ou procuro agradar a homens? Se agradasse ainda a homens, não seria servo de Cristo" (Gl 1.10). Somos servos de Cristo e não de homens. Portanto, somente Cristo.

C. Sola Gratia – *Somente a Graça*

A Igreja Romana ensinava que a graça de Deus era concedida ao crente à medida em que ele cooperava com ela. Os reformadores se levantaram contra isso afirmando a verdade bíblia de que a graça é imerecida. Em momento algum, mesmo que realizando um ato de extrema bondade aos olhos dos

homens, somos dignos de qualquer merecimento da parte de Deus. Afirmar que o homem coopera com a graça de Deus é buscar uma pregação centrada nos homem e não em Deus, "porque Deus é quem efetua em vós tanto o querer como o realizar, segundo a sua boa vontade" (Fp 2.13). Lembramos, ainda, das palavras de Paulo aos Romanos: "Assim, pois, não depende de quem quer ou de quem corre, mas de usar Deus a sua misericórdia" (Rm 9.16).

Mesmo no meio evangélico, por vezes, há o equívoco de se pregar uma graça divina submissa à vontade do homem. Dizem os pregadores que, pedindo com insistência, fazendo jejuns, "correntes", e coisas parecidas, Deus vai responder ao que se está pedindo. Dificilmente se fala sobre a condição miserável do homem em sua natureza pecaminosa e sua necessidade total da maravilhosa graça de Deus. Precisamos urgentemente reafirmar: somente a graça!

D. Sola Fide – *Somente pela Fé*

A Igreja Romana não negou a necessidade da fé para a salvação. Porém, eles referiam-se a uma fé que, na verdade, era um mero consentimento ao ensino da igreja. Não é essa a fé da qual fala bíblia. Os reformadores demonstraram que a fé que traz a salvação é a confiança na promessa de Deus e Cristo de salvar pecadores.

Somos tornados justo pelo sacrifício perfeito de Cristo, pois somente ele é perfeitamente justo. A justiça de Cristo é imputada a nós pela fé. Não se trata de uma fé, que também seria "cooperativa", mas da fé que nos é concedida por Deus: "Porque pela graça sois salvos, mediante a fé; e isto não vem de vós; é dom de Deus" (Ef 2.8).

Devemos ter fé, mas é preciso esforço, empenho, pois podemos "cair da graça", é o que dizem muitas pregações. A palavra de Deus nos ensina: somente pela fé!

E. Soli Deo Gloria – *Somente glória a Deus*

"Prega a Escritura é pregar a Cristo; pregar é Cristo é pregar a cruz; pregar a cruz é pregar a graça; pregar a graça é pregar a justificação; pregar a justificação é atribuir o todo da salvação à glória de Deus e responder a essa Boa Nova em grata obediência por meio de nossa vocação no mundo." (Michael Horton, "Os Sola's da Reforma" in Reforma Hoje, Editora Cultura Cristã, 1999, pág. 124). Essa frase de Michael Horton resume bem o que representam os sola's da Reforma. Tudo resulta na glória de Deus. Todas a glória é devida ao seu nome. Deus revelou-se através das Escrituras; enviou seu Filho para morrer no lugar de seus escolhidos; concedendo, somente por sua graça, a salvação pela fé. Os alcançados pela graça divina rendem louvores em espírito e em verdade ao Deus Todo-Poderoso.

Devemos nos perguntar se reconhecemos de fato que somente Deus é digno de adoração. É isso que transparece em nossos cultos? Neles, exalta-se o nome de Deus, ou o "grande" pregador, o pastor que cura, o conjunto musical? Os pregadores, em seus púlpitos, estão preocupados em render glória a Deus por meio de sua pregação ou somente em fornecer mensagens "confortadora" para o rebanho, que sirvam como um momento de "relaxamento" e "descontração"? Devemos ter em mente que toda glória deve ser dada somente a Deus.

Conclusão

A Reforma Protestante foi marcada por homens que decidiram seguir a Jesus, que fizeram de sua vida um testemunho do que Deus pode fazer na vida de qualquer um de nós. Devemos estar dispostos a, assim como aqueles homens, defender as doutrinas principais da bíblia e proclamá-la em alto e bom som.
Que Deus nos conceda ousadia e coragem para anunciarmos a verdade de sua palavra àqueles que estão em caminhos tortuosos.

Autor: Fernando de Almeida
Fonte: Palavra viva - revista – Criação e Redenção, Lição 7,8, pg 25,29-31, editora Cep.

A Reforma Protestante e os Reformadores: Lutero, Úlrico Zwinglio, Guillherme Farel, João Calvino e John Knox.

A partir do ano 1300, o mundo ocidental experimentou um sentimento crescente de nacionalismo. Os povos não queriam sujeitar-se a Roma. Aspiravam ver surgir uma igreja nacional. Esse clima favoreceu o surgimento dos Precursores da Reforma. Eram homens cultos, de vida exemplar, que tinham prazer na leitura e na exposição da Bíblia Sagrada. São chamados precursores porque antecederam aos reformadores e, principalmente, porque não conseguiram superar o legalismo religioso – não descobriram a graça salvadora. Queriam fazer alguma coisa para alcançar a salvação, quando a Bíblia afirma: "*Pela graça sois salvos, mediante a fé; e isto não vem de vós, é dom de Deus; não de obras, para que ninguém se glorie*" (Efésios 2.8,9).
Os principais precursores da Reforma foram: João Wyclif (1328?-1384), professor na Universidade de Oxford, na Inglaterra: João Huss (1373?-1415), professor na Universidade de Praga, que foi queimado por causa de sua fé; e Girolano Savonarola (1452-1498), monge dominicano, que foi enforcado e queimado por ordem do Papa Alexandre VI, em Florença, na Itália.
Além dos movimentos liderados pelos Precursores da Reforma, ocorreram outras tentativas de reformar a igreja, mas sem êxito. No século XVI a situação era bastante propícia a uma reforma da igreja. A Europa estava no limiar de uma nova época política e social. Gutemberg revolucionara o processo de impressão de livro; Colombo descobrira a América... E o descontentamento com a igreja persistia. Tudo isso preparava o terreno para a reforma. E Lutero foi o homem que Deus levantou para desencadear o movimento que resultou na Reforma Religiosa do Século XVI.

MARTINHO LUTERO (1483-1546)

Martinho Lutero nasceu no dia 10 de novembro de 1483. Sua família era pobre e ele lutou com muita dificuldade para estudar. Preparava-se para ingressar no curso de Direito, quando resolveu tor¬nar-se monge. Entrou para o mosteiro agostiniano de Erfurt, em 1505, antes de completar 22 anos de idade. Dois anos depois foi ordenado sacerdote. No ano seguinte foi para Wittenberg preparar-se para ser professor na recém-criada universidade daquela cidade. Foi lá que Lutero dedicou-se ao estudo das Escrituras. E ao estudar a Epístola aos Romanos, descobriu que "*O justo viverá por fé*" (Romanos 1.17). Ele já havia feito tudo que a igreja indicava para alcançar a paz com Deus. Mas sua situação interior só piorava. Ao descobrir a graça redentora, entregou-se a Jesus Cristo, pela fé, e encontrou a paz e a segurança de salvação.
No dia 31 de outubro de 1517, Martinho Lutero afixou, na porta da capela de Wittenberg, as suas 95 teses. Era o início da Reforma.
Lutero tentou reformar a igreja, mas Roma não quis se reformar. Antes o perseguiu violentamente. Em 1521 ele foi excomungado. Neste mesmo ano teve que se es¬conder durante 10 meses no castelo de Wartburgo, perto de Eisenach, para não ser morto. Depois voltou para Wittenberg, de onde comandou a expansão do movimento de reforma.
Lutero faleceu em Eisleben, no dia 18 de fevereiro de 1546.

ÚLRICO ZWÍNGLIO (1484-1531)

Paralela à reforma de Lutero, surgiu na Suíça um reformador chamado Úlrico Zwínglio. Era mais novo do que Lutero apenas 50 dias, mas tinha formação e idéias diferentes do reformador alemão.
Úlrico Zwínglio nasceu na Suíça, no dia 1º de janeiro de 1484. Seu pai era magistrado provincial. Sua família tinha uma boa posição social e financeira, o que lhe permitiu estudar em importantes escolas daquela época. Estudou na Universidade de Viena, de Basiléia e de Berna. Graduou-se Bacharel em Artes, em 1504, e Mestre dois anos depois.
Em 1506 Zwínglio tornou-se padre, embora o seu interesse pela religião fosse mais intelectual do que espiritual. Em 1520 Zwínglio passou por uma profunda experiência espiritual, causada pela morte de um irmão querido. Dois anos depois iniciou um trabalho de pregação do evangelho, baseando-se tão somente na Escritura Sagrada. O Papa Adriano VI proibiu-o de pregar. Poucos meses depois, o governo de Zurique, na Suíça, resolveu apoiar Zwínglio e ordenou que ele continuasse pregando.
Em 1525 Zwínglio casou-se com uma viúva chamada Ana Reinhard. Nesse mesmo ano Zurique tornou-se, oficialmente, protestante. Outros cantões (estados) suíços também aderiram ao protestantismo. As divergências entre estes cantões e os que permaneceram fiéis a Roma iam-se aprofundando.
Em 1531 estourou a guerra entre os cantões católicos e os protestantes, liderados por Zurique. Zwínglio, homem de gênio forte, também foi para o campo de batalha, onde morreu no dia 11 de outubro de 1531.
Zwínglio morreu, mas o movimento iniciado por ele não morreu. Outros líderes deram continuidade ao seu trabalho. Suas idéias foram reestudadas e aperfeiçoadas. As igrejas que surgiram como

resultado do movimento iniciado por Zwínglio são chamadas de igrejas reformadas em alguns países, e igrejas presbiterianas em outros. Dentre os líderes que levaram avante o movimento iniciado por Zwínglio destacam-se Guilherme Farel e João Calvino.

GUILHERME FAREL (1489-1565)
Guilherme Farel nasceu em Gap, província francesa do Delfinado, no ano de 1489. Os seus biógrafos o descrevem como um pregador valente e ousado. Embora sua família fosse aristocrática, ele era rude e tosco. Sua eloqüência era como uma tempestade.
Farel converteu-se em Paris. O homem que o levou a Jesus Cristo era seu professor na universidade e se chamava Jacques LeFévre. Parece que Farel inicialmente não pretendia deixar a Igreja Católica, pois em 1521 ele iniciou um trabalho de pregação sob a proteção do bispo de Meaux, Guilherme Briçonnet. Mas logo depois foi proibido de pregar e expulso da França, acusado de estar divulgando idéias protestantes.
Em 1524 estava em Basiléia fazendo as suas pregações. Mas a sua impetuosidade o levou a ser expulso da cidade.
Em 1526 Farel iniciou o seu trabalho de pregação na Suíça de fala francesa. Ligou-se aos seguidores de Zwínglio. Conseguiu implantar o protestantismo em vários cantões (estados) suíços. E em 1532 entrou em Genebra pela primeira vez. Sua pregação causou tumulto na cidade. Teve que se retirar... Mas voltou logo depois. E no dia 21 de maio de 1536, a Assembléia Geral declarou a cidade oficialmente protestante.
Mas Genebra aceitara o protestantismo mais por razões políticas que espirituais. E agora Farel tinha uma grande tarefa pela frente: reorganizar a vida religiosa da cidade.
Guilherme Farel era um homem talhado para conquistar uma cidade para o protestantismo. Mas se perdia completamente no trabalho que vinha a seguir. Não sabia planejar, nem organizar, nem liderar, nem pastorear. Mas, felizmente, conhecia suas limitações e convidou João Calvino para reorganizar a vida religiosa de Genebra.
No dia 23 de abril de 1538, Farel e Calvino foram expulsos da cidade. Calvino foi para Estrasburgo, onde pastoreou uma igreja formada por refugiados franceses. Farel foi para Neuchâtel, uma cidade que havia sido conquistada por ele para o Evangelho. Calvino voltou para Genebra em 1541. Farel permaneceu em Neuchâtel, onde faleceu em 1565, com 76 anos de idade.

JOÃO CALVINO (1509-1564)
O homem responsável pela sistematização doutrinária e pela expansão do protestantismo reformado foi João Calvino. O "pai do protestantismo reformado" é Zwínglio. Mas o homem que moldou o pensamento reformado foi João Calvino. Por isso, o sistema de doutrinas adotado pelas Igrejas Reformadas ou Presbiterianas chama-se calvinismo.
João Calvino nasceu em Noyon, Picardia, França, no dia 10 de julho de 1509. Seu pai, Geraldo Calvino, era advogado e secretário do bispado de Noyon. Sua mãe, Jeanne le Franc, faleceu quando ele tinha três anos de idade.
A família Calvino tinha amizade com pessoas importantes. E a convivência com essas famílias levou João Calvino a aprender as maneiras polidas da elite daquela época.
Geraldo Calvino usou o seu prestígio junto ao bispado para conseguir a nomeação de seus filhos para cargos eclesiásticos, conforme os costumes daquela época. Antes de completar doze anos, João Calvino foi nomeado capelão de Lá Gesine, próximo de Noyon. Não era padre, mas seu pai pagava um padre para fazer o trabalho de capelania e guardava os lucros para o filho. Mais tarde essa capelania foi trocada por outra mais rendosas.
Em agosto de 1523, logo depois de ter completado 14 anos, João Calvino ingressou na Universidade de Paris. Ali completou seus estudos de pré-graduação no começo de 1528. A seguir foi para a Universidade de Orléans onde formou-se em Direito.
Em maio de 1531 faleceu Geraldo Calvino. E João, que estudara Direito para satisfazer o pai, resolveu tornar-se pesquisador no campo de literatura e filosofia. Para isto, matriculou-se no Colégio de França, instituição humanista fundada pelo rei Francisco I. Estudou Grego, Latim e Hebraico. Tornou-se profundo conhecedor dessas línguas.
Em 1532 João Calvino lançou o seu primeiro livro: Comentários ao Tratado de Sêneca sobre a Clemência. Os intelectuais elogiaram muito a obra. Era um trabalho de grande erudição. Mas o público ignorou o lançamento – poucos compraram o livro.
João Calvino converteu-se a Jesus Cristo entre abril de 1532 e o início de 1534. Não se sabe detalhes da sua experiência. Mas a partir daí Deus passou a ocupar o primeiro lugar em sua vida.
No dia 1º de novembro de 1533 Nicolau Cop, amigo de Calvino, tomou posse como reitor da Universidade de Paris. O seu discurso de posse falava em reformas, usando linguagem semelhante às idéias de Lutero. E o comentário geral era que o discurso tinha sido escrito por Calvino. O rei Francisco

I resolveu agir contra os luteranos. Calvino e Nicolau Cop foram obrigados a fugir de Paris.
No dia 4 de maio de 1534 Calvino compareceu ao palácio do bispo de Noyon, a fim de renunciar ao cargo de capelão. Foi preso, embora por um período curto. Libertado logo depois, achou melhor fugir do país. E no final de 1535 chegava a Basiléia cidade protestante, onde se sentiu seguro.
Em março de 1536 Calvino publicou a sua mais importante obra – Instituição da Religião Cristã. O prefácio da obra era uma carta dirigida ao rei da França, Francisco I, defendendo a posição protestante. Mas a Instituição era apenas uma apresentação ordenada e sistemática da doutrina e da vida cristã. A edição definitiva só foi publicada em 1559.
A *Instituição da Religião Cristã*, conhecida como Institutas de Calvino, é a mais completa e importante obra produzida no período da Reforma. [Veja a seção As Institutas do site Teologia Calvinista]
Em julho de 1536 Calvino chegou a Genebra. A cidade tinha se declarado oficialmente protestante no dia 21 de maio daquele ano. E Guilherme Farel lutava para reorganizar a vida religiosa da cidade. Calvino estava hospedado em uma pensão, quando Farel soube que ele estava na cidade. Foi ao seu encontro e o convenceu a permanecer ali para ajudá-lo na reorganização da cidade.
Calvino era bem jovem – tinha apenas 27 anos. A publicação das Institutas fizera dele um dos mais importantes líderes da Reforma na França. Mas o seu início em Genebra foi muito modesto. Inicialmente ele era apenas um preletor de Bíblia. Um ano depois foi nomeado pregador. Mas enquanto isso elaborava as normas que pretendia implantar e fazer de Genebra uma comunidade modelo.
João Calvino teve muitos adversários e opositores em Genebra. À medida que ele ia apresentando as normas que pretendia implantar na cidade, a fim de torná-la uma comunidade modelo, a oposição ia crescendo. Finalmente a oposição venceu as eleições. E no dia 23 de abril de 1538, Calvino e Farel foram banidos de Genebra.
Calvino foi para Estrasburgo, onde pastoreou uma igreja constituída de refugiados franceses. Ali viveu os dias mais felizes de sua vida. Casou-se. A escolhida se chamava Idelette de Bure. Era holandesa. E viúva.
Genebra, enquanto isso, passava por várias mudanças. Os adversários de Calvino foram derrotados. E, no dia 13 de setembro de 1541, ele entrava novamente em Genebra. Voltava por insistência de seus amigos. Voltava fortalecido. E, enfim, pôde reorganizar a vida religiosa da cidade.
Calvino introduziu o estudo do seu catecismo, o uso de uma nova liturgia, um governo eclesiástico presbiterial, disciplinou a vida civil, estabeleceu normas para o funcionamento do comércio e fez de Genebra uma cidade modelo.
No dia 29 de março de 1549 Idelette faleceu. Mas Calvino continuou o seu trabalho. Pesquisava, escrevia comentários bíblicos e tratados teológicos, administrava, pastoreava, incentivava...
Em 1559 fundou a Academia Genebrina – a Universidade de Genebra. Jovens de vários países vieram estudar ali e levaram a semente do evangelho na volta à sua terra. Esses jovens se espalharam pela França, Países Baixos, Inglaterra, Escócia, Alemanha e Itália.
João Calvino faleceu em Genebra, no dia 27 de maio de 1564. Mas a sua obra permaneceu viva. [Veja a seções João Calvino e As Institutas]

JOHN KNOX (1505/15?-1587)
Os seguidores do movimento iniciado por Zwínglio e estruturado por Calvino se espalharam imediatamente por toda a Europa. Na França eles eram chamados de huguenotes; na Inglaterra, puritanos; na Suíça e Países Baixos, reformados; na Escócia, presbiterianos.
A Escócia é uma país muito importante na história do protestantismo reformado. Foi lá que surgiu o nome presbiteriano. Por isto, alguns livros de história afirmam que o presbiterianismo nasceu na Escócia.
O grande nome da reforma escocesa é John Knox. Pouco se sabe a respeito dos primeiros anos de sua vida. Supõe-se que tenha nascido entre os anos 1505 a 1515. Estudou teologia e foi ordenado sacerdote, possivelmente em 1536. Não se sabe quando e em que circunstâncias ocorreu a sua conversão. Em 1547 foi levado para a França, onde ficou preso dezenove meses, por causa de sua fé. Libertado, foi para a Inglaterra, onde exerceu o pastorado por dois anos. Em 1554 teve que fugir da Inglaterra, indo, inicialmente, para Frankfurt, e depois para Genebra, onde foi acolhido por Calvino. Em 1559 voltou para a Escócia, onde liderou o movimento de reforma religiosa. Sua influência extrapolou a área religiosa, atingindo também a vida política e social do país. Sob a sua influência, o parlamento escocês declarou o país oficialmente protestante, em dezembro de 1567. A igreja organizada por ele e seus auxiliares recebeu o nome de Igreja Presbiteriana. John Knox faleceu no dia 24 de novembro de 1587.
O presbiterianismo foi levado da Escócia para a Inglaterra; de lá, para os Estados Unidos da América. Em 1726 teve início um grande despertamento espiritual nos Estados Unidos. Este despertamento levou os presbiterianos a se interessarem por missões estrangeiras. Missionários foram enviados para

vários países, inclusive o Brasil. No dia 12 de agosto de 1859 chegou ao nosso país o primeiro missionário presbiteriano: Ashbel Green Simonton. [Este foi fundador da Igreja Presbiteriana do Brasil www.ipb.org.br .]

Autor: Rev. Adão Carlos Nascimento
Igreja Presbiteriana de Campinas, site http://www.ipcamp.org.br

ASHBEL GREEN SIMONTON Rev. (1833-1867) - Fundador da Igreja Presbiteriana do Brasil

Ashbel Green Simonton (1833-1867), o fundador da Igreja Presbiteriana do Brasil, nasceu em West Hanover, no sul da Pensilvânia, e passou a infância na fazenda da família, denominada Antigua. Eram seus pais o médico e político William Simonton e D. Martha Davis Snodgrass (1791-1862), filha de um pastor presbiteriano. Ashbel era o mais novo de nove irmãos. Os irmãos homens (William, John, James, Thomas e Ashbel) costumavam denominar-se os "quinque fratres" (cinco irmãos). Um deles, James Snodgrass Simonton, quatro anos mais velho que Ashbel, viveu por três anos no Brasil e foi professor na cidade de Vassouras, no Rio de Janeiro. Uma das quatro irmãs, Elizabeth Wiggins Simonton (1822-1879), conhecida como Lille, veio a casar-se com o Rev. Alexander Latimer Blackford, vindo com ele para o Brasil.

Em 1846, a família mudou-se para Harrisburg, a capital do estado, onde Ashbel concluiu os estudos secundários. Após formar-se no Colégio de Nova Jersey (a futura Universidade de Princeton), em 1852, o jovem passou cerca de um ano e meio no Mississipi, trabalhando como professor. Voltando para o seu estado, teve profunda experiência religiosa durante um avivamento em 1855 e ingressou no Seminário de Princeton, fundado em 1812. No primeiro semestre de estudos, ouviu na capela do seminário um sermão do Dr. Charles Hodge, um dos seus professores, que despertou o seu interesse pela obra missionária no exterior. Concluídos os estudos, foi ordenado em 1859 e chegou ao Brasil no dia 12 de agosto do mesmo ano.

Pouco depois de organizar a Igreja Presbiteriana do Rio de Janeiro (12/01/1862), o jovem missionário seguiu em viagem de férias para os Estados Unidos, vindo a casar-se com Helen Murdoch, em Baltimore. Regressaram ao Brasil em julho de 1863. No final de junho do ano seguinte, Helen faleceu nove dias após o nascimento da sua filhinha, que recebeu o seu nome. Helen Murdoch Simonton, a filha única do Rev. Simonton, nunca se casou e faleceu aos 88 anos no dia 7 de janeiro de 1952. Com o passar dos anos, Simonton criou o jornal Imprensa Evangélica (1864), organizou o Presbitério do Rio de Janeiro (1865) e fundou o Seminário Primitivo (1867), este último localizado em um edifício de vários pavimentos junto ao Campo de Santana.

No final de 1867, sentindo-se adoentado, o missionário pioneiro seguiu para São Paulo, onde sua irmã e seu cunhado criavam a pequena Helen. Seu estado de saúde agravou-se e ele veio a falecer no dia 9 de dezembro, acometido de "febre biliosa", conforme consta do seu registro de sepultamento. Seu túmulo foi um dos primeiros do ainda recente Cemitério dos Protestantes, no bairro da Consolação. Anos depois, foram sepultados perto dele os ossos do ex-sacerdote Rev. José Manoel da Conceição (1822-1873), o primeiro pastor evangélico brasileiro. Simonton e Conceição, um americano e um brasileiro, foram os personagens mais notáveis dos primórdios do presbiterianismo no Brasil.

Autor e Fonte: Portal IPB - http://www.ipb.org.br/quem_somos/historia_ipb_fotos.php3

Livre exame e livre interpretação

Tradição, Confissão e a Supremacia das Escrituras

O erudito evangélico Grescham Machen (1881-1937), asseverou em 1921: “A Reforma do século 16 foi baseada na autoridade da Bíblia e ... colocou o mundo em chamas” [1]. Ele estava certo. A Reforma não somente retomou o estudo e o ensino das Escrituras, como também recuperou a antiga e esquecida forma de lê-la, abrindo o seu estudo para todos. Com isso, iniciando com uma reforma espiritual, ela gerou uma revolução em todas as áreas do saber. Vejamos alguns aspectos disso.

I. Tradição e Escrituras.

A. A redescoberta da interpretação bíblica

Na Reforma Protestante do século 16, sustentando o princípio do "livre exame" das Escrituras, deu-se uma mudança de quadro de referência. Um dos pelares fundamentais é a questão hermenêutica da tradição da igreja para a compreensão da Palavra. Há uma mudança de critério de verdade que determina toda a diferença.
Conforme acentua Popkin, Lutero inicialmente confrontou a igreja dentro da perspectiva da própria tradição da igreja, somente mais tarde é que ele: "deu um passo crítico que foi negar a regra de fé da Igreja, apresentando um critério de conhecimento religiosos totalmente diferente. Foi neste período que ele deixou de ser apenas mais um reformador atacando os abusos e a corrupção de uma burocracia decadente, para tornar-se o líder de uma revolta intelectual que viria a abalar os próprios fundamentos da civilização ocidental"[2].
Partindo desses princípios, a Reforma, onde quer que chegasse, se preocupava em colocar a Bíblia na língua do povo, a fim de que todos tivessem acesso à leitura – sendo o "reavivamento" da pregação da Palavra um dos marcos fundamentais da Reforma.
Os Reformadores criam que se as Escrituras estivessem numa língua acessível aos povos, todos os que quisessem poderiam ouvir a voz de Deus, e todos os crentes teriam acesso à presença de Deus. Contudo, os reformadores esbarraram com um problema estrutural: o analfabetismo. A socialização do saber acabou sendo também um produto da Reforma. As pessoas deveriam ser alfabetizadas para ler as Escrituras, daí a grande reforma educacional gerada pelo protestantismo.

B. "*Sola Scriptura*" *x tradição?*

A tradição nunca foi rejeitada pelo simples fato de ser tradição. Na própria Escritura encontramos ênfase a crítica à tradição (2 Ts 2.15). A questão básica é: a que tradição estamos nos referindo? Sproul explica: "Lutero e os reformadores não queriam dizer por Sola Scriptura que a Bíblia é a única autoridade da igreja. Pelo contrário, queriam dizer que a Bíblia é a única autoridade infalível dentro da Igreja" [3]. A autoridade dos Credos (Apostólicos, Nicéia, Calcedônia) era indiscutivelmente considerada pelos reformadores – tendo inclusive Lutero [O *Catecismo Maior* (1529) e O *Catecismo Menor* (1529)] e Calvino [*Catecismo de Genebra* (1536/37 e 1541/2) e *Confissão Gaulesa (1559)*] elaborado Catecismos para igreja [4].
Para nós os Credos servem para que continuemos nossa caminhada na preservação da doutrina e na aplicação das verdades bíblicas aos novos desafios de nossa geração, integrando-nos assim, à nobre sucessão daqueles que amam a Deus e à sua Palavra e que buscam entendê-la e aplicá-la, em submissão ao Espírito, à vida da igreja.
Uma tradição saudável tem compromisso com o passado na geração do futuro. Só este fato deveria, por si só, nos conduzir a uma atitude mais humilde, como assinala Noll: " O Estudo da história da igreja deve aumentar a nossa humildade sobre quem somos e aquilo em que cremos. Não há nada que a igreja moderna desfrute que na seja uma dádiva das gerações anteriores do povo de Deus. Na realidade, nós modificamos, adaptamos e ampliamos essas dádivas do passado, mas não as criamos" [5]. Portanto, "*o conservadorismo criativo utiliza-se da tradição, não como autoridade final ou absoluta, mas como recurso importante colocado à nossa disposição pela providência de Deus, a fim de nos ajudar a entender o que a Escritura está nos dizendo sobre quem é Deus, quem somos nós, o que é o mundo ao nosso redor, e o que fomos chamados para fazer aqui e agora*" [6].
O Credo é uma resposta do homem à Palavra de Deus, sumariando os artigos essenciais da fé cristã. Dessa forma, eles pressupõem fé; mas não a geram. Isso é obra do Espírito Santo através da palavra (Rm 10.17). Os credos têm a sua autoridade decorrente das Escrituras.
Os credos são somente uma aproximação e uma relativa exposição da verdade revelada. Dessa forma, podem ser modificados pelo progressivo conhecimento da Bíblia a qual é infalível e inesgotável.
Não devemos tomar os Credos como autoridade final para definir um ponto doutrinário: os limites de nossa reflexão teológica estão na Bíblia, não nos Credos. Os Credos não estabelecem o limite de nossa fé, antes a norteiam.

2. O valor da Confissão de Fé de Westminster

A Confissão de Fé de Westminster (1647) [7], apresenta-nos um bom resumo dos princípios hermenêuticos que nos orientam na interpretação das Escrituras. Vejamos alguns pressupostos:
a) Que as Escrituras são inspiradas por Deus (CFW, I.2,8). Ele é o seu Autor (CFW, I.4);
b) Deus concedeu as Escrituras *para serem a regra de fé e de prática* (CFW, I.1-2);

c) Ela é *indispensável* para a vida cristã (CFW, I.1), devendo ser lida e estudada *no temor de Deus* (CFW, 1.8). Por isso, a igreja deve promover a sua tradução para todos os idiomas, a fim de que o homem possa conhecer a Deus, adorando-o de forma aceitável, bem como usufruir as bênçãos espirituais decorrentes da compreensão das Escrituras (CFW, I.8).

3. A Autoridade das Escrituras

A. Autoridade interna

> "A autoridade da Escritura Sagrada, razão pela qual deve ser crida e obedecida, não depende do testemunho de qualquer homem ou igreja, mas depende somente de Deus (a mesma verdade) que é o seu autor; tem, portanto, de ser recebida, porque é a palavra de Deus. II Tim. 3:16; I João 5:9, I Tess. 2:13." (CFW I.4)

A autoridade da Bíblia deriva do fato dela ser a Palavra de Deus. O seu testemunho é interno e evidente, mesmo que os homens assim não creiam. Ela não depende do nosso testemunho para ter autoridade; ela é o que é (1Ts 2.13; 2 Tm 3.16; 2 Pe 1.20,21; 1 Jo 5.9).
Não é a igreja que autentica a Palavra por sua interpretação, como a igreja romana sustentou em diversas ocasiões. É a Bíblia que se autentica a si mesma como Palavra de Deus possuidora de autoridade e é ele mesmo quem nos ilumina para que a interpretemos corretamente (Sl 119.18). Por isso, o Espírito não pode ser separado da Palavra. Somente pela operação divina poderemos reconhecer a sua origem divina bem como compreendê-la salvadoramente. (CFW, I.5,6).
Cabe nós submeter o nosso juízo e entendimento à verdade de Deus conforme testemunhada pelo Espírito. A Palavra de Deus direcionada ao homem revela a seriedade com que Deus nos trata: "*Sempre que o Senhor se nos acerca com sua Palavra, Ele está tratando conosco da forma mais séria, com o fim de mover todos os nossos sentidos mais profundos. Portanto, não há parte de nossa alma que não receba sua influência*". [8].

B. Autoridade hermenêutica

> A Bíblia apresenta a melhor interpretação a respeito dos seus ensinamentos: "A regra infalível de interpretação da Escritura é a mesma Escritura; portanto, quando houver questão sobre o verdadeiro e pleno sentido de qualquer texto da Escritura (sentido que não é múltiplo, mas único), esse texto pode ser estudado e compreendido por outros textos que falem mais claramente. At. 15: 15; João 5:46; II Ped. 1:20-21." (CFW, 1.9).

Nós não podemos criar uma suposta categoria científica a qual se torne a verinha de condão para a interpretação da Bíblia. Os princípios hermenêuticos devem estar subordinados a esta verdade e, devem ser derivados, portanto, da própria Bíblia: a harmonia do seu todo e das suas partes estabelecem uma unidade harmoniosa, por meio da qual, formulamos os princípios de interpretação, tendo como mestres, os profetas – que interpretaram os acontecimentos passados e a história dos seus dias -, Jesus Cristo e os apóstolos, os quais deram lições práticas de hermenêutica, interpretando o Antigo e o Novo Testamentos: "Os crentes possuem um padrão permanente e um modelo no uso que nosso Senhor fez do Antigo Testamento, e uma parte do atual trabalho do Espírito Santo no tocante aos crentes é abrir-lhes as Escrituras, conforme o Cristo ressurreto as abriu para os dois discípulos no caminho para Emaús (Lc 24.25ss)" [9].
Quando nos aproximamos da Bíblia partimos do pressuposto de que ele é o registro fiel e inerrante da Revelação de Deus (Jo 10.35; 1Tm 1.15; 3.1; 4.9; 2Tm 3.16; 2Pe 1.20,21); por isso, podemos dizer como Paulo: "Fiel é a Palavra" (1 Tm 3.1; 4.9).
É por meio das Escrituras que aprendemos que o melhor intérprete da Palavra é o *Espírito falando na Escritura* (CFW, 1.10; veja Mt 22.29,31; At 4.24-26; 28.25; 1 Co 2.10-16); como nos instruiu o Senhor Jesus Cristo: "Quando vier, porém, o Espírito da verdade, ele vos guiará a toda a verdade; porque não falará por si mesmo, mas dirá tudo o que tiver ouvido, e vos anunciará as cousas que há de vir" (Jo 16.13). "Mas o Consolador, o Espírito Santo, a quem o Pai enviará em meu nome, esse vos ensinará todas as cousas e vos farpa lembrar de tudo o que vos tenho dito" (Jo 14.26; Jo 5.30; 14.6; 17.17).

C. Autoridade auxiliadora

> "Sob o nome de Escritura Sagrada, ou Palavra de Deus escrita, incluem-se agora todos os livros do Velho e do Novo Testamento, que são os seguintes, todos dados por inspiração de Deus para serem a regra de fé e de prática..." (CFW, I.2).

Como bem sabemos, a Escritura é infalível, não a nossa interpretação, portanto, devemos buscar sempre nas Escrituras o sentido pleno da revelação. A Teologia é uma reflexão interpretativa e sistematizada da Palavra de Deus. Não existe teologia inspirada por Deus. A relevância de nossa formulação não dependerá de sua "beleza", "popularidade" ou "significado para o homem moderno", mas sim na sua conformação às Escrituras.
O mérito de toda teologia está nos seu apego incondicional e irrestrito à Revelação. A melhor interpretação é a que expressa o sentido do texto à luz de toda a Escritura, ou seja, em conexão com toda a verdade revelada. Não há nada mais edificante e prático do que a verdade de Deus.
A Teologia Reformada é uma reflexão baseada na Palavra em submissão ao Espírito, buscando sempre uma compreensão exata do que Deus revelou e inspirou e que, agora, nos ilumina pelo mesmo Espírito (Ef 1.15-21; Sl 119.18).
A Teologia Reformada reconhece a centralidade real de Deus em todas as coisas, tendo como alvo principal, não tão decantado bem-estar humano – que por certo tem a sua relevância-, mas a glória de Deus, sabendo que as demais coisas serão acrescentadas (Mt 6.33; Ef 1.11,12).
É a Palavra de Deus que deve dirigir toda a nossa abordagem e interpretação teologia, bem como de toda a nossa compreensão da realidade.

D. Autoridade para nos conduzir a Deus

> "Ainda que a luz da natureza e as obras da criação e da providência de tal modo manifestem a bondade, a sabedoria e o poder de Deus, que os homens ficam inescusáveis, contudo não são suficientes para dar aquele conhecimento de Deus e da sua vontade necessário para a salvação; por isso foi o Senhor servido, em diversos tempos e diferentes modos, revelar-se e declarar à sua Igreja aquela sua vontade; ... foi igualmente servido fazê-la escrever toda." (CFW I.1).
> "A própria luz da natureza no espírito do homem e as obras de Deus claramente manifestam que existe um Deus; porém só a sua Palavra e o seu Espírito o revelam de um modo suficiente e eficazmente aos homens para a sua salvação" (Catecismo Maior de Westminster, resposta à pergunta 2).

Entendemos que sem as Escrituras não podemos ter um conhecimento correto e salvador de Jesus Cristo (Jo 5.39; Rm 10.17), como bem observou Calvino (1509-1564): "Ora, já que, em razão de sua obtusidade, de modo nenhum pode a mente humana chegar até Deus, salvo se assistida e sustentada por sua Sagrada Palavra" [10].
Todavia, também, sabemos que este conhecimento não deve ter um fim em si mesmo; a revelação foi-nos dada para nos conduzir a Deus (Jo 5.39,40), adorando-o na liberdade do Espírito e nos parâmetros da Palavra. Sem as Escrituras, Cristo não pode ser conhecido salvadoramente. O Conhecimento de Cristo deve implicar sempre na sua adoração.

E. Autoridade para julgar a nossa teologia

> "O Velho Testamento em Hebraico... e o Novo Testamento em Grego... sendo inspirados imediatamente por Deus e pelo seu singular cuidado e providência conservados puros em todos os séculos, são por isso autênticos e assim em todas as controvérsias religiosas a Igreja deve apelar para eles como para um supremo tribunal..." (CFW, I.8)
> "...o Juiz Supremo em cuja sentença nos devemos firmar não pode ser outro senão o Espírito Santo falando na Escritura" (CFW, I.10)

O valor da teologia estará sempre subordinado à sua fidelidade bíblica. Por isso é que a teologia ou é bíblica ou não é teologia. Não julgamos a Bíblia; ela que julga. O Espírito falando por meio da palavra, é fogo depurador da genuína teologia.

F. Autoridade completa

> "Todo o conselho de Deus concernente a todas as coisas necessárias para a glória dele e para a salvação, fé e vida do homem, ou é expressamente declarado na Escritura ou pode ser lógica e claramente deduzido dela. (CFW, I.6)"

A Escritura é a revelação completa de Deus; tudo o que Deus quer que saibamos a respeito da nossa salvação está registrado de forma explícita (CFW I,1.7) A demais verdades reveladas, *que precisam ser obedecidas, criadas e observadas para a salvação* podem ser compreendidas por meio de uma interpretação lógica, amparada no conjunto de ensinamentos bíblicos. (CFW, I.6).

G. Autoridade escrita final

> "...À Escritura nada se acrescentará em tempo algum, nem por novas revelações do Espírito, nem por tradições dos homens..." (CFW, I.6)

Entendemos que os 66 livros canônicos encontra-se a revelação escrita de Deus, registra de forma inerrante. À Bíblia, não se fará nenhum acréscimo, correção ou eliminação (Dt 4.2; 12.32; Mt 5.18; Ap 22.18,19). Ela é a palavra final de Deus, no que se refere à sua vontade para nós. A Revelação é completa – atingindo tudo o que Deus deseja -, e final: permanece para sempre.
O que afirmamos, exclui o obviamente, a aceitação dos apócrifos (CFW, I.3), as supostas revelações complementares, as interpretações "oficiais" (CFW, I.4) e a tradição verbal ou escrita (como no caso da igreja romana).
Daqui concluímos que o nosso sistema doutrinário deve permanecer sempre aberto a um reestudo das Escrituras. O nosso sistema doutrinário, por melhor que seja - e eu estou convencido de que é -, não pode ser mais rico do que a Palavra de Deus. Por isso, o critério último de análise, será sempre *O Espírito Santo falando nas Escrituras* (CFW, I.10).

Conclusão

Como vimos, a Escritura é a melhor intérprete de si mesma. Como "norma da fé" a Escritura é o crivo pelo qual toda doutrina ou mesmo profecia deve ser analisada. DA própria Escritura procedem os princípios de interpretação e os termos empregados.
Isso nos ensina que todo crente tem livre acesso aos ensinos da Palavra. Todos devem se empenhar em compreendê-la com a máxima perfeição possível. Por meio desse livre exame, todo crente se desenvolve e é edificado nos estudo pessoal e particular das Escrituras.

Nota
[1] J. Gresham Machen, Cristianismo e Liberalismo, São Paulo: Os puritanos, 2001, p. 83.
[2] Richard H. Popkin, Histótia do Ceticismo de Erasmo a Spinoza, Rio Janeiro: Francisco Alves, 200, p. 26.
[3] R. C. Sproul, "Sola Scriptura: Crucial ao Evangelismo": In: J.M. Boice, org. *O alicerce da Autoridade Bíblica*, São Paulo: Vida Nova, 1982, p. 122.
[4] Para um estudo mais detalhado deste ponto, ver: Hermisten M. P. Costa, "Os símbolos de Fé na História: Sua Relevância e Limitações" In: *Fides Reformata*: Centro Presbiteriano de Pós-Graduação Andrew Jumper, IX/1 (2004) 51-57.
[5] Mark A. Noll, Momentos Decisivos na História do Cristianismo, São Paulo: Cultura Cristã, p. 20.
[6] J. I. Packer, "O Conforto do Conservadorismo" in: Michael Horton, org. Religião de poder, São Paulo: Editora Cultura Cristã, 1998, p. 241.
[7] Doravante citada como CFW.
[8] João Calvino, Exposição de hebreus, São Paulo: Paracletos, 1997, (Hb 4.12), p. 108.
[9] F.F. Bruce, "Interpretação Bíblia": In: J.D. Douglas, org. O Novo Dicionário da Bíblia, São Paulo: Junta Editorial Cristã, 1966, Vol II, p. 753.
[10] João Calvino, As Institutas, I.6.4.

Autor: Herminsten Maia Pereira da Costa
Fonte: Revista Expressão, Século 21 – Atualidades, A igreja em seu contexto, Lição 07, pg. 28-35, Ed. Cep.

Bibliografia:

1. R. C. Sproul, Verdades Essenciais da Fé Cristã,. Editora Cultura Cristã, Caderno 1ª, 2ª e 3 ª. (compre www.cep.org.br)

2. J. I. Packer, Teologia Concisa, Ed. Cultura Crista. (compre www.cep.org.br)

3. Wayne Grudem, Teologia Sistemática, Ed. Vida Nova (compre www.vidanova.com.br)

4. Bíblia de Estudo de Genebra, Ed. Sociedade Bíblica do Brasil & Ed. Cultura Cristã. (compre www.cep.org.br)

5. Catecismo Maior de Westminster,
http://www.teuministerio.com.br/BRSPIGBSDCMCMC/ConfissesdeF.dsp

6. Michael Horton, As Doutrinas da Maravilhosa Graça, Editora Cultura Cristã.
http://www.monergismo.com/textos/sotereologia/salvador_senhor.htm.

7. Rev. Ronald Hanko, Batismo Infantil e Graça Soberana
Fonte: http://www.monergismo.com/textos/batismo/batismo_infantil_soberania_hanko.htm

8. Fernando de Almeida, Palavra viva - revista – Criação e Redenção, Lição 7,8, pg 25,29-31, editora Cep.

9. Rev. Adão Carlos Nascimento, IPB de Campinas, site http://www.ipcamp.org.br

10. Herminsten Maia Pereira da Costa, Revista Expressão, Século 21 – Atualidades, A igreja em seu contexto, Lição 07, pg. 28-35, Ed. Cep.

Teologia Calvinista

www.teologiacalvinista.v10.com.br
antigo site vinde a mim:
http://br.geocities.com/vindeamimtodos/

Tire dúvidas com nilsonmascollifilho@yahoo.com.br .

Notas:

[1] Credo da Teologia Sistemática de Wayne Grudem, p. 996, ed. Vida Nova. O Credo Apostólico, o mais conhecido dos credos, é atribuído pela tradição aos doze apóstolos. Mas os estudiosos acreditam que ele se desenvolveu a partir de pequenas confissões batismais empregadas nas igrejas dos primeiros séculos. Embora os seus artigos sejam de origem bem antiga, acredita-se atualmente que o credo apostólico só alcançou sua forma definitiva por volta do sexto século, quando são encontrados registros do seu emprego na liturgia oficial da igreja ocidental. [...] O Credo Apostólico, assim como os Dez Mandamentos e a Oração Dominical, foi anexado, pela Assembléia de Westminster, ao Catecismo. "Não como se houvesse sido composto pelos apóstolos, ou porque deva ser considerado Escritura canônica, mas por ser um breve resumo da fé cristã, por estar de acordo com a palavra de Deus, e por ser aceito desde a antigüidade pelas igrejas de Cristo.", Extraído de Paulo Anglada, Sola Scriptura: A Doutrina Reformada das Escrituras (São Paulo: Os Puritanos, 1998), 178-79. (http://www.monergismo.com/textos/credos/credoapostolico.htm)

[2] Catecismo Maior de Westminster, pergunta 7.